



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Brasília entre traços, regimes e o concreto:
A segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)

DIEGO MARTINS DOS SANTOS OLIVEIRA

BRASÍLIA

2021

DIEGO MARTINS DOS SANTOS OLIVEIRA

Brasília entre *traços, regimes e o concreto*:
A segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade de Brasília-UnB, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social e suas múltiplas formas

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Nogueiról

Brasília

2021

Brasília entre *traços, regimes e o concreto*:
A segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)

Diego Martins dos Santos Oliveira

Banca Examinadora

Prof. Dr Luiz Paulo Noguezól
(Presidente da banca – Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Cristiane de Assis Portela
(Membro externo – Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
(Membro interno – Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa
(Suplente, Universidade de Brasília)

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer à minha mãe, que neste pedaço do cerrado lutou por tanto tempo, que me ensinou a lutar em cada pequena batalha da vida, e que mesmo com a distância, vivendo noutras bandas, continua me ensinando a não desistir do que vale a pena! Por todo apoio e amor incondicional que nunca me faltou, gracias vieja!

Agradeço também à minha Tia Nora e a meu Tio Lúcio, que cuidando da minha velha, já deram maior suporte que qualquer outro que eu poderia ter! À minha madrinha, Gracinha, por todo apoio e incentivo, que foram decisivos para iniciar essa jornada.

À minha filhota Helena, minha já não tão pequena Heleniña! Que desde que nasceu me ensina muito mais do que possa um dia imaginar!

Ao meu pai, que me ajudou em momentos decisivos e que me deu todo incentivo. À minha irmã Sarah, à Maria e à Lúcia Angélica, por todo apoio e carinho nessa caminhada.

À minha companheira e meu amor, Ana Maria, com quem divido os dias e noites, as batalhas, as dores e os sabores da vida... Agradeço pelos ricos debates, pelas críticas e todo o suporte que foram imprescindíveis para que essa jornada chegasse ao fim! Gracias, pela intensa parceria, carinho, por todo amor e por colorir os dias mais cinzas com tua intensa presença, sem nunca me deixar desanimar! Ao Bronquinho, que com toda sua alegria canina, se tornou um grande parceirinho nessa jornada!

Aos meus queridos amigos, irmãos e companheiros de vida, Marcello, Leon, Ariel, Sávia, Marina, Órion, Marisinha, Bernardo, Rodrigo, Tadeu, Elaine, Camile, Ana Valéria, Brune, Esdras, Larisse, Luh, Andrey, Pentinha e tantos outros: Graças aos meus, nunca andei sozinho! Agradeço por estarem comigo nas boas e nas más, por cada um de vocês, que de alguma forma partilharam afeto, conselhos, críticas sempre que necessário, risadas, cervejas e muitas histórias: - Por todo alento na caminhada minha gente, muchas gracias!

Agradeço ao meu orientador Luiz Paulo Noguieról, que apostou no meu projeto, que me deu força na dura tarefa de retorno à universidade e que sempre esteve presente, pelo quê sou grato.

Agradeço também a CAPES e a FAP/DF pelo apoio financeiro durante o mestrado para participação de eventos acadêmicos durante esse período.

Por fim, gostaria de agradecer a todas e todos companheiros de luta, do cerrado e de outros rincões, que estão ombro a ombro, ousando lutar, ousando vencer!

Eu dedico este trabalho aos trabalhadores e trabalhadoras,
Candangos e Candangas que lutaram pelo direito à cidade que
Construíram.

Aos que vivem no *Entorno*, aos que vivem nas *Satélites* e aos
que vivem nas *Vilas*,
que se forjaram à sangue e suor.

Especialmente, aos filhos, netos e bisnetos: filho de candango,
candango é.

Que as lutas não sejam esquecidas, pois o futuro ainda
pertence ao povo, candango, brasileiro, latinoamericano.

Aqui a visão já não é tão bela
Brasília Periferia, Santa Maria é o nome dela
Estupros, assaltos, fatos corriqueiros
Desempregados se embriagam o dia inteiro
(...)
No Gama a fama é o drama sensacionalista
Jornais, revistas, segunda sai a próxima lista
Pânico na população
Mas esqueceram a escolinha de futebol no Bezerrão
(...)
A saída pro que ocorre no P-Norte, no P-Sul
Setor O, Expansão, está na nossa união
Basta um momento de reflexão pra perceber
Que o pessoal do Privê
Dos Setores O, P,Q, já já tão no Z
Sozinhos não vão se manter
Saneamento básico cadê? Ei você,
A mudança está em cada um de nós
Essa luta, não venceremos sós (...)

RESUMO

Brasília ao longo de seus primeiros 50 anos se consolidou sob um modelo urbano segregado e excludente, ainda que propalada como uma cidade construída para ser “igualitária”. Na ocasião de seu cinquentenário, as narrativas comemorativas da historiografia *Estatal-Oficial* buscaram reforçar essa visão mitológica. Já o campo de narrativas históricas críticas ao modelo construído em Brasília por sua vez, denunciava um processo de segregação social, que apartou a maioria da classe trabalhadora candanga nas “cidades” *Satélites*. Entretanto, as respostas sobre como se forma, e mais importante, como se mantém esse modelo urbano excludente e higienista ao longo desses 50 anos, em parte esteve obscurecida. Essa dissertação tem por objetivo entender como o modelo urbano segregado de Brasília se consolida e se mantém apesar de atravessar duas mudanças de regime político e inúmeros governos com programas diferentes. Para tanto, buscou-se compreender os diferentes planejamentos urbanos elaborados ao longo dos primeiros 50 anos de Brasília a fim de identificar as formas como interferiram na formação do modelo urbano existente. Assim, a metodologia da pesquisa envolveu a análise dos programas de planejamento urbano produzidos entre 1958 e 2010, a pesquisa bibliográfica sobre estes programas e a comparação entre suas propostas e os diagnósticos para verificar a relação de continuidade / descontinuidades entre eles.

Palavras-Chave: Brasília - Segregação socioespacial – Cidades Satélites – Planejamento urbano higienista.

ABSTRACT

Brasília, throughout its first 50 years, consolidated itself under a segregated and excluding urban model, even though it was touted as a city built to be “egalitarian”. On the occasion of its fiftieth anniversary, the commemorative narratives of State-Official historiography sought to reinforce this mythological vision. The field of historical narratives critical of the urban model adopted in Brasília, in turn, denounced a process of social segregation, which separated the majority of the *candango* working class in the “Satellite cities”. However, the answers about how this excluding and hygienist model is formed, and more importantly, has been maintained over these 50 years, in part has been obscured. This dissertation aims to understand how Brasilia's segregated urban model is consolidated and maintained despite going through two changes of political regime and countless governments with different programs. Therefore, we sought to understand the different urban plans developed over the first 50 years of Brasília in order to identify the ways in which they interfere in the formation of this verified urban model. Thus, the research methodology involved the analysis of urban planning programs produced between 1958 and 2010, bibliographical research on these programs and the comparison between their proposals and diagnoses to verify the continuity/discontinuity relationship between them.

Keys-Words: Brasília - Socio-spatial segregation - Satellite Cities - Hygienist urban planning.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA – Áreas de Proteção Ambiental

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CEI – Campanha de Erradicação de Invasões

CLNCF - Comissão de Localização da Nova Capital Federal

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DTA - Departamento de Terras e Agricultura

EPCT – Estrada Parque Contorno

EPNB – Estrada Parque Núcleo Bandeirante

GEIPOT - Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK – Juscelino Kubistchek

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PEOT - Plano Estrutural de Organização Territorial

PLANIDRO - Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição

PPB – Plano Piloto de Brasília

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Distrito Federal

SEDUH – Secretaria de Estado de Desenvolvimento urbano e Habitação

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – <i>Plano Piloto de Brasília</i> , Relatório do PPB, 1957.....	34
Imagem 2 – Plano Piloto de Brasília, modificado, 1957.....	35
Imagem 3 - Cinturão verde, demarcado pela EPCT, (DTA), 1958.....	52
Imagem 4 - Zoneamento Sanitário, PLANIDRO, 1970.....	61
Imagem 5 – Núcleos Habitacionais Futuros, 1972.....	65
Imagem 6 – PEOT, 1977.....	75
Imagem 7 – Brasília Revisitada 1987.....	78
Imagem 8 – PDOT, 1992.....	90
Imagem 9 – PDOT, 1997.....	95
Imagem 10 – PDOT, 2009.....	100
Imagem 11 – PDOT, 2009.....	102
Imagem 12 – oferta habitacional, PDOT, 2009.....	105
Imagem 13 – Justaposição dos mapas do PDOT/1992 e PDOT/1997.....	118
Imagem 14 – Mapa racial do Brasil, Brasília, PATA 2010.....	121
Imagem 15 – Renda (em Salários Mínimos). PDOT, 2009.....	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I - Da Democracia à Ditadura	22
1.1. Um contexto e seus traçados.....	22
1.2. Do plano das ideias ao plano do concreto	32
1.3. Rachou! O concreto já rachou!.....	47
Capítulo II - Da Ditadura à Democracia	57
2.1. Olhar de especialista: O planejamento empresarial-militar	57
2.2. Brasília Revisitada: Lenta, Gradual e Segura	76
2.3. Os inocentes do Plano não entendem Roriz	86
Capítulo III - Bras-ília?	92
3.1. A corrida pela terra e pelo voto	92
3.2. A historiografia que não quer se recordar	105
3.3. O passado no presente	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

Introdução

Brasília completava 50 anos em 21 de Abril de 2010 e a data evidentemente trouxe aos holofotes uma série de debates. Nos meios midiáticos, governamentais e também nos espaços acadêmicos, uma avalanche de reflexões sobre a Capital do Brasil evidenciou a notória diferença entre as narrativas. Entre homenagens a Juscelino Kubistchek e a Israel Pinheiro, menções a Dom Bosco e a outras figuras consideradas pela historiografia estatal¹ como grandes personagens históricos, vez ou outra, os Candangos eram lembrados, como personagens “também importantes”.

Por pequeno que pareça, a forma do discurso revela, nos que escreveram e ainda escrevem esta história, todo o seu imaginário do que é Brasília, e o que lhes importa contar sobre como Brasília começou e se desenvolveu. Uma narrativa que despolitiza o processo de ocupação deste retângulo no meio do cerrado brasileiro. Por outro lado, os que vivem nesta cidade, tanto sabem, quanto sentem suas mazelas, a despeito do discurso estatal e dos grandes meios de comunicação.

A obra prima de Lúcio Costa, premiada no Concurso Nacional para o Plano Piloto da nova Capital de 1956, um tanto modificada, foi tombada tornando-se Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1987. Passou *como num pulo* aos 50 anos de idade, e cinquentenária se encontrou repleta dos problemas que jurou nunca herdar. Porém, “Brasília saiu a cara do pai”. Convenhamos, uma cidade com sérios problemas sociais, elitista, excludente e segregadora. O antropólogo estadunidense James Holston no prefácio à edição comemorativa de seu livro *A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia* (2010) nos diz que:

É inteiramente razoável argumentar que a excepcional “qualidade de vida” do Plano Piloto está na verdade arraigada numa história de extraordinária desigualdade e estratificação (excepcional até para os padrões brasileiros), que se baseia em privilégios exclusivos, e que mantê-la custa à nação quantias exorbitantes. (HOLSTON, 2010, p. V)

Porém, se nos perguntarmos: - Mas Brasília não foi projetada para ser *igualitária, moderna* e distinta das demais metrópoles nacionais, visando romper com os históricos problemas destas cidades? Como então, esta se tornou uma cidade com tamanha desigualdade sócio-econômica, com graves problemas habitacionais e de transporte? Como se construiu tal cenário?

¹ Por historiografia estatal entendemos aqui, as narrativas historiográficas produzidas, ou encomendadas, por agentes estatais, como textos contidos em documentos oficiais dos órgãos vinculados ao GDF.

A ideia de uma Nova Capital para o Brasil esteve no imaginário político, principalmente das elites desde a independência, quando já se falava em uma mudança estratégica. Os argumentos à época eram os de segurança, por conta de a antiga capital, o Rio de Janeiro estar no litoral, sendo assim frágil do ponto de vista militar, sendo alvo relativamente fácil no caso de algum conflito ou guerra. Outro argumento era o da ocupação territorial do imenso interior do País que historicamente é mais ermo que o litoral. Um terceiro e não menos importante argumento à época, foi o de que uma nova cidade seria pensada para a função de *Corte*, de *Capital*, diferente do Rio de Janeiro que se desenvolvera como ponto de comércio e apoio lusitano no período colonial. José Bonifácio e Varnhagem no século XIX foram personagens importantes na formação desse ideário que se manteria vivo no imaginário social brasileiro.

Com a queda do Império e a proclamação da República, o debate fica novamente em voga nas altas cúpulas político-estatais e não por acaso na primeira constituição republicana do Brasil, de 1891, consta a transferência da capital nos artigos 1º e 2º. Daí em diante, seriam idas e vindas. No ano seguinte, formou-se a *Missão Cruls*² para demarcar os 14.400 quilômetros quadrados que seriam destinados para receber a Nova Capital. Após este momento, os trabalhos visando a transferência cessam muito embora as ideias ainda *perambulassem* por aí.

Logo após Revolução de 1930, Getúlio Vargas retoma o debate. Inicia no país sua “marcha para o oeste”. Goiânia, fundada na década de 30 com o objetivo de ser a nova capital de Goiás, é parte do movimento estratégico de reorganização territorial do projeto de Getúlio e de sua base de apoio, que ia se constituindo entre 1930 e 1937.

Durante os 15 anos que Vargas esteve à frente do poder executivo, sob os diferentes status, buscou aumentar o poder do governo federal, a reorganização territorial brasileira. Nesse bojo, as concepções positivista e modernista estiveram presentes, seja com as propostas de transferência e criação de uma nova cidade, seja por novas reformas no seio da então capital Rio de Janeiro, qual foi priorizada por Vargas.

² É como ficou popularmente conhecida a *Comissão Exploradora do Planalto Central*, instituída por Floriano Peixoto, então presidente da República, que delegou a chefia desta comissão à Louis Ferdinand Cruls.

Contudo, a movimentação e elaboração de planos de estratégia geopolítica, mesmo levando em consideração os planos abandonados, demonstram que no interior do Estado, e fortemente nos quadros que atuaram no governo federal e Forças Armadas, os mesmos quadros que sustentaram politicamente Vargas, o *modernismo* enquanto teoria-prática urbanística era muito bem aceita, tanto no Estado Novo, quanto pelo Estado superficialmente reformado e supostamente democrático de 1946. O fim da ditadura do Estado Novo em 1945, não significou ampla reformulação das estruturas federais do Estado (SKIDMORE, 1985).

Com a reafirmação do dispositivo que previa a transferência da capital na Constituição de 1946, retornam os trabalhos para a transferência da capital, dessa vez sem grandes interrupções temporais. A *Comissão Polli Coelho* neste sentido foi um importante marco, tratando sobre um grande número de aspectos. Neste momento, por exemplo, já se debatia como seria a funcionalidade da Nova Capital, onde o General Polli Coelho, chefe da comissão expõe inclusive o arranjo das *new towns* inglesas, referências para o modelo de *ciudades satélites* adotados mais tarde.

Após a comissão Polli Coelho, foi criada ainda a Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF), desta última surgindo o *Relatório Belcher*³. Apresentando 5 localizações, entre essas, aquela em que seria construída Brasília, este relatório serviu como uma espécie de última chamada, buscando por fim aos debates sobre onde seria o melhor e mais estratégico sítio para que se iniciasse os procedimentos para a transferência da capital.

Desta forma, fica evidente que Brasília não surge de um “lampejo” criativo de JK, mas que, por conta de seu oportunismo em campanha eleitoral, ficou associado à figura de grande realizador. No dia 4 de abril de 1955, Juscelino faria não por acaso do destino, o que ficaria conhecido como o seu primeiro comício de campanha eleitoral para a presidência da República, na cidade de Jataí. A cidade goiana na época tinha o maior número de eleitores do PSD proporcionalmente. Este comício ficaria conhecido como o “famoso comício de Jataí”, quando um desconhecido pergunta à Juscelino se ele se iria “fazer cumprir” a constituição, e se cumpriria inclusive o artigo da Constituição que previa a transferência da Capital para o interior do país, quando então JK teria respondido fortuitamente que:

³ Por meio da Comissão de Localização da Nova Capital, é contratada a empresa estadunidense Donald J. Belcher Associates para realizar um estudo para localizar a Nova Capital. O relatório ficou popularmente conhecido como *Relatório Belcher*.

-Acabo de prometer que cumprirei na íntegra, a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova Capital e farei a mudança da sede do Governo (Juscelino Kubitschek. Discurso em Jataí, 1955. In BEÚ. 2013, p. 45)

Observando que Brasília surge assim, não só de um acumulado da trajetória das ideias de transferir a capital do país (com todos os pressupostos que se incluem nisso), mas também como produto político do contexto do início da década de 50, em que o Brasil se encontrava num momento de efervescência, por conta da polarização política interna entre PTB e UDN, externa por conta da Guerra Fria, as greves, o suicídio de Getúlio Vargas etc. Também contam, como “ingredientes” para tal efervescência, todo o contexto cultural da *Bossa Nova* e do futebol brasileiro, bem como o desenvolvimento tecnológico em diversos campos, como na construção civil, comunicações, indústria automobilística e aeronáutica. Todos estes aspectos se refletem no edital do *Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil* de 1956, bem como no projeto de Lúcio Costa que sai vencedor do concurso.

Brasília sendo fruto de uma construção planejada tornou-se assim em seus primeiros anos, um “paradigma urbano”, além de uma cidade, um conceito que seria “defendido” em sua originalidade. Por isso seus planos de expansão na década de 1960 não foram feitos a partir de grandes diagnósticos e estudos, muito menos de grandes debates que problematizassem as condições urbanas nas quais ia se assentando a nova capital. O que se viu, foram soluções “executivas”, tecnicistas e pragmáticas surgindo aqui e acolá, evidenciando as “falhas” do *Plano Piloto de Brasília*, o *PPB*⁴.

Tais políticas pontuais se verificam com a criação das primeiras *Cidades-Satélites*, que não surgiram de forma coordenada, mas como paliativos imediatos, quase desesperados, buscando expulsar as vilas operárias que se estabeleciam próximas às construções. Dessa forma, cada intervenção desta, pretendia à sua maneira, defender a manutenção de um plano “original” de Brasília, cumprindo assim, mais uma política de reafirmação do *PPB* de Lúcio Costa (ou o que achavam que eram seus preceitos) do que novos planos em si.

Esse primeiro *ciclo de urbanização* (1958 à 1970), se estruturou sob dois importantes pilares, sendo o primeiro, a opção pelo *Polinucleamento* urbano, que é a dispersão dos núcleos urbanos, separados por consideráveis distâncias, evitando

⁴ Chamaremos assim o *Plano Piloto de Brasília*, *PPB*, buscando distinguir o projeto urbanístico, do Plano Piloto, atual Região Administrativa I enquanto espaço construído para evitar confusão, por conta do nome ser aplicado a duas coisas distintas

assim a formação de uma mancha contínua no tecido urbano. Esta opção por sua vez, desencadeou o segundo, que é a segregação espacial entre o que vai ser visto como *Cidade Central* (Plano Piloto) e as *Cidades Satélites*. Como demonstra Jusselma Duarte de Brito em sua tese de doutorado, a estratégia de contenção de migrantes, perpassava a estrutura que ia se formando.

A locação de Taguatinga (primeira cidade-satélite criada para a aglomeração) em terreno avizinhado à sede do INIC⁵ veio aperfeiçoar ainda mais a estratégia de controle do acesso de migrantes ao território. O posicionamento da cidade, colocada entre este posto de seleção do ingresso ao mercado de trabalho das obras de Brasília e o centro urbano, que afinal estava a quase 30 km de distância, constituiu uma espécie de barreira urbana contra a ocupação indesejada. (BRITO, 2009, p. 224)

É inevitável para muitos apontar um responsável e neste caso, quem seria? Seria Lúcio Costa o responsável, já que concebeu o projeto de Brasília inspirado nas teorias modernistas? Seria a *Novacap*⁶, que era a responsável pela administração da construção da cidade e co-responsável por sua administração após a inauguração? Seria Juscelino Kubitschek, que como chefe do poder executivo da República na época da construção foi um dos agentes centrais?

Sendo qualquer um desses considerados responsáveis, poderíamos interpretar que Brasília já surge excludente em seu processo de construção e formação inicial, uma vez que, antes mesmo da inauguração oficial de Brasília, houve um processo de exclusão dos candangos do Plano Piloto e redondezas, inaugurando assim as *Cidades Satélites*⁷ a longas distâncias do *Plano Piloto* (cidade central), o que significou o início de uma dicotomia entre esta *Cidade Central* e as *Satélites*, base do modelo *Polinucleado* formado nos primeiros anos de Brasília. Este modelo é dicotômico não só pelas distâncias entre os núcleos urbanos. Diferentemente de toda atenção dada à construção da *cidade central* (Plano Piloto), Taguatinga como primeira *satélite* foi caso simbólico pela discrepância na infraestrutura e planejamento.

Esta primeira cidade satélite oficialmente criada foi localizada a cerca de 30 km do Plano Piloto, na margem externa da recém traçada Estrada Parque do Contorno (EPCT). Não foi objeto de grandes elaborações, investimentos ou estudos antecipados. (BRITO, 2009, p. 91)

Podemos também nos questionar a respeito da política perpetrada pelos governadores indicados pela Ditadura Empresarial-Militar que controlaram o país por

⁵ Instituto Nacional de Imigração e Colonização

⁶ Companhia Urbanizadora da Nova Capital

⁷ Taguatinga em 1958, Sobradinho em 1959 e Gama em 1960.

mais de duas décadas, afinal, com o início do regime ditatorial, mudanças dentro do Estado brasileiro alteram o funcionamento deste, como a forma de escolha de prefeitos e governadores.

Porém em Brasília, que até 1967 tinha um prefeito, antes mesmo do golpe de 1964, já não podia elegê-lo, e após 1967, não poderia de toda forma, eleger o governador. Isso por que de acordo com o Art.9º da Lei 3.751, de 13 de Abril de 1960, Brasília seria administrada por um prefeito indicado pelo Presidente da República (e aprovado pelo senado). O regime ditatorial já tinha sua “carta branca” para intervir nos rumos da juvenil capital de qualquer forma, e entrevistou com:

Um viés mais pragmático do planejamento territorial reconheceu a inviabilidade da manutenção do sistema disperso de cidades sobre o qual a urbanização de Brasília havia se estabelecido e passou a recomendar a ocupação de tecido contínuo (BRITO, 2009, p. 148).

A partir de 1970, ocorre o que chamaremos de *Segundo Ciclo* de urbanização que se inicia com dois importantes marcos, sendo eles o lançamento da *Campanha de Erradicação de Invasões* (C.E.I.) e do PLANIDRO, como ficou conhecido, o *Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição*, ambos em 1970. Este *Segundo Ciclo* se confunde com a consolidação de Brasília enquanto Capital do país⁸ e a *metropolização* da cidade. É neste período que surgem maiores e mais complexas reflexões e projeções para lidar com a expansão urbana que já ocorria.

Contudo, o tecnicismo pautado pelo regime ditatorial, que se vendia como um conhecimento supostamente apolítico endurece o discurso contra os chamados “invasores”. Os principais debates ocorridos ao longo daquela década se refletem no *Plano Estrutural de Organização Territorial*, o PEOT de 1977. O PEOT, por sua vez acabou cumprindo por um lado o papel de uma *sistematização* das políticas elaboradas e propostas surgidas em âmbito local desde a (C.E.I.) de 1970, e sendo ao mesmo tempo, por outro, um apêndice local do *Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília*, o PERGEB, em âmbito federal. Neste período, ocorrem importantes mudanças na concepção de expansão urbana como relata BRITO:

... toda a expansão oficial da cidade tenderia a ocorrer em modelagem contínua. Taguatinga teria sua extensão duplicada em 1970, com a implantação de Ceilândia. E esta última cidade, representante maior da política de remoções, seria localizada ainda mais afastada do centro urbano, às margens da BR-070, e não pelos contornos da EPIA ou da EPCT. Se a

⁸ Pois até o fim da década de sessenta, havia uma pressão política pela volta da Capital ao Rio de Janeiro.

modelagem polinuclear não havia resistido aos tempos, o controle dos limites da cidade central ainda povoava os planos oficiais, mantendo-se como forte condicionante do crescimento urbano. (BRITO, 2009, p. 227)

Se por um lado, podemos notar o desenvolvimento *Polinucleado* de 1958 a 1970, por outro, após o PLANIDRO se torna corrente o discurso do GDF sobre a “necessidade” de controle sistemático contra o adensamento urbano da Bacia do Lago Paranoá. Essa ideia de preservação estaria presente em todas as propostas de planejamento urbano subsequentes, e por vezes de forma aparentemente contraditória, como no caso do PEOT de 1978, que em suas diretrizes, previam zonas de expansão urbana que formariam uma *Mancha Continuada*, inclusive com parte desta, prevista para ser construída dentro dos limites da mesma bacia hidrográfica que supostamente deveria ser protegida de quaisquer “invasores”.

Também neste momento, ocorrem mudanças nas formas de venda de terras e imóveis. O regime ditatorial cria em 1973 a Companhia Imobiliária de Brasília, a *Terracap*, buscando dar consistência à ideologia liberal, como base para as políticas de ordenamento territorial na Capital do País. O geógrafo Aldo Paviani em seu livro *Brasília a metrópole em crise* (2010) nos explica que:

A atividade imobiliária encontra-se fortemente atrelada ao monopólio da terra urbana, de um lado, e, de outro, à insuficiente oferta de habitações, sobretudo para os habitantes da periferia. A terra urbana é repassada ao setor privado (empreendedores imobiliários e proprietários individuais) por intermédio de licitações realizadas pela estatal Terracap. Dependendo da conjuntura, os terrenos são leiloados a preços superiores aos vigentes no mercado. No entanto, em períodos inflacionários, a terra estocada é mercadoria para o mercado futuro... (PAVIANI, 2010, p.90)

Esta prática de “estocagem” de terra por parte da Terracap revela uma curiosa sintonia com as políticas de planejamentos urbano da década de 1970, que configurou um potente instrumento de poder de classe através de três *premissas*⁹: a primeira, que Brasília corria risco de perder suas características originais de quatro escalas (Monumental, Gregária, Residencial e Bucólica). A segunda, de que Brasília corria riscos de perder seu caráter de cidade administrativa. Por fim, a terceira, de que a bacia do Lago Paranoá estaria em eminente risco ambiental. Essas *premissas* passaram a ser replicadas *ad nauseum* como instrumento ideológico do GDF (comandado pelo ARENA), ou seja, do próprio regime ditatorial militar, buscando

⁹ As 1º e 2º premissas são reforçadas pelas sugestões feitas por Lúcio Costa em 1974 no *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília* do Senado Federal. Já a 3º premissa foi reforçada pelo PLANIDRO de 1970.

forjar um consenso artificial sobre como deveria ser realizado o planejamento e a expansão da cidade.

Daí o Estado recria sua justificativa para que a *C.E.I.* atuasse por longos anos na década de 70 (e servindo de modelo de atuação ainda na década de 80 sob novos nomes) se tornando implacável na expulsão das vilas tidas como “invasões”. O caráter de classe, tal como o é em qualquer cidade brasileira, em Brasília também é central para analisarmos a disposição da cidade e do planejamento urbano. O que torna Brasília distinta quanto a isso é o quão evidente esse fator é, pela segregação que se faz sentir nos muros de quilômetros de distância.

Em *Os filhos dos Candangos* (2010), o historiador e jornalista Edson Beú traz um importante olhar acerca do imaginário popular da classe trabalhadora que aqui estabelece sua vida. É notória a profunda desilusão do *povo* com a cidade que outrora se apresentava como a *Capital da Esperança* e passou a ser um martírio para a maioria dos que trabalharam na construção de Brasília, que tiveram que ir habitar as *Cidades Satélites*, assim como segue sendo para os que aqui nasceram e tem que sofrer as consequências do que está posto. Este sentimento se verifica já no início da vida de Brasília, e é de fácil compreensão já que:

O ressentimento decorre de uma queixa comum a todos eles: aqueles que construíram a capital, pegaram no pesado, vivem na periferia, esquecidos e com uma minguada aposentadoria. (BEÚ, 2013, p. 101)

E quem é essa a classe trabalhadora, jogada à periferia? É a massa candanga, em sua maioria de corpos pretos, homens e mulheres que buscaram aqui vivenciar a tão prometida ruptura com a cultura desigual, elitista e racista vigente nos interiores e capitais do Brasil. Essa situação é contrastante com a blindagem que a versão historiográfica oficial do Estado ganha, para que imaculada fosse e continue, sendo enaltecida e difundida pelo mundo inteiro.

Este imaginário, estimulado pelo Estado desde sua construção, adquire nova importância no processo de transição da ditadura à democracia. Após os primeiros 25 anos de Brasília, tem início outro ciclo de planejamentos a partir do documento *Brasília Revisitada* (1985) de autoria de Lúcio Costa que propõe a construção de novos núcleos “populares” na região central da cidade, partindo do diagnóstico que a cidade permanecia oca no centro.

Brasília, que agora passaria a contar com uma câmara legislativa, com eleição para governador da cidade e uma maior liberdade administrativa, eram uma metrópole e vivia uma corrida por terras e moradia.

Inaugurou-se uma “era” de conflitos entre Roriz (que fora governador indicado entre 1988 e 1990) e a oposição, tendo Cristovam Buarque como seu principal nome à época. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os *Planos Diretores de Ordenamento Territorial*, PDOT, passam a ser obrigatórios a todos os municípios com mais de 20 mil habitantes¹⁰.

Foram elaborados e revistos até o cinquentenário de Brasília, os PDOT’s dos anos de 1992 (governo Roriz-PMDB), 1997 (governo Cristovam Buarque-PT) e 2009 (governo Arruda-DEM). Estes planos, elaborados em governos de diferentes programas políticos, mantiveram alguns preceitos centrais, tais como a dicotomia entre periferia (*Satélites*) como espaço para as parcelas mais pobres da classe trabalhadora *versus* centro (Plano Piloto e adjacências) como espaço destinado às elites, estabelecendo assim uma escala de exclusão do centro para a periferia.

E a inquietação que fica é: com tantas mudanças, de democracia à ditadura, de ditadura à democracia, o que pode ser de tão comum acordo?

Aprendemos a reproduzir a sacro-versão desde pequenos nas salas de aula das escolas, incutidos, de tanto se repetir, que Brasília tem que ser preservada. Precisamente, nosso questionamento aqui é: O que queriam dizer com “preservar” Brasília? Afinal, o que significou ao longo das últimas décadas “preservar Brasília” para termos de planejamento urbano no Distrito Federal? E a quem esse discurso calhou interessar?

A partir da análise e comparação dos planos de ordenamento territorial e demais planejamentos, a pesquisa buscará compreender como foi possível manter o modelo urbano segregado e excludente de Brasília? Como os diferentes governos legitimaram tal modelo? Por que foram feitas dessa forma?

Dessa forma, no primeiro capítulo debatemos o contexto político no qual Brasília se torna viável e construída, os elementos contidos no Edital, bem como os preceitos do projeto de Lúcio Costa. Discutimos também a formação inicial da Capital a partir dos conflitos sociais, do surgimento das cidades satélites até a Campanha de Erradicação de Invasões.

¹⁰ Artigo 182 da Constituição Federal

No segundo capítulo tratamos dos planos do planejamento urbano elaborado durante a ditadura e durante a redemocratização, os elementos que compõem esses planejamentos, as narrativas que se consolidam em torno desses projetos e as disputas que se verificam no contexto de mudança de regime.

Por fim, no terceiro e último capítulo, abordamos os conflitos político, ideológicos e sociais, na disputa pelo espaço urbano de uma Brasília transformada em metrópole, os legados dos planejamentos anteriores nos planos para o futuro, as modificações ocorridas nos planos de ordenamento territorial contidos nos *Planos Diretores de Ordenamento Territorial* (PDOT) de 1992 (Governo Roriz/PMDB), 1997 (Governo Cristovam/PT) e 2009 (Governo Arruda/DEM).

Capítulo I – Da Democracia à Ditadura

Rui chegou em casa com o corpo todo moído. Dasdores andava de um lado para o outro, visivelmente preocupada.

- O que aconteceu, mulher?

-Os fiscais vieram aqui e mandaram a gente desocupar o barraco até amanhã.

Trecho do livro *Expresso Brasília, a história contada pelos candangos*.

1.1 – Um contexto e seus traçados

Uma nova capital para um novo país. Era o que Juscelino Kubistchek queria fazer crer aos milhares de trabalhadores do campo e da cidade que se deslocaram de suas terras para encampar a construção de Brasília. Porém, a história de Brasília começa antes, no longo trajeto do ideário da transferência da capital para o interior do país. O fato de Brasília surgir no período democrático vivido entre 1946 e 1964 não é figurativo.

Após o fim do Estado Novo, durante a constituinte de 1946, houve intenso debate a respeito da transferência da capital. Havia duas propostas mais consistentes em disputa até 1948, havia também um sem número de interesses em jogo. Vesentini (1986) sobre a questão, afirma que:

Como consequência das tendências já manifestadas durante os debates da Constituinte de 1946, duas correntes de opiniões logo se formaram na Comissão de Estudos (...). Uma liderada por Jerônimo Coimbra Bueno e apoiada pelo general Djalma Polli Coelho, presidente da Comissão, que defende a solução histórica, ou seja, (...) o chamado "Quadrilátero Cruis". A outra, defendida por Lucas Lopes e que propõe uma região do Triângulo Mineiro. Esta segunda opção nasceu durante os trabalhos da Constituinte (...) lançada pelo deputado mineiro Benedito Valadares e, depois, defendida por Daniel de Carvalho, Juscelino Kubitschek de Oliveira e Israel Pinheiro, todos de Minas Gerais. Tais correntes de opiniões provocaram uma série de divergências no desenrolar dos trabalhos da Comissão(...). Face a isto, só depois de vinte e um meses, em agosto de 48, pode apresentar a sua Resolução final, quando o desejo e a recomendação do presidente Eurico Gaspar Dutra era de que o resultado final lhe fosse dado até agosto de 47, de vez que era seu propósito promover, durante sua administração, a transferência da Capital(...). (VESENTINI, p.90 APUD VASCONCELOS, p 301)

Em meio à Guerra Fria, o Brasil passava por disputas internas, as quais se refletem nos trabalhos para a transferência da Capital, não sendo somente JK interessado na mudança. Muito pelo contrário, o assunto da transferência da Capital

causou *frisson* desde a Constituinte de 1946. Esses debates seguiram até 1953, quando Vargas cria a Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF).

A despeito de todos estes debates, Brasília só foi possível por haver consenso entre a maioria dos integrantes da elite burocrática e política do Estado sobre um aspecto: a “urgência” em se mudar a Capital. Contudo, se por um lado, as divergências sobre a localização aparentavam grande complexidade, quando na verdade surgiram apenas duas linhas que disputaram os rumos geográficos da futura Capital.

Sendo vencedora a defendida por Polli Coelho, mantendo o “Quadrilátero Cruls”, por outro, o caráter urbanístico e ideológico da nova Capital seria escolhido com uma disputa muito menos complexa.

Os acordos políticos que forjaram a “redemocratização” de 1945 para 1946 em muito conservaram os privilégios da burguesia e da elite agrária que o Estado Novo havia favorecido, bem como mantiveram uma forte pressão e controle sobre os sindicatos. Como explicado por Vesentini:

Ao salientarmos a persistência do autoritarismo na vida política nacional durante a fase "democrática" de 1946 a 1964, não estamos pretendendo com isso negar as diferenças que separam esse período daqueles ditatoriais - o Estado Novo e o regime pós-64. Nessa "abertura política" ocorrida com o final do Estado Novo, a experiência de "democratização controlada" não deixou de produzir suas tensões, de fazer coexistir um autoritarismo às vezes disfarçado, mas predominante ao lado de movimentos populares que visavam a ampliar essa democracia e que eram sempre temidos. (VESENTINI, 1986 p.98)

Nesse contexto, tanto os “nacional-desenvolvimentistas”, tendo em Juscelino Kubistchek como principal nome, como os “nacionalistas”, herdeiros político de Vargas, estavam de acordo quanto à mudança. Junto com estes setores políticos, estava parte importante dos industriais (principalmente da construção civil) e grande parcela dos latifundiários, que também apoiaram a transferência. Além destes, boa parte dos militares (oficiais) formados com grande base na tradição positivista seguiram o apoio de nomes importantes das forças armadas, como o general Polli Coelho e o general Lott.

Até mesmo os ditos “progressistas” partilhavam desse “consenso” como Roland Corbisier, que fora diretor do ISEB¹¹ e depois mais tarde defensor das *reformas de base* do programa de João Goulart. Excetuou-se Carlos Lacerda e seus

¹¹ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, extinto em 1964.

seguidores da União Democrática Nacional, a UDN, que foram contrários à retirada da Capital Federal do então município-neutro do Rio de Janeiro, temendo perder assim parte de seu poderio frente ao governo federal, grande parcela da elite brasileira acreditava que o Brasil precisava de uma Capital com ambiente político:

Desembaraçado das injunções municipais, da inércia da máquina burocrática secularmente esclerosada, das solicitações de emprego, da pressão dos grupos econômicos e da imprensa a serviço desses grupos, longe da demagogia e da agitação local, o Poder Central encontrará na Capital interiorizada, condições materiais que lhe permitirão funcionar efetivamente como Poder Central, recuperando a perspectiva justa do interesse nacional. (CORBISIER, Roland. 1960, p.60)

As posições contrárias argumentavam por sua vez, que os altos custos e a megalomania de JK levariam à construção de um enorme *elefante-branco*. Talvez por ironia (não do destino) tenha sido erguido em Brasília um colégio com esse nome. De toda forma, os *fiquistas*¹² perderam a guerra geopolítica contra os *mudancistas*¹³ por uma razão muito simples: a maioria da elite brasileira acreditava na tese que sustentava que o Rio de Janeiro, leia-se qualquer metrópole, com uma cultura popular arraigada na luta de classes e por isso, com memórias, práxis e histórias de lutas, não era o melhor lugar para sede de governo, lugar da “grande política”, ao menos como a elite a entende: uma função a ser exercida pelos *Políticos de Carreira*, autolegitimada por estes, e ao mesmo tempo, legitimando o Estado como única instituição responsável por tal.

Como Juscelino gostava de trazer para si todos os louros da transferência, gerou em torno de si (logicamente pela conveniência dos burocratas e da mídia da época) a imagem do presidente que ligou a chave do desenvolvimento. Essa narrativa é contraditória com o quadro que se desenvolve em Brasília, uma vez que a cidade nem se tornou o que prometeram, nem foi criada da forma como contam. O imaginário criado sobre a Nova Capital não possui tanto embasamento na realidade como é comum pensar. Assim, a transferência da Capital se apresentou como um movimento mais poderoso do que as posições isoladas de partido A ou B, que aconteceria independente de JK, uma vez que:

Antes mesmo da posse de Juscelino, em 31 de janeiro de 1956, Nereu Ramos - então presidente do Senado que assumiu interinamente a presidência da República em novembro de 1955 - transformou a Comissão de Localização da Nova Capital em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal. Quando o novo presidente foi

¹² Termo popular para os que defendiam a permanência da Capital Federal no Rio de Janeiro, Carlos Lacerda por exemplo.

¹³ Termo popular para os que eram a favor da transferência da Capital Federal para Brasília.

empossado, tarefas fundamentais para a consolidação da mudança já estavam realizadas: desapropriações, trabalhos cartográficos, topográficos, estudos de ligações ferroviárias, planos de infraestrutura e comunicações. (BRITO. 2009 p 64)

Este aspecto é importante, pois o contexto brasileiro desde 1930 forneceu, por assim dizer, as condições materiais para a transferência. Através destas condições é que foi possível garantir a construção. O desenvolvimento de algumas cidades em Goiás, tal como Goiânia¹⁴ e Anápolis, frutos da *Marcha para o Oeste*, foram imprescindíveis para o suporte à construção de Brasília, servindo como ponto de apoio no abastecimento com materiais diversos, combustível e alimentos. Entretanto, na retórica de Lúcio Costa, aparentemente, estas condições básicas não eram tidas como importantes, como podemos perceber no trecho contido no *Relatório do Plano Piloto de Brasília*:

... A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. (COSTA, Lúcio, 1957 apud GDF et al, 1991, p. 22)

Este elemento retórico contribuiu para todo um campo imagético criado em torno de Brasília, e que se mantém em grande medida até o presente, nos induzindo a acreditar que antes de Brasília nada existia por aqui, que Brasília ensejou o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, assim como outras falácias.

Neste contexto político, foi criada a *Companhia Urbanizadora da Nova Capital*, a NOVACAP, no ano de 1956, por meio de lei encaminhada por JK e aprovada pelo congresso. Formalizava-se assim o início dos preparativos para concretizar a construção da Nova Capital. Em Setembro do mesmo ano era publicado o edital do *Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil*.

Notoriamente o Edital teve problemas, os quais os responsáveis tentaram corrigir por telegrama. Os preceitos estabelecidos foram traçados de acordo com a concepção do que deveria ser uma *Capital*, e excetuando as principais “características de uma capital”, o edital era bem simples. Tanto que a previsão estimativa para o número de habitantes só é colocada como critério após reclamações, isso, um mês após o lançamento do edital¹⁵.

¹⁴ No caso de Goiânia, sua ocupação se dá a partir de 1933 a partir de *Campinas*, vilarejo anterior à capital e incorporado à ela, que por sua vez foi inaugurada oficialmente na década de 40 apenas.

¹⁵ O edital é publicado em 19 de Setembro de 1956. Já as correções são publicadas apenas em 16 de Outubro do mesmo ano.

Carmem Portinho, importante arquiteta e urbanista, assim como seu companheiro Affonso Eduardo Reidy, que não participou do concurso. Segundo Carmem¹⁶, Reidy acreditava que o concurso seria um “jogo de cartas marcadas”.

Uma de suas insatisfações era a impossibilidade de haver participantes estrangeiros no concurso. Outra era sobre a formação do júri, o qual apesar de composto por importantes nomes da arquitetura e do urbanismo mundial à época era coordenado por Israel Pinheiro e Oscar Niemeyer – nomes de confiança de JK.

Além disso, não estava expresso no edital quais seriam os critérios utilizados pelo júri na decisão do concurso. Havia assim, a desconfiança de que o concurso não ocorresse de forma “limpa”. Estranhamente, alguns fatos chamam a atenção.

É de saltar aos olhos que o edital não versava sobre muitos aspectos importantes para a construção da Nova Capital, o que justificou a emissão de telegramas oficiais regulamentando os casos omissos, gerando assim confusão e desconfiança a respeito da isonomia do concurso. Dentre as omissões do edital, estava um ponto crucial em qualquer concurso público, que é o horário limite para encerramento de inscrições.

Para aumentar a polêmica, o projeto de Lúcio Costa foi entregue depois do horário estipulado por um dos telegramas que normatizava este ponto (que como dito, não constava no edital). Uma das filhas de Lúcio Costa entregou seu projeto às 23 horas do último dia para entrega e inscrição de projetos concorrentes, porém, o limite estipulado pelo telegrama era às 18 horas.

Caso as regras estipuladas pela própria Novacap fossem sérias, o projeto de Lúcio Costa sequer poderia concorrer. Porém era claro o desejo de sua inscrição, como é destacado por Niemeyer no documentário “Oscar Niemeyer: A vida é um sopro”¹⁷, onde o arquiteto (que compunha a Novacap e o Júri) relata a decepção dos integrantes da comissão avaliadora com os projetos inscritos até a notícia da inscrição do projeto de Lúcio Costa. O modernismo, enquanto corrente hegemônica do urbanismo desde a década de 1930, se fazia representado enfim.

Por um lado, JK que era simpatizante do trabalho de urbanistas que trabalhavam à luz dessa teoria, mandou organizar um júri visando garantir seu

¹⁶ TAVARES, Jefferson. Cristiano. *Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – EESC-USP. São Carlos, 2004.

¹⁷ A vida é um sopro, 2001, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CASrRa7B6-c> Acessado em 04/04/2021.

ganho político-ideológico no concurso. Por outro, os organizadores do edital e do concurso (a Novacap) preocupando-se em demarcar apenas o que lhes era prioritário, deixaram à livre interpretação do júri alguns pontos fundamentais na composição urbana e por consequência, social, da nova Capital Federal.

Podemos notar que o edital, propiciou ao júri larga margem de decisão, com critérios pouco precisos, o que favoreceu um tipo de concepção de cidade que não era distante da conveniente necessidade das elites estatais brasileiras. Ou seja, o edital não consagraria nenhum plano que não atendesse às demandas de JK e da Elite Estatal. O que poderia soar ingênuo, em verdade é preciso ser esmiuçado: é evidente que apenas e somente um projeto que fosse conveniente e estratégico ao Estado e à Elite estatal seria aprovado, quanto a isso nos sobram evidências, porém é mais que isso, é sobre qual de fato é o projeto de sociedade que o Estado desejava construir, qual o ideal este Estado perseguiu, e por fim o que representaria esta *Nova Capital*, enquanto uma “cultura urbana” que o Estado desejava criar doravante.

Deste concurso, como é sabido, saiu vencedor o projeto apresentado por Lúcio Costa. Este mesmo projeto passa às mãos da Novacap e Lúcio Costa passa a ser um “conselheiro” da companhia durante a construção de Brasília, consultado em momentos diversos, mesmo após sua inauguração, fato que abordaremos mais à frente.

Importa ressaltar que, no edital, pontos importantes a respeito do caráter que deveria ter a nova capital já estavam bem definidos pelo concurso que escolheria o projeto, principalmente alguns acidentes geográficos que constam no edital do concurso, tais como o lago artificial que seria criado, o atual Lago do Paranoá, a localização exata do sítio onde seria erguida a cidade, entre outros elementos.

O projeto de Lúcio Costa é aprovado, logicamente, não só pela “qualidade” urbanística, mas por demonstrar uma ampla gama de elementos tidos à época como “modernos” e “avançados”, empregado em países tidos como modelo econômicos pela elite brasileira, e principalmente, pela capacidade de realização em curto período de tempo.

Entre as pretensões de JK, obviamente estava a possibilidade de inauguração durante o de seu mandato (1956-1960). Os pontos a favor do projeto de Lúcio Costa, tidos como “realizáveis”, são concepções de “fácil” realização para a indústria nacional naquele momento, uma vez que construída a parte urbana dedicada às

funções do Estado e mais algumas moradias, já se poderia inaugurar Brasília, tal como foi inaugurada, com a cidade incompleta, possibilitando assim a JK, a colheita dos frutos políticos de sua atuação.

Por sua vez, Lúcio Costa, que era um urbanista com forte ligação com o urbanismo modernista, propôs um projeto com a pretensão de ser uma síntese das mais importantes técnicas adotadas pelo modernismo, com inspiração direta dos conceitos de *Cidade Linear*, *Cidade-Parque*, *Cidade Radiosa* e *das Cidades-Satélite*, ou *New Towns*. Além destas influências, notadamente, o caráter ideológico de seu projeto merece ser lembrado, pois:

Lúcio Costa conseguiu, assim, representar, transmitir, persuadir e, o mais importante, mobilizar todo o campo de experiência do presente (modernismo, desenvolvimentismo, nacionalismo e centralismo político), convencendo jurados e o próprio presidente da república, de que a sua proposta era a única possível de representar o momento histórico pelo qual passava o País. Levando-o, portanto, à vitória. (IN “Retórica e persuasão no concurso para o Plano Piloto de Brasília” vitruvius. www.vitruvius.com.br. Visitado em 05 de Setembro de 2020)

Podemos assim, dizer, sem maiores problemas, que o *criador* de Brasília desejava, com seu projeto, criar um paradigma que atendesse tanto às lógicas modernistas, quanto à demanda de governo de JK, bem como às características do que se acreditava serem as qualidades para a capital do Estado brasileiro, que se julgava em franco processo de modernização. Mas vejamos antes, nos propósitos do projeto, o que é proposto efetivamente de tão distinto das demais cidades brasileiras.

Dentre as prerrogativas citadas, Brasília deveria ser uma cidade funcional, voltada ao trabalho, à função de capital política-administrativa do país, uma cidade que desse as “devidas condições” de se governar o país: uma cidade tranquila para os políticos, sem pressões populares, livre de problemas urbanos que porventura atrapalhassem as funcionalidades centrais do Estado brasileiro.

Por não estar abertamente dito, é nas entrelinhas que podemos ver uma cidade que propicia um setor destinado exclusivamente para as funções do Governo Federal, outro para o Governo local e um Setor Militar Urbano (SMU), todos bem separados fisicamente dos demais setores, provendo assim, um alto grau de controle social e isolamento estratégico quando estes agentes julgarem necessário.

Para tanto, e já que o edital do concurso não poderia dizê-lo abertamente, coube ao júri garantir as condições que fariam da *Nova Capital* uma cidade distinta do Rio de Janeiro, seja na capacidade que o governo teria para controlar revoltas e

insurreições, seja para que o governo não tivesse maiores problemas de ordem funcional em suas funções práticas e cotidianas, tais como engarrafamentos. Brasília seria distinta de tudo antes visto no Brasil, uma cidade planejada e organizada para o bem-estar das elites.

A concepção de cidade que propôs Lúcio Costa previa a construção não só de uma cidade distinta de tudo visto antes, como uma cidade que serviria como paradigma, sendo referência para todas as cidades brasileiras, no que dizia respeito ao planejamento, funcionamento e organização da vida social, mas também servindo aos critérios do Estado no que dizia respeito ao controle geopolítico, e servindo, assim, como uma luva ao bom funcionamento do corpo burocrático e ao controle da vida social.

Partindo da ideia de esgotamento do modelo de urbanização dessas metrópoles, e das premissas do modernismo, acreditava-se que através do planejamento, ou seja, das técnicas do urbanismo e da arquitetura, do controle feito pelos órgãos responsáveis do Estado, poderiam “frear” as ações tidas como prejudiciais ao bom funcionamento das cidades.

Seja a ocupação de espaços sem o devido planejamento, as dificuldades de intervenção em locais ocupados para correções ou melhorias, ou mesmo antecipar-se aos problemas comuns nas grandes cidades, tais como a precarização das condições de moradia e a favelização. Pressupunha-se que o Estado através do planejamento conseguiria ditar o que seria a sociedade, através do planejamento, sendo a Nova Capital, um pequeno laboratório do que se pretendia.

As diferenças foram pensadas no intuito de romper com os problemas sociais das metrópoles brasileiras nos anos 50. Desta forma, se evitariam o “inchaço” das cidades, os problemas de trânsito, de insegurança, transporte, moradia, educação e saúde.

Estes seriam preceitos fundamentais na retórica do projeto em sua autolegitimação, tentando com isso criar uma imagem de “qualidade” inerente à proposta. Seguindo esta linha de raciocínio, Lúcio Costa ao defender o *rodoviarismo*, nos sugere que tanto se estaria apostando no melhor meio de locomoção urbana, quanto que tal argumento seria técnico, baseado em um avanço científico da indústria e não havia por que ser questionado.

Porém, havia dezenas de outros projetos participantes, inclusive o de Joaquim Guedes¹⁸, que previa a construção de linhas de metrô e um sistema de transporte de massa, em esquema radial, com detalhamento para o crescimento posterior, levando em consideração, não só outros suportes e infraestruturas, mas inclusive as condições sociais vigentes.

Desta forma, fica evidente que, não é que não havia outras técnicas que pudessem prover, e com maior qualidade, os requisitos pedidos no edital, mas que houve uma visível opção por apoiar a proposta que privilegiaria o *rodoviarismo*¹⁹.

Tal como o projeto de Joaquim Guedes, tantos outros não foram aprovados e isso tem um *porquê*, como veremos mais adiante. Resta aqui mencionarmos mais uma vez que, o júri foi decisivo, ao não fazer maiores ressalvas ao projeto de Lúcio Costa.

Ainda que o aprovasse em primeiro, como acabaria fazendo, o que demonstra nítida sintonia com a leitura da Elite Estatal que não enxergava nas condições materiais do povo brasileiro, um fator de importância em tamanha empreitada, fator este que implicaria noutras circunstâncias como veremos.

Outro fator importante e fundamental foi a opção pela setorização dos espaços no *PPB*, separando a partir das *Escalas*²⁰ as funções preponderantes de cada uma. Criou-se uma narrativa a partir do projeto de que o caráter funcional do Plano Piloto possibilitaria uma administração estatal mais “eficaz” e por consequência, positiva.

Neste sentido, a inversão de espaços na tentativa de separação entre o tráfego de automóveis e de pedestres e a *Setorização* proposta, separando as principais atividades da cidade, são exemplos de “ruptura” com o modelo urbanístico vigente nas principais cidades do país, que em discurso se apresentavam como uma *boa nova* ao povo, em sintonia com a retórica de JK.

¹⁸Podendo ser acessado em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1624#prettyPhoto>

¹⁹ Técnica urbanística que privilegiava o uso de vias destinadas exclusivamente aos automóveis em detrimento dos pedestres.

²⁰ As quatro escalas são: 1-*Monumental*, composta pelo eixo monumental, composto pelos monumentos e grandes construções destinados às funções básicas do Estado. 2- *Gregária*, correspondendo aos setores comercial, hoteleiro, de diversões e de autarquias, nos quais se concentrariam as funções que movimentariam o coração da cidade. 3- *Residencial*, as superquadras, onde residiria a população, ao longo dos Eixos Norte e Sul e por fim a 4-*Bucólica*, composta pela paisagem dentro e ao redor do Plano Piloto, densamente arborizada.

Todavia, o *PPB* também foi bastante criticado por suas características, que intrinsecamente são permeadas por um ideal positivista e linear de cidade, contido nas teses modernistas. E não só o *PPB*, como seu criador, pela forma como cria em torno do projeto uma narrativa que o desistoriciza, visando legitimar tanto seu propósito como suas circunstâncias. James Holston aponta que:

Gerada por si mesma, sem premeditação nem estudo, ela é nesse sentido apresentada como se não resultasse do trabalho humano e estivesse desprovida, portanto, de origens ou influências históricas. (HOLSTON. 2010, p. 72)

Porém, sabemos que Brasília se tornara também um lugar complicado para os movimentos sociais, criados pelos que buscam melhorias em sua condição de vida. E por que será, senão pelas estruturas bem pensadas e bem projetadas de prevenção aos “contratempos” para o Estado?

Implementado como instrumento de controle social pelo Estado - e aquele Estado que se voltava cada vez mais para a garantia das condições de reprodução do capital monopolista -, o plano urbanístico de Brasília traz já em suas origens e em sua concepção o louvor à autoridade, à hierarquia, à funcionalidade técnica (nos moldes da indústria moderna) dos espaços. (VESENTINI. 1986, p. 147)

Construiu-se uma estrutura urbana, a despeito do discurso oficial tanto de Lúcio Costa no projeto quanto da Novacap posteriormente, que narra Brasília como uma cidade que permite uma ótima interação entre os moradores de forma igualitária, e que é na verdade, voltada para uma interação pré-estabelecida, de fácil controle, do que se pode ou não fazer. Neste caso, o Plano Piloto que já foi construído de forma excludente, anteposto por uma política de *higienismo social*, torna-se parâmetro (mesmo que copiado em poucos aspectos) para as *satélites*, replicando nestas, os sistemas de setorização e controle, porém, sem (obviamente) manter a qualidade arquitetônica e urbanística aplicadas e percebidas no Plano Piloto.

A Capital Federal se constituiu num dos mais exclusivos espaços já vistos na ocidentalidade. Relembremos Versalhes e os demais *Espaços de Exceção*²¹ e consigo todo aparato que compõe tais espaços. Brasília se fixou como *porto-seguro* para um Estado que se via necessitado de legitimidade histórica, e como *ponto de equilíbrio* para a elite estatal que buscava um ambiente mais “tranquilo”. Tanto no

²¹ HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

projeto, quanto em obra física, construiu-se um *bunker* para os que subsistem da exploração da classe trabalhadora.

Por conta do imaginário criado de Brasília como uma cidade que foi pensada para ser “melhor” que as demais, é comum deixarmos de analisar como se insere o projeto de Lúcio Costa naquele Brasil *entre ditaduras*. Quanto à forma como o projeto foi engendrado, Vesentini nos chama a atenção para o fato de que:

Ele não foi fruto de um trabalho intelectual organicamente ligado a algum movimento social, a reivindicações operárias, por exemplo, mas sim produzido no seio do Estado. O projeto de Lúcio Costa foi elaborado com vistas a um concurso oficial para a escolha do plano urbanístico mais adequado para a nova Capital e julgado por uma comissão organizada, cujos componentes foram em boa parte escolhidos por pessoas da confiança de JK - Israel Pinheiro e Oscar Niemeyer. E o autor desse plano desde algumas décadas gozava de alta estima junto aos governantes, especialmente Getúlio Vargas. (VESENTINI. 1986, p.148)

Como podemos notar, entre a novidade alardeada pelos órgãos de imprensa do governo à época e o espaço concreto, onde os candangos sentiram na pele as políticas higienistas, há um evidente abismo. Em Brasília, nota-se uma distinção espacial em contraste com as demais metrópoles brasileiras. Com isso não se pode, entretanto afirmar que a *Nova Capital* escapou dos “fantasmas” que seus criadores temiam. É inegável que Brasília tenha suas peculiaridades, que no Plano Piloto o trânsito de automóveis corra separado dos pedestres nas principais vias, que seja arborizado etc., mas também é inegável o enorme prejuízo social que a opção por este modelo urbano trouxe à tona já durante as construções.

1.2 – Do Plano das ideias ao Plano do concreto

Em 1º de Abril de 1960, se inaugura Brasília, sob os holofotes, as fotografias fariam a novidade chegar aos quatro cantos do mundo! Perto dali, longe das pompas e honrarias, acabada a festa, os acampamentos que ainda estavam de pé, se enchiam de *titãs anônimos*²², bem como os ônibus para Taguatinga.

Se dali em diante, Brasília, tão festejada, seria tida como modelo a ser seguido, um marco histórico, também seria a cruz a ser carregada pelos candangos que a ergueram. A cidade modernista, paradigma de uma nova sociedade, não

²² Expressão bastante utilizada na época, que enaltecia o feito dos candangos, a própria construção da nova capital. (James Holston, 2010)

garantiria em nada melhores condições de vida aos bravos trabalhadores que deixaram suas terras justamente na esperança que tal epopeia lhes garantisse mudança! Pois uma coisa é o discurso, outra é a prática. Então é preciso fazer o exercício de contrapor, o plano das ideias ao Plano do concreto.

Parece-nos claro que entre o discurso e a prática é que se evidenciam as nuances teóricas do PPB, das quais algumas vêm sendo tratadas com pouca atenção por parte da historiografia sobre Brasília. Em partes isso se deu pela *virada teórica* do fim dos anos 1980 e durante a década de 1990, quando se “escanteiam” algumas categorias essenciais para a construção de uma historiografia crítica de Brasília, principalmente a categoria de classe social. Portanto, é necessário lembrar e levar em consideração as categorias de classe e raça para analisarmos como se dá a construção de Brasília e sua consolidação enquanto capital do Brasil.

A historiografia oficial sempre tratou de esconder alguns elementos que são constituintes de Brasília enquanto cidade, bem como reforçado o que lhe convém, por isso é importante olharmos para estes “elementos”, detalhes em alguns casos, que são fundamentais para entender como foi possível ao Estado constituir Brasília tal como foi.

O primeiro elemento que nos chama a atenção é que o projeto de Lúcio Costa aponta para uma cidade que deveria girar em torno do funcionalismo público, uma cidade voltada para as funções administrativas do Estado.

O que pode soar como óbvio é na verdade um fator importante, porque não apenas estabelece uma perspectiva alheia aos planos governamentais de JK que pretendia gerar em Brasília, através de seu processo de construção e consolidação, um pólo de desenvolvimento econômico, mas também por ignorar as condições objetivas nas quais o país estava inserido, de forte crescimento das cidades, intensos fluxos migratórios e tudo isso envolto numa forte propaganda governamental, de caráter desenvolvimentista. Todos estes fatores não se encontram no projeto de Lúcio Costa, embora este tenha sido o par de luvas perfeito para o par de mãos do Estado brasileiro naquele momento histórico.

Para justificar tais “pontos cegos”, não raro o Estado (mesmo em diferentes governos) se utilizou da narrativa que coloca qualquer improvisação, como reflexo da situação de grande afluxo de trabalhadores, pondo assim na conta destes trabalhadores que migraram para a construção de Brasília, a responsabilidade pela descarada falta de uma política de habitação popular para Brasília.

De fato com a construção e o intenso fluxo migratório, os “acampamentos” e vilas operárias se enchem e se tornam um fenômeno social notório, chamando a atenção da Novacap e do Governo federal. Neste mesmo período, antes da inauguração a companhia cria a primeira *Cidade Satélite*, Taguatinga (1958), como forma de tentar “resolver o problema” das vilas operárias ao redor da região central da Capital que ia se erguendo. A esta altura, Lúcio Costa já não era o “dono” do projeto, mas tão pouco estava alheio a ele.

Porém, esta narrativa, de forma conveniente, não explica alguns inconvenientes detalhes. Como uma espécie de conselheiro da Novacap, auxiliando este órgão diretamente durante a construção, e esporadicamente após a inauguração, Lúcio Costa opinou de forma decisiva em diversos arranjos feitos, imprevistos no projeto original, durante a construção, a exemplo da criação das faixas das quadras 400, 500, 600, 700, 800 e 900.

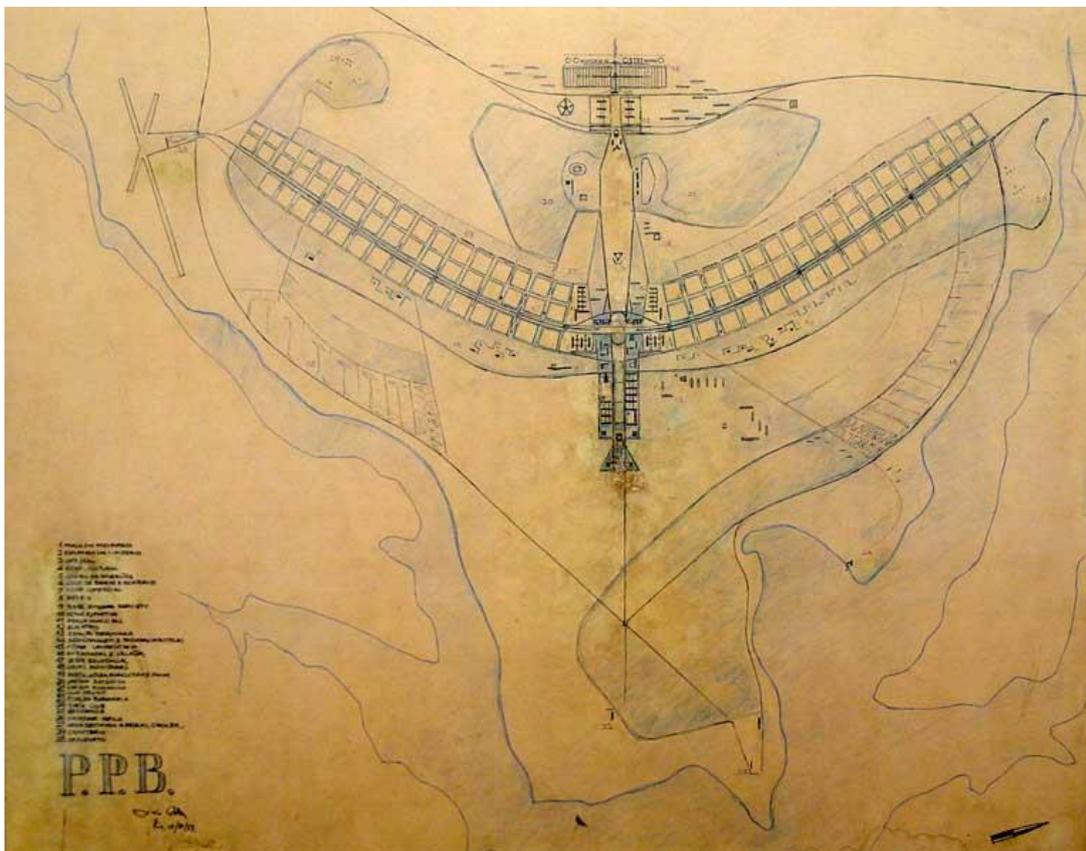


Imagem 1 - O *Plano Piloto de Brasília* de Lúcio Costa, proposta original de 1957.

Se com este detalhe, de criar “às pressas” mais que o dobro de faixas de superquadras que eram previstas, já que inicialmente eram previstas apenas as 100, 200 e 300, podemos perceber que o projeto ganhador do concurso não é o mesmo

que fora erguido, passa a ficar menos obscuro outro detalhe: este rearranjo foi feito para atender à demanda de funcionários públicos de baixo escalão que viriam. Parece-nos inevitável nos perguntar do porquê que não podia ser feito também um rearranjo no plano urbanístico que atendesse aos milhares de operários que vieram e aqui já haviam se instalado.



Imagem 2 – Plano Piloto de Brasília, definitivo. Lúcio Costa, 1957.

Mas antes, devemos nos perguntar com quais dados chegaram à conclusão que era necessário criar mais seis faixas de superquadras? Afinal, um projeto que se dispunha a abrigar mais de 500 mil habitantes em seu núcleo planejado²³, que nem sequer estava terminado, não era o suficiente? Ou expõe um erro crasso de estimativa dos próprios quadros de funcionários do Estado, ou que aquelas

²³ Lúcio Costa menciona em 1974 que planejara uma cidade com capacidade para abrigar entre 500 e 700 mil habitantes. (Cartas ao Senador Cattete Pinheiro)

superquadras que ainda não estavam construídas seriam reservadas para outras camadas sociais que não a de funcionários públicos.

Contudo, nos documentos oficiais do Estado (Edital do Concurso, Relatório do júri e no projeto de Lúcio Costa que passa a ser de domínio do Estado), não aparecem estudos estimativos quanto ao número de funcionários públicos nem a outros setores, que embasassem tais decisões, tão pouco nos documentos da Novacap, aparece apenas a justificativa de que faltariam habitações para os funcionários públicos, noutras palavras, admitia-se um erro de estimativa, na elaboração do edital, no projeto de Lúcio Costa, e também na avaliação do jurado do concurso.

Esse reconhecimento velado por parte da Novacap e do Estado, de seus próprios erros, foi conveniente, uma vez que um erro, uma falha, poderia suscitar menos o sentimento de revolta, e mais a sensação de pena/compaixão, potencializados na retórica de “união” dos que construía Brasília naquele momento, tal como foi reutilizado diversas vezes nas narrativas historiográficas, tanto de personagens envolvidos, como de órgão do Estado e do próprio GDF em algumas circunstâncias.

No fim das contas, com a necessidade de se fazer tais ajustes, quem decidiria quais ajustes deviam ou não ser realizados? Em princípio, tal tarefa era competência da direção da Novacap, que era comandada por Israel Pinheiro, braço direito de JK, sempre aconselhado por Lúcio Costa. Se por um lado, algumas das decisões tomadas entre quatro paredes, nunca foram explicitadas em detalhes nos diários oficiais, por outro, sabemos que a cúpula da construção, era um círculo social um tanto circunscrito, e sabemos também que poucas decisões saíram do papel à prática sem o aval direto de JK e/ou Lúcio Costa, no que tange a estrutura da cidade que ia se erguendo.

Temos assim, um círculo corresponsável pelos rearranjos feitos no projeto original, uma cúpula que guiou tal processo, adaptando a construção para atender a demandas que esta mesma cúpula julgaria importante ou não, pautando assim o que era ou não um problema, bem como tais problemas seriam resolvidos. Esta mesma cúpula, enaltecida pela historiografia oficial/estatal e também pela historiografia midiática, quais seus membros corriqueiramente aparecem como grandes nomes, que criaram uma cidade “igualitária” em verdade, foi a responsável pela primeira política segregacionista em Brasília: ao propor a criação de Taguatinga em 1958, e

de Gama e Sobradinho em 1960, fizeram uma evidente opção não só urbanística, mas também política e social.

Tal política representou, como abordaremos mais adiante, um espriamento do tecido urbano, com núcleos isolados, o que representaria um enorme custo de infraestrutura, o que *a priori* do ponto de vista de um Estado capitalista não faria sentido, além de um enorme dispêndio de tempo dos trabalhadores que tinham que recorrer ao Plano Piloto, seja para trabalho, para lazer ou outros serviços centrados ali. Porém esta suposta contradição se mostra falsa, se analisarmos a continuidade do imaginário racista no Estado capitalista, não rejeita necessariamente as opressões que lhes são anteriores, ao contrário, historicamente se utiliza desta para manter as relações de poder do sistema.

Esta opção de modelo urbanístico que resulta de um dos “rearranjos” desta *cúpula construtora* é também uma opção de caráter político e social, uma vez que a população que residiria nas *Satélites* em sua maioria composta dos operários da construção civil e demais trabalhadores direta ou indiretamente envolvidos com a construção de Brasília, os *Candangos*, ou seja, um recorte muito *claro*²⁴ de quem poderia ou não habitar o *Plano Piloto*.

Este elemento nos conduz a outros dois importantes elementos, que são, a concepção de uso territorial do Distrito Federal como um todo no PPB e a ideia de desenvolvimento e expansão de Brasília, que passaria pela criação das *Cidades Satélites*.

Muito embora Lúcio Costa afirmasse que Brasília “... não será no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele” (Costa, 1957), a construção de Brasília não se dá de forma a-histórica, como vimos, ela se dá em decorrência de uma série de condições materiais que a possibilitaram somadas às disposições políticas do Estado e seus agentes.

No entanto, a afirmação de Lúcio Costa é convidativa, a nos debruçar sobre a forma como o território do DF era entendido na proposta de Lúcio Costa, e por ser esta a proposta vencedora, por tabela, como os jurados que aprovaram este projeto e como a Novacap que o implementou, entendiam o território do DF. Se analisarmos a troca de cartas entre Lúcio Costa e o senador Cattete Pinheiro (ARENA) entre 1971 e 1974, quando o senador esteve na presidência da *Comissão do Distrito*

²⁴ Aqui, a opção pelo termo “claro”, se refere também a quem fez tal recorte, uma cúpula branca, que segregou milhares de trabalhadores negros e negras.

Federal durante estes anos, podemos notar que de fato havia discordâncias entre os membros da *cúpula construtora*, e na forma que Lúcio Costa fala de Israel Pinheiro ao senador Cattete, podemos notar uma responsabilização:

Invertia-se, portanto, a ordem natural das coisas. As condições do concurso estabeleciam que a cidade deveria ser planejada para uma população de cerca de 500.000 habitantes; atingido este limite, ela se desdobraria em cidades satélites devidamente planejadas. O arcabouço da cidade, que ainda é um arquipélago urbano, continua vazio, e as pseudo satélites cresceram estimuladas por essa balda retrógrada segundo a qual o trabalhador deve é mesmo morar longe. O desperdício e o sacrifício do transporte oneroso e desconfortável, num e noutro sentido, as filas, tudo faz parte do programa, tudo isto é planejado. (COSTA, Lúcio. APUD SENADO FEDERAL, 1971, p.135)

E mais a frente comenta que:

Na administração passada ou na anterior, já não concordo, consultado sobre o aproveitamento de uma grande área urbana para a construção de habitações econômicas, sugeri planejamento racional para 100.000 pessoas, com apartamentos decentes (50m²), escolas, áreas verdes para recreio, centros sociais e de comércio; mas os responsáveis pela NOVACAP entenderam não ser possível financiamento nesses termos pelo BNH, cujos padrões são outros. Ora, tratando-se da capital do País, entendo que o Governo tem o direito de impor o padrão que lhe convém, ou seja, mantido o princípio da correção monetária, exigir prazo de amortização e juros compatíveis com a finalidade social do empreendimento. (COSTA, Lúcio. APUD SENADO FEDERAL, 1971, p.135)

Aparentemente, Lúcio Costa entendia que as *satélites* não deviam ter sido erguidas como foram e nem quando foram. Mais que isso, ele imputa à direção da Novacap, comandada por Israel Pinheiro, a responsabilidade por esta iniciativa. Entretanto, ele mesmo não havia deixado explícito em seu projeto como deveria ser organizada a disposição territorial do DF, seus usos de solo, como havia feito com outros aspectos, tais como o gabarito dos prédios, a distribuição de setores, como ele esperava que seria a interação social nas superquadras e unidades de vizinhança²⁵.

Estas preocupações demonstram o que de fato importava e precisava ser dito por ele no PPB, bem como aspectos que não lhe parecia carecer maiores comentários. Na mesma carta, Lúcio Costa também comenta que fora o “Sr. Pinheiro” que vislumbrando que um terço dos trabalhadores voltaria para seus estados de origem, um terço seria “absorvido” pela própria estrutura urbana (leia-se o Plano Piloto de Brasília) e outro terço seria destinado às atividades

²⁵ Como era chamado o conjunto de 4 superquadras, abastecidas de uma rua comercial e uma *entre-quadra*. *Entre-quadra* é como popularmente são chamadas as áreas entre duas superquadras, com equipamentos públicos, áreas verdes com equipamentos comunitários ou com serviços.

agrícolas/rurais, teria assim garantia de que o planejamento espacial era adequado à demanda habitacional real. Ou seja, o planejamento envolvendo todo o território do DF teria sido feito numa suposição do presidente da Novacap.

Lúcio Costa nos induz supor um “desentendimento” político e ideológico entre ele e Israel Pinheiro, o que converteria numa espécie de álibi perfeito. Entretanto, a despeito das possíveis discordâncias, maiores que estas, é evidente um conjunto de consensos bastante coesos dentre os componentes dessa *cúpula construtora* que criou as condições políticas para a segregação dos candangos. Ainda assim é preciso ir mais afundo nas tais “cisões” e confusões desta cúpula.

De certo, este ocorrido não teria acontecido caso o PPB tivesse explícitas diretrizes, inclusive pensando na estrutura administrativa que comportaria a nova capital, à época sendo o DF um “município neutro”, possuindo um prefeito. Ao abrir espaço à interpretação alheia, gerou-se uma confusão inclusive a respeito da condição desses demais núcleos, se seriam ou não parte de Brasília, uma vez que, antes mesmo do lançamento do concurso para a construção da nova capital, já existia um debate sobre as cidades satélites, como comentamos anteriormente, desde a comissão Polli Coelho, o que decorre das concepções de urbanismo e organização social das elites estatais dos anos 1940, já fortemente influenciada pelo modernismo.

Como não nos parece factível que Lúcio Costa tenha imaginado uma cidade onde os próprios políticos se revezariam nas guaritas de seus prédios, no trabalho doméstico, e nem mesmo fariam “bico” de atendente, motoristas, cozinheiros e tantas outras funções importantes no funcionamento de qualquer cidade, é de se imaginar que em algum lugar estes trabalhadores residiriam.

Poderíamos inferir da carta de Lúcio Costa à Cattete Pinheiro, que os trabalhadores teriam espaço no Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), bem como poderíamos entender que o território do DF foi tratado de forma secundária, e com menor atenção que os aspectos funcionais do centro da cidade.

Esta, porém, seria uma versão ainda distante de solucionar os problemas vividos pelos candangos neste período, bem como uma explicação agradável para a blindada história oficial/estatal, que mais uma vez nos faria regredir ao mesmo discurso que, jogaria na classe trabalhadora a responsabilidade pelas opções tomadas, uma vez que Israel Pinheiro no cargo de chefia da Novacap se sairia como um “bom humanista” que, pensando numa solução prática para os trabalhadores que

não quiseram (como se fosse uma opção viável para suas condições materiais) voltar para suas terras, teriam ao menos um lote nas cercanias da capital do país!

No cúmulo das reviravoltas de narrativas, os responsáveis pela segregação ocorrida nos primeiros anos de Brasília, se saíam como agentes da inclusão social, sendo retratados novamente como verdadeiros “heróis” e humanistas. Além do que, Lúcio Costa estaria então isento de responsabilidades sobre a cidade que projetou, o que também reforçaria esta narrativa estatal/oficial.

Porém alguns pontos não batem, e o primeiro deles é a forma administrativa, que não molda, mas pode influenciar na dinâmica de inclusão ou exclusão. Afinal, Brasília seria todo o Distrito Federal? E neste caso, as localidades que segundo Lúcio Costa não “seria a cidade propriamente”? Então o que seriam? Haveria autonomia, caso houvesse novos núcleos? Bem, se por um lado, o edital do concurso simplesmente não exigia nenhum rigor quanto a estes fatores, tão pouco Lúcio Costa gastara seu latim com tais questões.

O sério problema de identidade e pertencimento suscitados por esta confusão “administrativa” também é de responsabilidade direta do Governo JK quando propõe que era de incumbência da *Prefeitura do Distrito Federal* “zelar pela cidade de Brasília, pelas cidades satélites e comunidades que a envolvem, no território do Distrito Federal” como consta na Lei 3.751 de 13 de Abril de 1960²⁶.

Essas questões que poderiam aparentar apenas um imbróglio administrativo que se arrastara até os tempos atuais, em verdade são um reflexo de uma política desenvolvimentista, muitas vezes feita “à toque de caixa”, não raro, com diferentes atores agindo de forma destoante porém sob alguns consensos. Menos importa neste caso, se essa proposta de organização administrativa está ou não de acordo com a definição geográfica do IBGE, uma vez havendo definições objetivas do que é um município, município neutro e etc, nos importa mais que houve uma opção pela dúvida e indefinição, já que sendo a proposta organizativa, distinta das demais estruturas nos Estados e Municípios brasileiros, haveria de se estabelecer objetivamente as categorias que naturalmente interfeririam na dinâmica da nascente cidade.

26

Disponível

em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3751.htm#:~:text=L3751&text=LEI%20No%203.751%2C%20DE%2013%20DE%20ABRIL%20DE%201960.&text=Art%201%2C%20BA%20A%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20administrativa,ser%C3%A1%20regulada%20por%20esta%20lei. Acessado em 18 de Abril de 2021.

Esta dinâmica política do Estado, interferiu diretamente na dinâmica social da cidade. Afinal, o que são as *Cidades Satélites* que se construíram no DF? São *idades*? Municípios? .

Embora já houvesse um amplo debate entre simpatizantes do modernismo no Brasil e os próprios arquitetos e urbanistas modernistas brasileiros sobre o conceito de *Cidade-Satélite*, diretamente inspirado no conceito das *New Towns*, que debatidos durante as reformas urbanas ocorridas no pós-guerra nos arredores de Londres, a ideia ou mesmo a pretensão de construir as tais *idades satélites* em momento algum é citada no projeto de Lúcio Costa, vencedor do Concurso para a Nova Capital.

Em primeiro lugar que não há nenhuma diretriz explícita que trate do crescimento da cidade após sua inauguração, tal como feito noutros projetos concorrentes. O que há são algumas poucas observações sobre este crescimento, sem marco temporal explícito, sem ordenamento das zonas a serem erguidas e sem claros critérios para decidir pela expansão do núcleo inicial. O plano era literalmente o de se erguer uma cidade com tamanho “limitado” e visivelmente demarcado por áreas verdes contíguas. No *Relatório do PPB*, sobre a questão de moradia e as condições desta para a classe trabalhadora, Lúcio Costa se limita a dizer que:

Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a *totalidade* da população. (COSTA, Lúcio. Relatório do PPB, 1957)

Como Lúcio Costa propunha um “esquema” urbanístico que supostamente abarcaria todas as classes sociais, pressupunha nas entrelinhas que haveria de ter espaço dentro do plano proposto para a moradia popular, mas como já sabemos, ele não fez um esquema que levasse em consideração a migração maciça de trabalhadores, muito menos as condições sociais nas quais estavam inseridos estes trabalhadores. Entretanto não seria justo culpabilizar somente o urbanista, já que não o fez, sem quaisquer exigências do Edital do concurso, tão pouco da banca de jurados, tão pouco de JK! Esta culpa é partilhada entre muitos nomes.

O conceito de cidades satélites somente irá aparecer no relatório com o parecer do júri sobre suas escolhas, quando citavam as vantagens do projeto vencedor, argumentando que “o tamanho da cidade é limitado: seu crescimento após 20 anos se fará (a) pelas penínsulas e (b) por cidades satélites”. (relatório do PPB).

Na interpretação do júri que aprovara a proposta de Lúcio Costa, a ocupação das penínsulas do Lago deveria acontecer após 20 anos, se iniciando nos anos de 1980, porém no próprio projeto de Lúcio Costa, que sugere a ocupação dessas áreas com “bairros” de tipo subúrbios estadunidenses, não aparece nenhum recorte temporal, apenas a sugestão de que:

Admitiu-se igualmente a construção de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico – e o que não implica tamanho – estabelecendo-se porém como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões. (COSTA, Lúcio. In Relatório do Plano Piloto de Brasília, 2001, p.30)

Assim, como o próprio Lúcio Costa não havia deixado explícito como se daria exatamente a expansão da cidade, criou-se uma “brecha” que possibilitou o júri sugerir exatamente esta solução e que a Novacap o fizesse sem maiores problemas. Lúcio Costa em 1974 dizia que não concordava com a forma como a Novacap havia feito, “antecipando” a construção das cidades satélites, e criando “pseudo cidades”, como se referia.

Entretanto, Lúcio Costa não moveu grandes esforços para evitar esta política, nem antes, quando poderia ter explicitado em seu projeto, nem depois enquanto um componente da *cúpula construtora*.

Ainda que o fizesse como o fez com outros aspectos fundantes de Brasília, tais como a preservação das principais características do Plano Piloto, sua posição dentro da *cúpula* demonstra que os interesses hegemônicos das elites brasileiras prevaleceriam ainda que fosse pra isso necessário atropelar uma ou outra posição, como supostamente teria acontecido com o próprio Lúcio Costa, de acordo com seu relato.

Prevaleceram as posições da elite, aproveitando tudo quanto fosse aproveitável do PPB, e o descaracterizando-o em tudo que não lhes ferissem enquanto classe. Possivelmente os diretores da Novacap realmente acreditassem no projeto de Cidade que Lúcio Costa propôs e o defenderam da forma como o entendiam. O que não quer dizer que todos estes senhores entendiam da mesma forma. Havia interpretações e conseqüentemente ações diferentes, na busca por manter a cidade recém-erguida fiel a um suposto projeto original.

Isto se demonstra de forma cristalina se olharmos para a construção das cidades satélites. Em seu artigo “O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60” Maria Fernanda Derntl chama

atenção para esta questão, quando nos conta que havia de forma implícita nos planos da Novacap, Governo e demais responsáveis a pretensão de criar cidades satélites:

No entanto, entre autoridades ou Departamentos da Novacap, talvez não houvesse mesmo consenso sobre como deveria ser uma cidade-satélite. Conforme o já citado Inácio de Lima Ferreira (1997, p. 3), o presidente da Novacap Israel Pinheiro teria em mente não uma “cidade grande”, mas “uma cidadezinha pequena de dois mil, três mil [habitantes...] uma cidade rural mesmo”. Ainda conforme Ferreira (1997, p. 3), o Departamento de Arquitetura e Urbanismo não teria aprovado a planta antes em desenvolvimento para Taguatinga pois “era contra fazer cidades-satélites” – talvez se referindo a uma objeção ao modo como estavam sendo pensadas naquele momento? Por sua vez, o diretor da Novacap Ernesto Silva (1997, p. 3) defendeu um modelo de cidade-satélite inspirado nas *new towns* construídas em Londres no pós-guerra: “cidades independentes”, “com 100 mil habitantes 80 mil, 120 no máximo”, nas quais “quem mora lá, trabalha lá”. Já Lucio Costa referiu-se a cidades-satélites “pequenas, complementares [ao Plano Piloto]” e admitiu que os principais locais de trabalho estivessem situados fora delas (COSTA apud OLIVEIRA, 2005, s.p., COSTA, 1974). (DERNTL, Maria Fernanda, P. 40, 2019)

Não havia um único modelo de referências, e estas posições foram debatidas no ínterim da *cúpula construtora* prevalecendo um traçado urbano, com vistas a abrigar muito mais que 2 ou 3 mil habitantes, neste aspecto, semelhante às propostas de Ernesto Silva e Lúcio Costa, porém sem autonomia local, tanto econômica quanto política, ou seja: criaram neste momento verdadeiros *bairros proletários*, segregados do centro pelo *cinturão verde*. Ainda há claro, na ciência irmã da história, a geografia, o conceito de cidades-dormitórios, no qual poderíamos encaixar as *Cidades Satélites* do DF, muito embora estas não sejam municípios.

Ao menos em intenção manifesta, a única proposta de *satélites* em que estas apareciam como cidades de fato, com autonomia econômica e política, era a de Ernesto Silva. O que não foi o caso das *cidades satélites* do DF, hoje oficialmente chamadas de Regiões Administrativas.

Quanto aos aspectos político-administrativos, prevaleceram as concepções de Lúcio Costa e Willian Holford (um dos júrís do concurso para a Nova Capital) de que não haveria total autonomia da *satélite* em relação à “cidade-mãe”. Embora Holford tenha sugerido que houvesse autonomia econômica destas cidades satélites, seriam estas “autossuficientes” em relação a lazer e trabalho (DERNTL, 2019), prevaleceu a concepção Lúcio Costa, de dependência das satélites.

Como podemos notar, as *Cidades Satélites* foram alvo de longas discussões, desde as proposições do General Polli Coelho em 1955 (DERNTL, 2019),

demonstrando que esta política urbana, de criar uma rede urbana polinuclear e segregada, embora tenha sido precipitada, não foi exatamente um improviso, como não raro se refere a historiografia oficial/estatal, na busca por culpabilizar os trabalhadores, como comentamos anteriormente.

A *cúpula construtora*, respaldada pelo presidente Juscelino Kubistchek, optou por aplicar a política elitista e higienista de urbanização polinuclear, ora com maior coesão entre si, ora com alguma divisão interna, porém sempre evitando a ocupação do Plano Piloto e seus arredores pelas parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora, pelos candangos.

Lúcio Costa, um dos grandes defensores da história oficial/estatal, assim como Niemeyer, Ernesto Silva e tantos outros, continuaram por longos anos sustentando o absurdo da narrativa de “inchaço e improviso”, na tentativa de apagamento e amenização das reais condições de segregação social vista naquela *Nascente Brasília* de 1960.

Curiosamente, o tal “um terço” dos candangos que teriam lugar no Plano Piloto, como calculava Israel Pinheiro segundo Lúcio Costa²⁷, também foram parar nas *idades satélites*... A terra prometida havia ficado ociosa, mágica e despreziosamente?

Por sua vez, Taguatinga, Sobradinho e Gama, as primeiras “Cidades-Satélites”, os próprios “três terços” da estapafúrdia estimativa de Israel Pinheiro, *bairros irmãos*, filhos do mesmo processo de expulsão, têm seus berços nas vilas/ocupações dos arredores do grande canteiro de obras que era o Plano Piloto de Brasília na data de sua fundação.

Sem o esmero dado ao Plano Piloto pelo governo e Novacap, esses núcleos são rapidamente rascunhados no cerrado e nestes rascunhos urbanos, despejadas milhares de famílias candangas. Rascunhos, pois não havia estrutura urbana alguma, como relatado por candangos entrevistados por Vladimir de Carvalho em *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1991). Todas as três satélites erguidas para fora da EPCT, a Estrada Parque Contorno (DF001) que demarcava o *cinturão verde* aprovado por JK. Neste período é que surge o discurso de “preservação” de Brasília, que iria ser fundamental ao Estado para legitimar as expulsões da região central de Brasília.

²⁷ Cartas ao Senador Cattete Pinehiro 1974

Nos anos iniciais o discurso de preservação age sob dois pilares, o primeiro sendo a necessidade de preservar a forma urbana do projeto de Lúcio Costa, daí se explicaria a suposta necessidade de antecipar a construção de cidades satélites, o segundo de que era necessário criar este *cinturão verde* como forma de garantir a preservação da Bacia do Lago Paranoá. Como pudemos ver, a *cúpula construtora* garantindo os interesses da elite da qual fazia parte, assegurou que o Plano Piloto não fosse “tomado” pelo povo candango, e logo de início tratou de construir uma narrativa de preservação que legitimasse a expulsão destes trabalhadores do Plano Piloto.

Ruas de terra vermelha, sem água encanada, sem energia elétrica, sem saneamento básico e com um transporte coletivo que levava cerca de 3 horas de viagem ao Plano piloto²⁸, nesta época, praticamente o único local com oferta de emprego, os trabalhadores segregados nas satélites sentiram na pele a realidade que se empunha sobre o discurso fantasioso dos governantes de que Brasília seria uma nova realidade para o povo brasileiro.

Em projeto, Brasília deveria cumprir distintos papéis em favor do Estado brasileiro: dinamizar o desenvolvimento no Centro-Oeste, possibilitar maior integração do interior com o resto do país, servindo dessa forma como forma de expansão e aquecimento do mercado interno, permitir uma reestruturação do sistema de defesa militar do Estado com a interiorização da Capital, tendo por síntese com a construção de Brasília, uma nova estrutura urbana, voltada para o trabalho e de fácil controle social, o próprio coração do Estado brasileiro.

Todos estes aspectos foram planejados e se tornaram realidade, demonstrando que era somente isso que era importante e fundamental ser garantido pela *cúpula construtora* e pelo Estado brasileiro. Porém socialmente, aconteceu o oposto.

O Estado (democrático) não só não possibilitou uma nova condição social aos trabalhadores que ergueram sua nova Capital, como enfrentou estes trabalhadores, que exigiram condições dignas, perseguiu os que ousaram lutar e numa verdadeira *guerra aos barracos* deu início a o que seria uma longa jornada de expulsões e segregação social e racial.

²⁸ Relatos de entrevistados em *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1991) de Vladimir de Carvalho.

Este mesmo Estado, sob governo de JK através de sua intensa campanha de propaganda e arregimentação de trabalhadores nos sertões fez com que os trabalhadores se comprometessem com um desejo que não lhes eram próprios. Através da confusão entre desenvolvimento e melhoria da condição de vida dos trabalhadores, criando a falsa polarização entre Brasília como sinônimo de projeto desenvolvimentista, moderno e que geraria redução da desigualdade *versus* Rio de Janeiro como representante de um Brasil antigo, arcaico e desigual, que seria superado e deixado para trás com a construção de Brasília, inaugurando um novo momento na história do país.

Criou-se uma atmosfera de “desenvolvimento” que beneficiaria a todos, quando em verdade se buscava dar agilidade para uma construção que era estratégica ao Estado brasileiro, nato representante das elites brasileiras.

Longe de expressar uma intenção de igualitarismo, o plano urbanístico de Brasília busca de fato a harmonia do social. Trata-se de fazer da cidade uma "máquina de morar" nos moldes da indústria moderna. Os espaços são concebidos em termos de funções, evitando-se promiscuidades e outras racionalidades que difiram da lógica produtivista. Ou seja, organiza-se territorialmente a cidade à imagem de uma linha de montagem fabril, visando fundamentalmente a sua "produtividade" ou funcionalidade: a distribuição "racional" dos setores; a rápida circulação de veículos; o destaque monumental aos edifícios que sediam os principais órgãos estatais de decisão; a alocação rigorosa das escolas, igrejas, áreas de recreação etc. Assim como o sistema fabril aliena e automatiza o trabalhador, o plano piloto de Brasília impõe ao morador um ajustamento automatizado aos rígidos esquemas preconcebidos. Não há margem para qualquer participação ativa ou iniciativa criadora por parte do morador. Prevalece uma ditadura do plano original e do planejamento urbano que se direciona no sentido de reafirmá-lo continuamente. (VESENTINI. 1986, p.154)

O suposto projeto *igualitário* de Lúcio Costa logo se demonstrou falacioso, sendo tão somente um projeto que previa para o *Plano Piloto*, um espaço de habitação e convívio quase exclusivo para os funcionários públicos (supostamente iguais entre si), criando assim as condições materiais dessa sociedade voltada estrategicamente para o funcionamento do coração do Estado brasileiro, permitindo o controle social e político deste território. Não tardaria para que o povo candango entendesse que fora descartado.

1.3 – Rachou! O concreto já rachou!

Quanto a todos aqueles lugares que não foram mencionados? Núcleo Bandeirante, Vila, Planalto, Candangolândia, Cruzeiro, Guarará? Bem, o processo de segregação e exclusão dos candangos em Brasília, em toda sua complexidade, tem esses exemplos como *pontos chave* para entendermos a lógica estatista de organização de acordo com sua demanda política. Todos estes lugares tem sua formação intrinsecamente ligada com o contexto inicial de Brasília, de 1958 a 1970, que é permeado pela instabilidade política.

No seio da construção de Brasília, a *Cidade Livre*²⁹, erguida como ponto de apoio para as construções, reunia uma rede de comércio destinada a abastecer as empreiteiras e a população que construía Brasília. Após a inauguração de Brasília, os comerciantes da *Cidade Livre* deveriam sair de lá, e se instalarem no Plano Piloto, potencializando as *Comerciais*³⁰ da Capital, em tese reproduzindo o padrão de lojas no térreo e moradia no andar superior.

Entretanto, sem as devidas garantias, e assistindo as remoções das vilas da região, em especial a Vila do IAPI, os comerciantes e demais moradores, começam a se articular para evitar a remoção. A Vila do IAPI surge do acampamento dos funcionários do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). A vila, porém logo se tornaria local de acolhimento para milhares de candangos, se tornando um verdadeiro bairro operário/popular. Parte desta antiga vila está preservada, nas casas de madeira do Museu Vivo da História Candanga.

Após a inauguração de Brasília, o nome de Núcleo Bandeirante surgiria numa tentativa de legitimar a permanência e sensibilizar as autoridades, apelando à simbologia do próprio governo federal, que buscou ligar à figura dos candangos e demais envolvida com a construção da capital, à dos antigos Bandeirantes. Ainda assim:

... ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal, Israel Pinheiro prometeu “passar um trator na Cidade Livre” no dia 21 de abril de 1960.⁴⁸ Paulo de Tarso, ele mesmo o autor, enquanto deputado, do projeto de lei que criava a cidade-satélite ‘Bernardo Sayão’ mediante a urbanização do Núcleo Bandeirante, coordenou, tão logo empossado prefeito em 1961, um dos episódios mais ameaçadores à sua permanência. Anunciando a remoção de parte da população para que pudessem ser feitas as obras de urbanização,

²⁹ Cidade Livre (1958) ganha este nome por conta de haver na época uma política de isenção de impostos, sendo neste lugar comercializados inúmeros materiais *livres* de impostos.

³⁰ CLS e CLN, ou as Comerciais Locais Sul e Norte, partes integrantes das Superquadras do Plano Piloto.

deflagrou uma *guerra* declarada ao assentamento. Apesar do forte golpe, o Núcleo Bandeirante não foi apagado do mapa. (BRITO, 2009, p. 86)

Para a Prefeitura do Distrito Federal era estratégica a destruição do Núcleo Bandeirante, pois ali havia alguma facilidade de acesso a produtos básicos de subsistência aos moradores das vilas e ocupações, de alimentos e roupas à material de construção mais barato, principalmente da Vila do IAPI que ficava logo ali do outro lado da atual EPNB³¹. Ou seja, a existência do Núcleo Bandeirante ameaçava os planos da *cúpula construtora*, que após a inauguração de Brasília perde seu protagonismo para a Prefeitura de Brasília, ou Prefeitura do DF.

Esta Prefeitura assim que passa a existir, como vimos, começa a se articular para retirar as vilas operárias. E o Núcleo Bandeirante não sendo uma vila operária propriamente dita, mas sendo vital à estas, acaba por entrar na lista de lugares a serem apagados do mapa. Mas por quê o *Bandeirante* não some do Mapa? E a Candangolândia e Vila Planalto, que também tem seu início em 1958? A *Candangolândia* ganha esse nome no mesmo intuito de legitimação, de forma similar ao *Núcleo Bandeirante*. Surgida de um acampamento para funcionários públicos, principalmente vindos do Rio de Janeiro, era conhecida como *Velhacap*, em alusão a *Velha Capital*, fazendo assim um trocadilho com a Companhia responsável pela construção de Brasília, a Novacap.

Na onda de derrubada dos “acampamentos” e vilas operárias, os moradores da *Velhacap*, tinham um tratamento levemente distinto, por serem em grande parte funcionários ligados ao quadro federal, dessa forma conseguindo pleitear a postergação da derrubada da vila, amparados na falta de apartamentos, já que a cidade fora inaugurada com poucas quadras residenciais construídas na Asa Sul, e quase nenhuma na Asa Norte. Por conta de naquela vila haverem casas de madeira, de melhor qualidade, destinadas à engenheiros e funcionários públicos de maior posição, a própria Novacap os utilizou como forma de agilizar a vinda dos funcionários que ainda residiam no Rio de Janeiro.

Isso também ocorreu no caso da Vila Planalto. Embora esta fosse durante a construção de Brasília, rodeada por outras vilas operárias, montadas na maioria dos casos pelas empreiteiras, era destinada aos Engenheiros, funcionários públicos de

³¹ Estrada Parque Núcleo Bandeirante.

maior posto e funcionários de cargo de chefia nas empreiteiras. Após a inauguração, as vilas operárias ao redor da Vila Planalto, que eram formadas principalmente por barracões (BEÚ, 2010), (RIBEIRO, 2010), começam a ser derrubadas, porém a Vila Planalto foi sendo mantida, principalmente pela funcionalidade que a Novacap e depois a Prefeitura se serviu.

Várias das casas ali, administradas pela Novacap, vão ser utilizadas como “casas de trânsito” para os funcionários e militares recém-chegados à Brasília. Por conta de sua localização, encrustada no centro do Plano Piloto de Brasília, a Vila Planalto seria utilizada da mesma forma que a Candangolândia, e em maior escala, de forma estratégica pela prefeitura do DF até os anos finais da década de 1970. Esta situação se explica pelo desaquecimento da construção civil após a inauguração de Brasília. O ritmo das construções diminuiria vertiginosamente após a inauguração da cidade, causando enorme desemprego, e por conta da alta inflacionária, uma série de ataques aos direitos trabalhistas, causando revoltas contra a “carestia”.

O tratamento dado aos trabalhadores da construção civil e demais categorias com menores salários, geralmente chamados de *candangos* à época, em comparação com os funcionários públicos, principalmente de médio e alto escalão, chamados de *Pioneiros*³², fora visivelmente distinto, se refletindo no acesso ou não à moradia dentro da região central, o Plano Piloto de Brasília.

É justamente buscando suprir a falta de moradias para o corpo de funcionários públicos, especialmente o militar, que se ergueu ainda antes da inauguração, o bairro do *Gavião*, que depois seria batizado de Cruzeiro, que hoje é o chamado Cruzeiro Velho. Além deste bairro, também havia uma vila para militares, dentro do SMU. Anos mais tarde, buscando beneficiar as “camadas médias”, seria criado o Guará, em 1967. Mas antes de irmos adiante é preciso entender a importância destes rearranjos na política local e nacional.

Os “rearranjos” feitos no Plano Piloto, que a pouco comentamos, os rearranjos para além dele, e até mesmo o reaproveitamento da Vila Planalto e da Vila da Velhacap, foram uma evidente demonstração de que para o Estado, o discurso de

³² O termo *Pioneiro* surge como alternativa ao termo *candango*, buscando retirar a referência de classe, para ressaltar uma suposta igualdade entre os “primeiros” moradores de Brasília.

Preservação do caráter urbanístico de Brasília, poderia lhe servir para a perseguição das vilas/ocupações operárias e populares, tal como a falta de moradias para os setores sociais que lhes fossem estratégicos sempre poderia lhes servir para relativizar o rígido plano urbanístico de Brasília.

Estes dois efeitos combinados, serviram como discurso legitimador para criar uma verdadeira *apartação social* como já denunciou Luiz Alberto de Campos Gouvêa, em seu livro “*Brasília: A Capital da Segregação e do Controle Social*” de 1995. E se levarmos em conta a cor da pele dos trabalhadores apartados do Plano Piloto, como podemos notar nos célebres documentários *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1991) de Vladimir Carvalho e *Brasília – Contradições de uma cidade nova* (1967) de Joaquim Pedro de Andrade, conseqüentemente esta apartação social, também se revela como racial.

O nó do ponto dado pelo Estado se forjou na política habitacional dos anos iniciais de Brasília. O acesso à moradia nas *idades satélites*, desde 1958 à 1965 era comandado de acordo com a cartilha ditada pela *cúpula construtora*, e o papel da Novacap ainda depois da inauguração de Brasília era crucial. Como bem demonstra Holston (2010), a forma de financiamento de casas populares, e aqui estamos falando apenas das primeiras *idades satélites*, era extremamente rígida e arriscada para o trabalhador candango.

Primeiro pela absurda exigência de que o comprador deveria estar empregado, e comprovar esta condição durante os três anos de financiamento, limitando os beneficiados a um número irrisório frente a enorme demanda por moradia. Segundo que, após conseguir o financiamento, o comprador deveria erguer uma casa de alvenaria, sendo permitidos os “barracos” por um pequeno tempo inicial, assim os trabalhadores deveriam erguer as próprias casas de alvenaria ao fim dos três anos, tendo ainda que ser a construção aprovada pela própria Novacap, enquanto pagavam ainda pelo lote financiado.

A pouca garantia dada aos trabalhadores, somadas a diminuição de ritmo das obras e o vertiginoso crescimento do desemprego, transformaram o sonho da “conquista” da casa própria e de uma nova vida na Nova Capital de um suposto “novo Brasil”, em um pesadelo para os candangos, já que somente após o

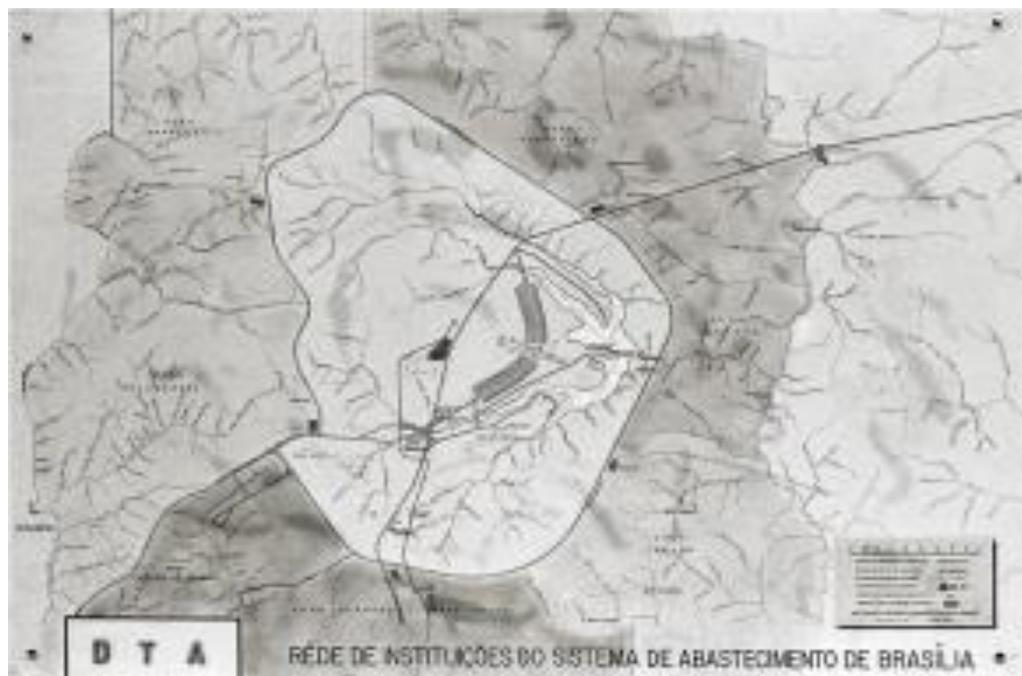
pagamento da última parcela do financiamento, é que o comprador teria o mínimo de seguridade sobre sua casa. Caso contrário:

Se o comprador em potencial se mudasse para outro lugar ou de algum modo deixasse de atender às exigências do contrato, ele automaticamente "perdia para a Novacap" todos os pagamentos e melhorias já feitos. (HOLSTON, 2010, p. 285)

Assim, as parcelas dos trabalhadores que viviam nas vilas/ocupações e que aceitaram a transferência para Taguatinga, Sobradinho, Gama ou mesmo para antiga *Vila Buritis* (Planaltina), sofreram duas vezes o preço do simbolismo e da funcionalidade Estatal-democrático-burguesa, uma vez que:

Com o fim do boom econômico, os migrantes passaram a ter oportunidades cada vez menores de encontrar trabalho permanente e, com isto, menos chances de candidatar-se a um local de moradia. Além disso, muitos ocupantes que haviam adquirido terreno com base em sua situação de trabalho anterior à inauguração perderam o emprego durante o período seguinte e foram forçados a abandonar os terrenos por não conseguirem cumprir os termos do contrato com a Novacap. (HOLSTON, 2010, p. 285.)

Estes trabalhadores enfrentaram essas rígidas condições impostas, vale lembrar, para conseguir financiamentos de lotes nas *idades satélites* que não tinham a mínima infraestrutura, sem asfalto e saneamento básico, com lenta construção de infra para fornecimento de água e rede elétrica.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF)

Imagem 3 – O *Cinturão verde*, demarcado pela EPCT, Departamento de Terras e Agricultura (DTA), 1958.

A Novacap e a Prefeitura do DF desencadearam uma verdadeira guerra contra as vilas operárias, chamadas pela oficialidade de “invasões”, que embora em condições bastante precárias, ofereciam água e luz, além de outros pequenos confortos aos trabalhadores. Seguindo as propostas do projeto de Lúcio Costa, garantiram para as elites a terra dentro do chamado *cinturão verde*. Esse controle se deu pela demarcação explícita dos limites deste *cinturão* que envolveria a *Cidade Central*, como define Jusselma de Brito (2009), através da Estrada Parque Contorno, a *EPCT*.

Em gritante contraste com tal situação, as condições de venda destas terras que viriam a formar as atuais Regiões Administrativas do Lago Sul, Lago Norte e Parkway, denunciadas ainda em 1960, demonstram para quem efetivamente era destinado o Plano Piloto de Brasília e suas tão preciosas redondezas:

... essas glebas são extensas e situadas num dos sítios mais belos de Brasília. Além disso, correm céleres suas obras de urbanização. Água, luz, esgoto, asfalto, tudo será terminado num abrir e fechar de olhos. Não obstante, ao indagar o preço desses terrenos - esperando ouvir, naturalmente, uma cifra elevadíssima -, soubemos que o custo do metro quadrado não passa de 30 cruzeiros. E admiramo-nos ainda mais ao cotejar essa quantia com os 500 cruzeiros que representam o preço médio, por metro quadrado, de um lote comum situado nos futuros bairros residenciais D. Bosco e Península. Por que essa diferença, quando se deveria esperar o contrário, uma vez que os terrenos-mansões se destinam (...) à construção de residências de alto custo, ao passo que os lotes situados nas duas outras áreas foram adquiridos por pessoas de menos posses, entre as quais muitos funcionários públicos? A resposta a essa indagação nós a encontramos, ao ouvir (...) que os lotes de 500 cruzeiros o metro quadrado são vendidos em praça pública, enquanto os de 30 cruzeiros o são por especial favor e com a chancela do Governo Federal, na pessoa do presidente da Novacap! A justificativa apresentada pelos que superintendem essa venda é de que se faz necessária uma seleção dos compradores de lotes nesse bairro reservado às elites. A verdade, entretanto é bem outra. Os magníficos terrenos das mansões são habilidosamente utilizados pelo governo(...) para capitalizar a simpatia de políticos e homens influentes em torno da construção de Brasília. (SANTOS, Rubens R. dos. APUD VESENTINI, 198M, p. 209)

A denúncia do jornalista do Estado de São Paulo, de que JK utilizaria lotes em áreas nobres como forma de garantir apoio para a consolidação de Brasília, demonstra bem o que era tido por “imoral” à boa parte da mídia da época. Não seria o explícito favorecimento elitista na aquisição de lotes em áreas centrais o maior problema, mas sim a utilização partidária deste favorecimento à elite. Este favorecimento da Novacap/Prefeitura para as elites entre 1958 e 1964, em contraste com a rígida forma de venda de moradia aos trabalhadores no mesmo período, foi

condição *sine qua non*³³ para a consolidação de uma segregação social e racial instaurada pelo democrático Estado brasileiro e é um reflexo do momento político vivido nacionalmente.

A instabilidade política dos governos de Jânio Quadros e João Goulart aprofundam as contradições sociais, demonstrando que, o que ocorria em Brasília não era o esfacelamento de um projeto de Capital “igualitária” que refletia um Estado democrático de direito, ao contrário, eram os evidentes sintomas de um Estado capitalista reafirmando seu projeto social de dominação de classe.

Como o Estado político não tem outra missão a não ser proteger a exploração do trabalho popular pelas classes economicamente privilegiadas, o poder do Estado só pode ser compatível com a liberdade exclusiva destas classes cujos interesses ele representa, e pela mesma razão, deve ser contrário à liberdade do povo. (BAKUNIN In FERREIRA, A.C.; TONIATTI, T.B.S. (Org.), 2014, p. 180)

Com isso não ignoramos as nuances diferenciadas da coalisão partidária de Jânio Quadros, alinhado ao projeto liberal da UDN, e o hesitante projeto de inspiração trabalhista de João Goulart/PTB. Entretanto, Brasília, concebida dentro da proposta do “nacional-desenvolvimentismo” de JK, servia como projeto de Capital, tanto aos “nacionalistas/trabalhistas” do PTB, quanto aos “liberais/entreguistas” da UDN. Retornemos um pouco ao *Núcleo Bandeirante* para entender melhor, como se dá a diferença desses projetos em Brasília.

O Núcleo Bandeirante, que em 1961 ainda resistia às tentativas de remoção por parte da Prefeitura em consonância com o Governo Federal, ainda sob comando de Jânio Quadros, em 1962 já sob comando de João Goulart, tem sua fixação e permanência reconhecida deixando de ser alvo das ações da Novacap, embora oficialmente apenas em 1967 fosse formalizado esse reconhecimento por decreto³⁴. Porém a *guerra contra as “invasões”* não havia cessado.

O caso do *Bandeirante* foi destoante, uma vez que aos olhos de Goulart, o reconhecimento daquela permanência evitaria uma escalada de violência nos enfrentamentos pela permanência. Entretanto, o destino da vizinha Vila do IAPI não foi o mesmo, assim como das demais vilas ao redor do Plano Piloto. A diferença entre as vilas operárias tais como a Vila do IAPI e o Núcleo Bandeirante, é

³³ “sem a qual não”, indispensável.

³⁴ Decreto nº 571 de 19 de Janeiro de 1967.

justamente seu caráter de classe, já que o *Bandeirante* tinha em sua composição, grande número de comerciantes, ainda importantes para o abastecimento da recém-inaugurada capital. E por que neste caso, o aval do presidente era tão importante se Brasília possuía uma Prefeitura?

O Prefeito de Brasília era indicado pelo Presidente da República, e como tal cambiaram os partidos na presidência entre 1960 e 1964, cambiaram também os prefeitos de Brasília. Embora o corpo técnico da Novacap, incorporada como órgão da Prefeitura, permanecesse mais ou menos constante, o “poder executivo” mudava bastante, devido à instabilidade política dentro do Estado brasileiro. Dessa forma, os prefeito indicados, de 1960 até o golpe militar de 1964, do PSD, partido de JK, do PDC alinhado à Jânio Quadros e do PTB de João Goulart mantiveram o mesmo modelo de coerção contra as vilas operárias, sob a mesma narrativa de necessidade de preservação do plano urbanístico de Brasília.

As diferentes correntes políticas dentro do Estado, não romperam com a proposta urbanística de Brasília, nem propuseram amenizar o processo de segregação que transcorria naquele momento, ao contrário, reforçaram com maior ou menor intensidade a guerra contra as vilas / ocupações. A tensão dos últimos dias de Março de 1964, que culminariam no Golpe Civil-Militar, traria impacto imediato à luta dos candangos por moradia próxima ao centro. A intensidade das ações de expulsão destes trabalhadores se intensificaria.

De 1964 até 1969, o DF teve três prefeitos do ARENA, seguindo a cartilha do regime anterior, a Ditadura manteve o mesmo padrão de segregação urbana em seus primeiros cinco anos. Nestes anos, a prefeitura buscou extirpar as vilas/ocupações, mantendo o mesmo modelo de urbanização *polinucleada*. Para tanto, reforçou o mesmo discurso de preservação do caráter urbanístico de Brasília. Porém, nem tudo na política de urbanização anterior seria aproveitado pelo regime ditatorial.

Há neste momento uma mudança significativa na política de acesso à moradia e venda imobiliária, que estenderia a segregação já vivida pelos candangos, agora também aos trabalhadores do funcionalismo público.

Cerca de sete anos após a fundação da periferia, os termos de incorporação do Plano Piloto se modificaram. Em 1965, o governo vendeu a maior parte

de suas residências do Plano Piloto, dando a seus ocupantes opção de preferência na compra, a taxas extraordinariamente favoráveis. Com a criação de um livre mercado de residências no Plano Piloto as distinções entre as duas ordens sociais previamente constituídas se modificaram. Contudo, não se dissolveram; ao contrário, mantiveram-se graças a uma combinação de velhos e de novos fatores. A posição na hierarquia continuou a determinar quem podia ocupar as residências que o governo reteve consigo. Adicionou-se a isto, contudo, um fator crucial na restrição do acesso ao Plano Piloto e, portanto, na manutenção das estratificações sociais e espaciais de Brasília: a riqueza. A adição deste novo fator teve várias consequências importantes. O virtual monopólio que as pessoas recrutadas para fazer parte do governo detinham sobre o acesso à residência no Plano Piloto acabou. (HOLSTON. 2010, p. 291)

Até 1965 o principal critério de separação entre quem teria ou não acesso à moradia no Plano Piloto de Brasília era o de pertencer aos quadros do Estado ou estar empregado no funcionalismo público, sendo este um dos pilares para a falaciosa narrativa de uma Brasília “igualitária” como vimos anteriormente.

Após 1965 o critério de acesso à moradia no Plano Piloto é modificado com a venda dos apartamentos funcionais, bem como pelo fim das condições para as vendas, estipuladas pela Novacap, que privilegiavam os compradores vinculados ao funcionalismo público, como um todo. Assim, por conta dos valores cobrados, os ocupantes dos apartamentos que fossem de cargo de chefia e maiores escalões, em razão de seu poder aquisitivo, conseguiam se manter no Plano Piloto, por conta das condições de financiamento, porém os funcionários públicos de menores salários, por não terem as mesmas condições, passam a ter que recorrer aos financiamentos nas *idades satélites*.

De um lado, aqueles a quem haviam sido destinados apartamentos no centro foram sendo pouco a pouco expulsos em direção às cidades-satélites. (...) De outro, os que eram recrutados para posições de baixo escalão depois de 1965 não tinham outra escolha exceto viver na periferia. De duas maneiras, essa marginalização consolidou o centro como um lugar de residência para os estratos superiores – para os escalões mais altos da burocracia e/ou para as camadas de renda mais alta. (HOLSTON. 2010, p. 292)

Essa mudança foi crucial para a criação de uma especulação imobiliária em Brasília, mais próxima do fenômeno verificado noutras capitais, porém somada à condição de um espaço segregado ímpar no país. Se antes a maioria dos trabalhadores (candangos) era impedida de ter acesso à moradia na região central e enfrentava duras condições para ter acesso à moradia nas periferias, a partir de 1965, o número de excluídos do plano pilo saltaria, uma vez que nem mesmo os

funcionários públicos de menores salários teriam mais condições financeiras de adquirir moradia no Plano Piloto, e nem teriam mais as mesmas garantias de aquisição de antes.

Já as condições impostas pela Novacap para compras de lotes nas cidades satélites, não mudaram radicalmente. A novidade seria que a partir de 1965, os funcionários públicos de baixo escalão poderiam comprar esses lotes, o que antes não era permitido, já que detinham a preferência na compra de apartamentos no Plano Piloto. Com isso, surge um movimento de dupla expulsão, sendo o primeiro, o destes funcionários públicos do Plano Piloto para as *Satélites* (periferia) e o segundo, dos Candangos, que além de terem suas vilas perseguidas pela prefeitura, também passam a sofrer com o encarecimento de lotes e casas na periferia. Estas condições são visíveis com a criação do Guará I em 1967 e Guará II em 1969, com casas destinadas principalmente para militares e servidores públicos, já sem o recorte feito pela Novacap no período anterior a 1965.

As condições de vida da classe trabalhadora pioram sensivelmente neste período. A falta de moradia, de emprego e a carestia impulsionam uma série de revoltas. Além destas mudanças, a criação de uma nova Constituição em 1969 pela ditadura, modificaria o status do Distrito Federal, dando ao DF um caráter político-administrativo *híbrido*. A partir de então Brasília não teria mais a figura do prefeito, mas sim de governador, indicado pelo Senado Federal. Como já havia uma “confusão” na forma organizativa do DF, benéfica ao Estado, causada pelo significado dúbio de *idades satélites*, a ditadura optaria por manter o termo para os núcleos urbanos segregados do Plano Piloto, embora paradoxalmente, um ano depois utilizasse o lema “A cidade é uma só” para legitimar o plano que aplicaria em Brasília.

O que na narrativa oficial do Estado era um sonho que se tornava concreto, para os candangos, como dizia a canção *Brasília*, da banda *Plebe Rude*: “Rachou! O concreto já rachou!”.

Capítulo II – Da Ditadura à Democracia

“Vinham que nem bicho pra cima dos barracos das pessoas, quebraram tudo. E eu sai em defesa daqueles barracos e enfrentei o pessoal da TERRACAP. A intenção deles era prender os líderes do movimento. Mas, não éramos nós os grandes organizadores. Os grandes organizadores eram o povo! Nós estávamos ali pra dar um certo encaminhamento.”

Relato de Lourdes, integrante da Associação de Moradores da Vila Paranoá nas décadas de setenta e oitenta.
Trecho do livro *Memórias e Direitos: Moradas e Abrigos em Brasília*

2.1 – Olhar de especialista: O planejamento Empresarial-Militar

O golpe militar de 1964 que daria início ao período de mais de 20 anos de ditadura no Brasil, em Brasília modificaria a estrutura urbana, de modo sagazmente interligado com os interesses políticos das elites nacionais / locais, aperfeiçoando o projeto segregacionista e excludente, vigente até 1964.

A primeira grande mudança como dissemos no capítulo anterior, foi a forma de venda e acesso à moradia em Brasília. Esta mudança possibilitou o surgimento de uma dinâmica de compra e venda, próxima ao que verificamos em outras cidades brasileiras, ditadas por um *mercado imobiliário*. Vimos também que este “mercado imobiliário” foi criado artificialmente pelo próprio Estado no período em que Plínio Reis (ARENA) foi Prefeito do DF entre os anos de 1964 e 1967, nomeado por Castelo Branco (ARENA). Facilitando assim a compra de imóveis no Plano Piloto, beneficiou a nascente burguesia de Brasília e o alto escalão do Estado.

Criando uma falaciosa imagem de *isonomia* em relação ao acesso à região central da Capital Federal, já que daquele momento em diante, não seriam mais apenas os funcionários e quadros do Estado que teriam acesso aos imóveis no Plano Piloto. A prefeitura, ao tornar possível o acesso a qualquer “cidadão” que tivesse dinheiro suficiente para os altos preços, dava “fim na corrupção” denunciada em alguns jornais à época, que ocorria nas vendas imobiliárias até 1965.

A prefeitura do Distrito Federal ou prefeitura de Brasília, sendo correia de transmissão direta dos líderes da ditadura para o âmbito local, não precisou mais do que duas ou três canetadas para desencadear a ruína do frágil simulacro de igualdade do plano de Lúcio Costa.

Já para os trabalhadores que não tiveram lugar neste simulacro de Lúcio Costa, a política de perseguição às vilas operárias se transformaria num

cerceamento mais rígido que o habitual nos primeiros anos de Brasília. Ao se passarem os anos, as contradições de tais ações estatais demonstrariam os verdadeiros interesses dos que comandavam o Estado.

Em 1967 é criado o Guará, com a finalidade de prover moradia aos setores tidos como “médios”, principalmente para componentes das Forças Armadas. O acesso à moradia nesta então “cidade-satélite” já aconteceu de acordo com as mudanças na política de venda imobiliária, sob responsabilidade da Novacap, que funcionava como uma espécie de companhia da prefeitura. A localização, entretanto, causaria espanto por se encontrar a poucos quilômetros da histórica Vila do IAPI, que ainda sofria com as tentativas de destruição por parte da prefeitura e da Novacap.

O desenrolar das condições políticas no país não favorecia a classe trabalhadora, e o avanço das pautas da burguesia nacional avançava a cada *Ato Institucional*, que serviam como instrumentos cirúrgicos para criar o arcabouço repressivo com o qual os militares poriam em funcionamento sua ditadura lado a lado com os grandes empreiteiros e banqueiros. Em Brasília, esse movimento trouxe evidentemente consequências imediatas no processo de formação da cidade que já vivenciava intensas disputas políticas desde sua construção.

Com o decreto do AI-5 em 1968, o fechamento do regime político estava garantido. No ano seguinte era criada a Constituição de 1969, outorgada pelos militares, buscando dar ares de legalidade que legitimassem tal intervenção interna e externamente. Nesta nova carta, o status de Brasília mudava, passando o Distrito Federal da condição de *Município Neutro*, que tinha como chefe do poder executivo um Prefeito, para uma condição *Híbrida*, na qual o Distrito Federal, assim como os *Territórios*, teriam suas instituições político-administrativas mediadas pelo Senado Federal. O Distrito Federal e os Territórios teriam como chefes do executivo um Governador nomeado pelo Senado. Assim, Brasília (ou o Distrito Federal) não teria mais a figura da *Prefeitura*, surgindo assim o GDF.

Em 1970 o GDF lançava a *Campanha de Erradicação de Invasões* que tinha como principal objetivo destruir todas as vilas ao redor do Plano Piloto, principalmente as habitadas pelos setores mais precarizados da classe trabalhadora, partindo de decisões arbitrárias, como vimos no capítulo anterior, utilizando-se quando conveniente, de algumas dessas vilas, como a Vila Planalto, como uma espécie de “bairro de trânsito” para funcionários e oficiais que ainda chegavam na

cidade, por conta da qualidade superior de parte das habitações desta vila, que foi feita para os engenheiros e funcionários mais graduados durante a construção do Plano Piloto entre os anos de 1957 e 1960.

Essa campanha se deu inicialmente com a tentativa de convencer os moradores das vilas operárias de que poderiam ter sua casa própria, em situação legal, com maior conforto e segurança. Com a repressão aos movimentos sociais, e o medo de represálias, muitos moradores dessas vilas se veem obrigados a aceitar a retirada de suas casas e se mudarem para os lotes que a prefeitura lhes ofertara, a preços relativamente baixos.

Entretanto, as condições encontradas são completamente destoantes das ofertadas pela prefeitura. A prática já conhecida dos primeiros candangos, da expulsão de trabalhadores das vilas operárias para a implantação de Taguatinga, Sobradinho e Gama, se radicalizou com a criação de *Ceilândia*. O Estado por sua vez, buscava legitimar ainda esse processo.

O *Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle de População do Distrito Federal* foi um importante instrumento de intervenção do Estado na dinâmica urbana de Brasília tanto para as ações planejadas no início daquela década, pautadas na *higienização social* da região central da cidade, quanto para a manutenção desse paradigma urbanístico, já que serviria de base para outros importantes planos e suas consequências seriam sentidas por décadas. O principal argumento para a elaboração do plano foi a suposta necessidade de se preservar os recursos naturais e ambientais da região ao redor do Plano Piloto que estariam sendo esgotados devido as ocupações irregulares, assim tornando as vilas operárias as vilãs-predadoras do meio ambiente.

Utilizando-se das deliberações de governos anteriores, principalmente das medidas adotadas ainda na construção da cidade, como a criação da EPCT, o Planidro que foi encomendado à CAESB pelo GDF, recomendava que as terras na Bacia do Lago Paranoá não fossem ocupadas, alegando a fragilidade do ecossistema desta bacia hidrográfica sob um diagnóstico supostamente técnico.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção neste diagnóstico técnico do Planidro é o *Zoneamento Sanitário* proposto no estudo, que apresenta critérios no mínimo questionáveis se levarmos em consideração tanto os estudos técnicos elaborados em governos anteriores, quanto a própria disposição espacial vigente.

O *zoneamento* proposto dividia o território do DF em quatro zonas, elencadas como: 1) Áreas ocupadas atualmente (em 1970) em cor branca; 2) Áreas de ocupação prejudicial em cor vermelha; 3) Áreas de ocupação com problemas sanitários em cor amarela e 4) Áreas de ocupação recomendável em cor verde.

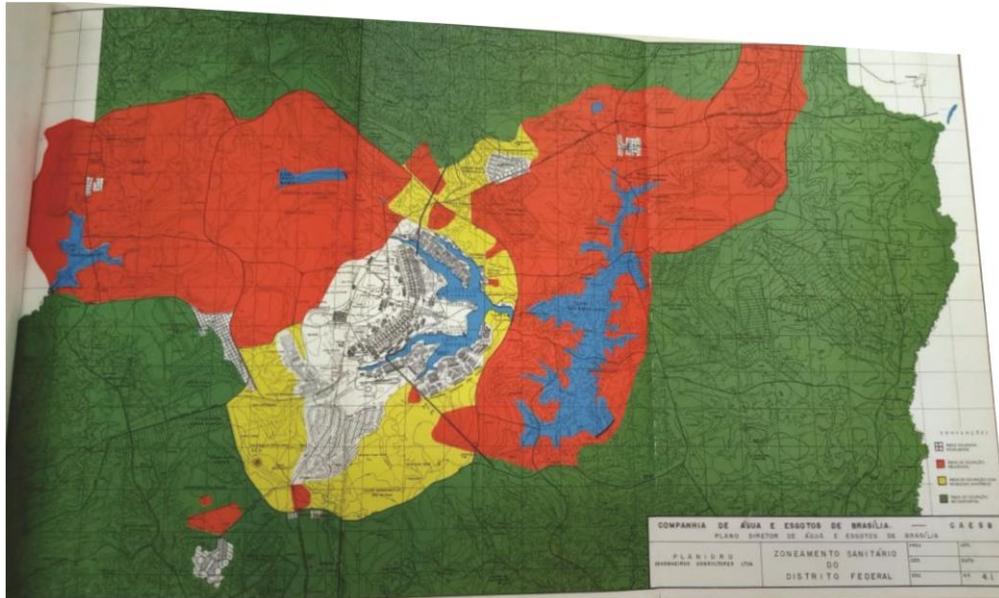


Imagem 4 – *Zoneamento Sanitário* do PLANIDRO, página 15. CAESB, 1970.

Entretanto são notáveis as incongruências nas demarcações deste zoneamento. A primeira vista, o mapa nos induz a entender que toda área demarcada em cor branca, já estava ocupada em 1970. Porém com um olhar mais atento é possível distinguir quais áreas estavam de fato ocupadas e quais faziam parte do planejamento do GDF. Uma enorme área que mostra o Parkway, não estava ocupada efetivamente em 1970.

Já outras áreas que não aparecem nomeadas, mas apareciam no Planidro como áreas ocupadas, ao redor do Plano Piloto, eram áreas de cerrado, que também não estavam ocupadas nesta época.

Se compararmos a delimitação ao redor do Gama (área branca na parte inferior do mapa) rodeada por áreas demarcadas em Verde, Planaltina, que aparece em cor Branca (na parte superior do mapa), rodeada por áreas demarcadas em Vermelho, com o Plano Piloto, em que tem todas as áreas sendo marcadas com a cor Branca, notamos que as áreas não-ocupadas eram tratadas de formas distintas se estavam na periferia ou na região central de Brasília.

O estudo aponta à necessidade de se expandir a cidade nas regiões demarcadas em cor verde, alegando que havia problemas em se ocupar mais densamente as regiões situadas na Bacia do Lago Paranoá, entretanto, tratam estas mesmas áreas, como “construídas”. Ignorando os planejamentos anteriores no que era conveniente ao GDF, o Planidro demarca assim as terras dentro do perímetro formado pela EPCT entre terras ocupadas, terras que poderiam ser ocupadas, mas com problemas, e terras que não poderiam ser ocupadas. Há aqui uma diferença sutil, porém central entre o zoneamento feito pelo Planidro e a composição proposta pela *Cúpula Construtora*.

Como vimos no capítulo anterior, no *primeiro ciclo* de urbanização de Brasília (1958-1970) o argumento para a perseguição às vilas operárias era a necessidade de preservação do plano urbanístico de Lúcio Costa, endossada pela ideia de um *Cinturão Verde* aprovada por Juscelino Kubistchek, entretanto, esses argumentos não eram baseados em estudos mais significativos, e sim sobre a suposição de que a cidade deveria comportar os 500 mil habitantes previstos no PPB.

O Planidro dessa forma foi lançado como um estudo que levaria em conta mais detalhadamente as condições geográficas do DF. Porém, o Planidro não chega a problematizar as condições de urbanização do Plano Piloto, nem do Parkway, Lago Sul e Lago Norte. Outro problema na abordagem do plano é que, desconsidera as vilas ainda existentes ao redor do Plano Piloto. Não há distinção entre o que está de fato construído, e o que estava apenas previsto em planos anteriores: ou seja, há uma estranha previsão de um bairro após o Guará (o que depois seria parte do Parkway, mas que não estava construída em 1970), porém Ceilândia que em tese já estava em construção, não aparece no mapa como área construída/ocupada!

De duas uma, ou o estudo levava em consideração que, a zona já “ocupada” estava fora de perigo ambiental, ou esta zona deveria ser incluída nas categorias de uso recomendável ou não recomendável. Aqui está a sutileza do argumento técnico supostamente indiferente às disputas políticas, com o qual os militares e o GDF impuseram sua agenda. O plano ainda trata brevemente das “invasões” da Vila do IAPI e Vila Tenório (nas cercanias do Plano Piloto) como favelas que seriam retiradas, dando por certo que não estariam naquela região que o próprio estudo dava como ocupada de forma genérica e que paradoxalmente, não era considerada problemática do ponto de vista ambiental.

Ao passo que a Campanha de Erradicação de Invasões avançava, o Planidro era apresentado como sua legitimação técnica. o slogan da infame campanha era "A cidade é uma só"... Porém no Planidro, a distinção está colocada abertamente, entre "Cidade de Brasília" e "Cidades Satélites". Esta não é uma mera questão terminológica, mas uma diferenciação política, que embora não encontre respaldo administrativo, gera um saldo político, demonstrando como o Estado entende o espaço do Distrito Federal.

Estas "cidades-satélites" inclusive são tratadas com diferentes funcionalidades, correspondendo em parte às pretensões da *Cúpula Construtora*, principalmente de Ernesto Silva, que entendia que as Cidades Satélites deveriam ter certa autonomia econômica. Assim, são colocadas Taguatinga e Núcleo Bandeirante como "cidades" com tendência para o comércio, Gama e Sobradinho com tendência para a industrialização progressiva e Planaltina e Brazlândia como cidades com tendência à produção rural, como vilarejos.

Já a "cidade de Brasília" considerada neste estudo apenas o Plano Piloto (embora na própria constituição outorgada pela Ditadura, não haja diferenciação entre DF e Brasília), aparece como cidade com as exclusivas funções residencial, administrativa e comercial³⁵.

Aqui a "funcionalidade" que se pretende para cada região chama a atenção, já que as "tendências" aparecem de forma "natural" como se ninguém houvesse recomendado tal uso e como se não houvesse medidas anteriores que constituem tais circunstâncias.

No mapa aparece o *Lago São Bartolomeu*, que seria um segundo lago artificial no DF, mas que nunca saiu do papel. Nas áreas ao redor desse lago, não haveria quaisquer ocupação de solo segundo o plano, exceto pequenas propriedades rurais, assim como ao redor da *Barragem do Rio Descoberto*. Mas curiosamente as áreas ao redor do Lago Paranoá aparecem marcadas como áreas que poderiam ser ocupadas, ainda que com problemas sanitários. Ora, se todas as "considerações" sociológicas do estudo apresentam uma ocupação degradante, que justificaria a retirada das vilas operárias desta região para serem erguidos novos núcleos nas regiões tidas como "recomendáveis" (em verde), por que estas mesmas regiões ao redor do Lago Paranoá não foram marcadas como "não-recomendáveis"?

³⁵ PLANIDRO, página 15.

É provável que a tentação em taxar essa inequívoca decisão de contraditória, ofuscasse a sagacidade dos “técnicos” da Caesb: Por um lado, estas áreas (amarelas), tidas como áreas que não seriam prioritárias, já que o estudo indica que haveria custos com cuidados sanitários quais cumpririam o papel de “entrave econômico” servindo assim como álibi para a intenção política do governo, por outro, não as retira do horizonte de ocupação, abrindo caminho para a especulação imobiliária.

Após a aprovação pelo GDF, o Planidro torna-se uma espécie de guia quase obrigatório, que perpassaria todos os demais planos de intervenção urbana na década de 1970 em Brasília. É importante destacar, pois nesta década, surgiriam muitos estudos e propostas, que se refletiram no mais importante plano daquela década, o PEOT de 1977.

Num contexto em que os movimentos populares eram duramente atacados nas ruas, guerrilheiros mortos no campo e cidade, a ideia de que o país vivia um *milagre econômico*, a empolgação com o tri-campeonato mundial e todo ufanismo artificial criado pela Ditadura, Brasília ia se consolidando como Capital Federal, com a cara que a ditadura queria. Esta com o Planidro, garantia larga vantagem às elites na disputa por território na região central da capital.

Seguindo as premissas do Planidro, é lançado pela CODEPLAN-GDF em 1972 o estudo *Núcleos Habitacionais Futuros* que propunha uma análise mais refinada sobre os sítios que comportariam melhor os novos núcleos habitacionais no DF. Não por acaso, todos os sítios propostos neste estudo estão situados nas áreas tidas como “recomendáveis” no Planidro, coerentes com o temor de esgotamento das condições de abastecimento e preservação da Bacia do Lago Paranoá.

Um ponto em comum deste estudo com o Planidro, é que ambos partem da ideia de que o Plano Piloto, que ainda estava com grandes números de superquadras por construir, não poderia ter áreas para a solução do problema habitacional, ou seja, que o uso dessas terras para moradia popular não era sequer cogitado.

A tentativa de “defender” o caráter urbanístico da cidade revela o flagrante desprezo conveniente por algumas das direções dadas (ao menos em tese) pelo planejamento oficial. A recorrente narrativa historiográfica estatal/oficial reforça a informação de que Brasília havia sido planejada para cerca de 500 mil habitantes.

Como vimos anteriormente, mesmo Lúcio Costa se referia a uma estimativa entre 500 e 700 mil habitantes. Se nos debruçarmos mais atentamente, podemos notar que em 1970, o Distrito Federal possuía uma população de pouco mais de 516 mil habitantes, segundo o Censo de 1970. Vejamos o quadro estimativo que aparece na página 21 do Estudo.

QUADRO I
DISTRITO FEDERAL: Ocupação Atual e Prevista das Áreas Residenciais;
População Atual e Prevista na Saturação dos Núcleos Urbanos

Localidade	Número Atual de Lotes Ocupados	Número Atual de Unidades Residenciais	Unidades Residenciais por Lote Ocupado	Total de Lotes Residenciais Previstos	Total de Residências na Saturação	Número Médio de Residências por Domicílio	População Residente	População Prevista na Saturação
	(2)	(1)	(2)	(2)	(2)	(1)	(1)	(2)
Plano Piloto	29.413	29.413	1,00	90.867	90.867	5,19	152.785	471.600
Taguatinga	13.935	19.370	1,39	18.146	25.223	5,49	106.320	138.474
Gama	11.447	12.935	1,13	17.954	20.288	5,53	71.556	112.193
Sobradinho	6.293	6.796	1,08	8.113	8.762	5,74	38.988	50.294
N. Bandeirante	1.417	2.094	1,48	1.417	1.417	5,32	11.133	7.538
Planaltina	3.329	3.396	1,02	6.473	6.602	5,44	18.484	35.915
Brazlândia	1.894	1.913	1,01	3.349	3.383	4,99	9.546	16.881
Guará I e II	4.208	4.208	1,00	14.817	14.817	5,77	24.392	85.494
Ceilândia	16.583	16.583	1,00	30.292	30.292	5,05	83.692	152.975
T O T A L	88.519	96.708	-	191.428	201.651	5,34	516.896	1.071.364

FONTE: 1) Censo de 1970-IBGE
 2) CODEPLAN
 OBS.: À época do Censo, a população da Ceilândia ocupava a Invasão do IAPI e Vila Tenório.

Imagem 5 – Quadro I, página 21. Núcleos Habitacionais Futuros – CODEPLAN-GDF 1972.

Este quadro demonstra claramente que havia em 1970 ainda, espaço suficiente para "acomodar" quase toda população das cidades satélites no Plano Piloto. Com exceção de Planaltina e Brazlândia que já existiam e por tanto, já estavam acomodadas, e também excetuando a população de Ceilândia, o que nos leva a uma segunda conclusão. Apenas a população da Ceilândia, à época com cerca de 83 mil moradores, poderia ser considerada "excedente" ao limite máximo de 500 mil habitantes pelo PPB de 1957. Em verdade, à época, esta população de "Ceilândia" ainda residia nas vilas do IAPI e Tenório, em frente ao Núcleo Bandeirante. Entretanto, se formos considerar a estimativa de Lúcio Costa (de 700 mil habitantes), não havia "excedente populacional" dentro dos limites da bacia do Lago Paranoá e nem no Plano Piloto de Brasília.

O que torna evidente que a expansão urbana para além do Plano Piloto, poderia muito bem ter sido alocada dentro da Bacia. Ou melhor, no próprio Plano Piloto havia condições para que toda a população do DF até 1970 residisse ali,

evitando assim o espraiamento do tecido urbano de Brasília e os decorrentes problemas sociais.

Através de uma pretensa defesa do meio ambiente, o GDF foi reforçando ao longo da década de 1970 a narrativa de guerra às invasões, nos planos de intervenção urbana, nos estudos encomendados e midiaticamente. Concomitante a este movimento, a garantia de terras para a especulação imobiliária se fazia mediante sutis diretrizes, como estas do PLANIDRO e do estudo de *Núcleos Habitacionais Futuros*. Mas à medida em que a repressão aos opositores avançava, os métodos se radicalizavam. Após criar um arcabouço legitimador, elaborado nestes dois documentos, o GDF cria em 1973 a *Companhia Imobiliária de Brasília*, mais conhecida como *Terracap*.

Esta companhia foi criada para desvencilhar as atividades imobiliárias do Estado da responsabilidade da Novacap. Dessa forma, ao criar uma companhia especificamente para cuidar das vendas e questões imobiliárias, o então governador Hélio Prates (ARENA) dava agilidade à política estratégica da ditadura empresarial-militar: favorecendo economicamente as grandes construtoras. Isso porque a Terracap não atuaria segundo uma lógica que levasse em consideração a função social da terra.

A *Terracap* embora seja uma empresa estatal, é criada com o intuito de agir como uma imobiliária, de acordo com a lógica capitalista e como tal passa a servir como agente na dinâmica especulativa. Dessa forma, o fenômeno da especulação imobiliária em Brasília é criado a partir do Estado. Por um lado, a enorme demanda social por moradia popular, por outro uma enorme quantidade de terras ao redor da região central de Brasília, tidas superficialmente como “impróprias” para moradia, controladas pelo GDF, seriam somadas, as condições para um encarecimento vertiginoso do valor das terras destinadas à expansão urbana no DF.

Essa política de retenção de terras para a especulação foi pautada na ideia de preservação urbanística do Plano Piloto e ambiental da Bacia do Lago Paranoá, entretanto, mesmo com os enormes custos sociais para a classe trabalhadora e a difícil manutenção das condições ambientais dentro da região central, não impediram sua degradação. Esse processo de urbanização gerou críticas desde a década de 1970, entre elas, o curioso caso das críticas de Lúcio Costa, que por conta de seu status de “criador” da cidade, mesmo durante a ditadura tinha especial atenção.

Ainda assim, tais medidas não foram negadas por Lúcio Costa. Ao contrário, o urbanista defendia ainda em 1974 que as terras ao redor das *Estradas Parque* não fossem transformadas em bairros. Acreditando estar defendendo o plano inicial de Brasília, e que o modelo de “cidade fechada” poderia se manter, com medidas que impedissem a ocupação ao redor do Plano Piloto. O urbanista, ao criticar as “disfunções” que ocorriam na cidade, reforçava o argumento elitista de “preservação” que legitimava a caça às vilas operárias. Lúcio Costa defendeu que fossem criadas indústrias para além das cidades satélites que já existiam, para que o fluxo de trabalhadores não confluísse para a região central da Capital.

Nesse processo de aferição e confronto das proposições contidas no Plano-Piloto com o estágio atual da cidade, importa verificar as deficiências iniciais e as deformações ocorridas, procedendo-se desde logo às correções necessárias e só depois disto feito é que caberia então partir para novas formulações objetivando uma expansão articulada e coerente que não lhe deturpe a feição peculiar, e que impeça a sua fusão com os núcleos satélites cuja implantação antecipada deveu-se a circunstâncias por demais conhecidas decorrentes da própria realidade do País ainda em fase de desenvolvimento não integrado.

Neste sentido é urgente estabelecer como preceito, digamos, "constitucional" o não prolongamento suburbano ao longo das vias que conduzem a esses núcleos periféricos, propiciando-se por todos os modos a instalação ali de atividades agrícolas. (...)

Ao passo que as atividades industriais, compatíveis com a vizinhança da Capital, deverão instalar-se além das áreas urbanas satélites, conquanto próximas a fim de aproveitar-lhes a mão de obra ociosa e de assim liberá-las da exclusiva dependência metropolitana. (COSTA, Lúcio. APUD SENADO FEDERAL, 1974, p.139)

O posicionamento de Lúcio Costa que aparenta uma crítica à expansão urbana, em sua opinião precipitada, argumentando que antes se deveria “corrigir” os problemas da cidade, em verdade é um reforço à apartação social, e uma contradição com a própria proposta inicial do urbanista, ao menos em tese.

Chama-nos a atenção, porém, que um dos argumentos seja o de que o custo social e econômico do modelo polinucleado seria demasiado “oneroso”. O urbanista trata este custo como problema da implantação “prematura” das Cidades Satélites, mas estes não seriam os custos caso as cidades satélites fossem construídas após a conclusão do Plano Piloto?

Só houve a possibilidade de adiantar a criação das cidades Satélites, porque elas estavam previstas. Quem previu? Como vimos, houve por anos um jogo de “empurra”. E esta, que tem se demonstrado uma questão secundária, nos conduz a outra, mais pertinente: Após os quinze primeiros anos de Brasília, ficaram evidentes os problemas teóricos e práticos do PPB, mas Lúcio Costa não fez autocrítica.

Então, o que propunha Lúcio Costa como solução? Ele criticou a forma como foi implementado o PPB. Com isso, quis dizer que o problema não estava no formato proposto, mas na forma como foi feito. Entretanto, os argumentos utilizados nos levam a crer que, de qualquer forma, a estrutura urbana polinucleada levaria a uma onerosa rede de ligações de transporte, energia etc. Quando Lúcio Costa se refere a deturpação do PPB, faz crer ao leitor que se os “pobres” foram obrigados a morar longe, não foi essa uma intenção do plano proposto.

Mas a Novacap, e posteriormente a Prefeitura do DF e o GDF só puderam fazer uso dessas satélites por estar dentro do próprio planejamento inicial. Ainda assim, para Lúcio Costa, a forma de correção deste problema foi a de manter o caráter administrativo de Brasília, criando funções industriais em localidades mais distantes, para além das cidades satélites. Era preferível jogar assim os “pobres”, que ele mesmo dizia que não deviam morar longe, para mais longe ainda, do que rever os usos espaciais da região central de Brasília.

Claro está que já não era Lúcio Costa quem dava ou não ordens sobre o que seria feito, porém, seu posicionamento era um importante fator político para tais decisões, ainda que numa ditadura. E essa ditadura, soube se utilizar desse fator. Três anos antes, em 1971, em carta ao Senador Cattete Pinheiro, Lúcio Costa argumentava que:

Esses núcleos habitacionais, criados inicialmente apenas para resolver o problema premente das favelas concentradas em torno dos canteiros das firmas construtoras, pois a mão-de-obra nunca vinha desacompanhada, transformaram-se, em pouco tempo, amparados pela demagogia em "cidades" sorvedouros de verbas destinadas a uma rede onerosa de infraestrutura, em detrimento do chamado Plano Piloto, ou seja, da cidade propriamente dita.

Invertia-se, portanto a ordem natural das coisas. As condições do concurso estabeleciam que a cidade deveria ser planejada para uma população de cerca de 500.000 habitantes; atingindo este limite, ela se desdobraria em cidades satélites devidamente planejadas. O arcabouço da cidade, que ainda é um arquipélago urbano, continua vazio, e as pseudo satélites cresceram estimuladas por essa balda retrógrada segundo a qual o trabalhador deve é mesmo morar longe. O desperdício e o sacrifício do transporte oneroso e desconfortável, num e noutro sentido, as filas, tudo faz parte do programa, tudo isto é "planejado". (COSTA, Lúcio. APUD SENADO FEDERAL, 1971, p.135).

Ou seja, em 1971 o urbanista ainda estava entre os que criticavam a forma como as satélites haviam sido criadas. Em 1974, porém, passou a amenizar a crítica, propondo que se mantivesse o modelo de cidade-central x cidades-satélites, criando subúrbios operários mais longínquos ainda. A dicotomia gritante entre o papel do centro e periferia, na crítica de Lúcio Costa retoricamente se diluía,

enquanto nas condições materiais dos trabalhadores que viviam nas cidades satélites se tornava implacável. É central aqui a defesa da manutenção das características “originais” de Brasília. Em outras palavras, trata-se da imposição do projeto excludente envernizado pelo simulacro igualitarista que vimos no capítulo anterior.

A defesa desse projeto pelo próprio autor reforçou o posicionamento das altas classes e da elite burocrática de Brasília, que almejava manter essa separação entre os bairros operários e suas superquadras. Contudo, Lúcio Costa nunca foi vinculado pela historiografia estatal-oficial como um “quadro teórico” do Estado, nem defensor de um projeto elitista, ao contrário: sempre retratado como um “sonhador”, um “defensor da igualdade” muito “à frente de seu tempo”. Contudo, aqui seu papel é central, uma vez que, durante a primeira metade da década de 1970 a formação urbana de Brasília era tema recorrente e objeto de grande interesse político.

As opiniões do “inventor” da cidade notoriamente contribuíram para dar forças aos projetos que levassem em consideração alguns dos aspectos defendidos pelo urbanista. Por isso, é necessário destrinchar aqui suas críticas, para entendermos no que de fato elas impactaram.

Na narrativa de Costa e de tantos outros entusiastas da narrativa estatal sobre Brasília, o acaso e o subdesenvolvimento brasileiro eram os culpados pelos erros e “deturpações” do projeto original. Mas quanto a isto, nada poderia ser feito. Porém, se os trabalhadores já foram expulsos do centro, por que não criar empregos para eles mais longe ainda do centro da cidade?

Assim, em nome da qualidade de vida dos trabalhadores, Lúcio Costa mesmo “crítico” dos rumos que a cidade ia tomando, cumprindo de forma cortes o papel de oposição consentida, e colaborativa com a ditadura, ajudou a sedimentar o segundo pilar da ideia de preservação: Primeiro, o caráter administrativo e monofuncional de Brasília, segundo, a preservação supostamente ambiental da Bacia do Lago Paranoá.

Ambos os sentidos de preservação já vinham sendo utilizados como ferramenta política. Com tais posicionamentos de Lúcio Costa, essa narrativa de preservação ganhava novas forças.

O *Plano Estrutural de Organização Territorial do DF* surge de um estudo encomendado pelo GDF à CAESB e ao GEIPOT³⁶, sob uma narrativa de necessidade de controle e planejamento, pautados por um olhar técnico e pretensamente neutro. Em um contexto de perseguição política aos opositores, e em Brasília precisamente, de expulsão das vilas operárias para a periferia, movimento esse que se prolonga por toda a década de 1970, o PEOT de 1977 surge como uma tentativa de normatizar o uso de terras na Capital Federal pelos 20 anos seguintes.

Dividido em seis partes, o PEOT foi considerado o primeiro plano de ordenamento territorial mais complexo desde a fundação de Brasília, tratando de *Demografia* (1º parte), *Emprego no DF* (2º parte), *Renda* (3º), *Elementos simples de habitação* (4º parte), *Metodologia de avaliação e análise das soluções alternativas do ponto de vista de saneamento e transporte* (5º parte) e a última e 6º parte, a conclusão do estudo, na qual aparecem as decisões tomadas pelo GDF.

O PEOT parte da premissa de que o movimento de migração para Brasília começava a se estabilizar, justificando assim um movimento de expansão mais “controlado” se comparado à década de 1960. Outro dado importante deste plano é o apontamento de que os dois principais campos econômicos na Capital eram o setor de “serviços” (50%) e o funcionalismo público (23%)³⁷.

No estudo, o GDF admite a visceral desigualdade social que se estabelece ao longo dos primeiros dezessete anos da Capital Federal, entre Plano Piloto e as *Satélites*. Comparando a renda média das localidades em classes de 0 a 6 salários mínimos vigentes à época por domicílio como Classe C, de 6 a 12 como Classe B e acima de 12 salários mínimos como Classe A, constatou-se o abismo social construído entre centro e periferia.

A discrepância se verifica quando o gráfico³⁸ que mostra a renda do Plano Piloto aponta para 50 % de sua população sendo de Classe A e mais 27% como Classe B, em contrapartida à *Satélites* como o Gama que tinha 80% de sua população tida como Classe C, ou ainda a Ceilândia com 95% de sua população como Classe C. Esses dados porém, não são elencados como uma crítica, mas como é típico do olhar tecnicista, são colocados apenas como dados, de forma a “naturalizar” tais desigualdades.

³⁶ GEIPOT: Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes.

³⁷ PEOT, p. 129.

³⁸ PEOT, página 197

Após uma análise sobre demografia, emprego e renda em Brasília, uma parte que nos chamou particular atenção é a do plano que trata dos “elementos simples de habitação”. Nesta parte, ficam evidentes os preceitos e olhares políticos por de trás do “parecer técnico”. Ao abordar as condições das habitações dos ditos *Setores de Mansões* (Lago Sul, Lago Norte e Park Way), neste caso especificamente sobre o Park Way, é relatado que:

Essas áreas habitacionais, apesar de servidas de redes de infra-estrutura (água, luz e telefone) e por um sistema viário hiper-dimensionado, não podem ser consideradas propriamente urbanas, uma vez que a maioria dos terrenos abrigam residências secundárias, ou seja, que servem de casa de campo a famílias domiciliadas no Plano Piloto. (PEOT 1977 : vol 1-2, p. 247).

Esses “bairros” tributários dos “subúrbios estadunidenses”, que são bairros tipicamente elitizados, ocupavam (como ainda ocupam) grande parte dos territórios que envolvem o conjunto urbanístico do Plano Piloto. Podemos notar que, o uso feito como “casa de campo” por pessoas que já tinham residência no Plano Piloto, não era tido como um “problema”, sendo apenas contatada essa situação.

O gritante contraste com as perseguições às vilas operárias demonstra a diferença de tratamento entre as classes. O que poderia soar óbvio, entretanto, não o é se levarmos em consideração que, dentro da narrativa do Estado, o Parkway se justificaria por ser prevista sua implantação, porém não com este “uso social”. Na mesma seção do documento, analisando as condições das habitações populares, os técnicos argumentam que:

Embora previstos para habitações unifamiliares isoladas, verifica-se atualmente que um grande número desses lotes é ocupado por mais de um domicílio (apenas no Guará I e II esse fenômeno não foi observado). Esses outros domicílios constituem-se em habitações provisórias construídas no fundo do terreno, cujo aluguel complementa a renda da família proprietária. Foram observados casos na Ceilândia onde um único lote abriga cinco barracos. (PEOT 1977 : vol 1-2, p. 244).

E fechando a análise sobre esse tipo de habitação, sugere enquanto possível política para este setor:

O uso atual desses lotes, em contraposição ao uso para eles previsto no projeto original, deve ser levado em conta como um indicador da viabilidade e, talvez mesmo, da conveniência de adensamento de zonas residenciais desse tipo através da redução do tamanho dos lotes nas áreas a serem propostas. (PEOT 1977 : vol 1-2, p. 245).

Aqui o olhar técnico, supostamente isento de influência política, demonstra claramente a utilização de dois pesos e duas medidas. Analisando as habitações populares, há um critério objetivo: A destinação, a função pensada está sendo

cumprida? É gritante a diferença dada entre o que é e devem ser as áreas e formas de habitação no *Plano* e nas *Satélites*. Ainda assim é preciso pontuar que, mesmo sendo considerado altamente oneroso sustentar a infraestrutura de locais de baixa densidade demográfica como o Park Way, não há nenhuma reprovação da forma de uso, “de casa de campo” e o que é pior, não há nenhuma proposta de modificação do modelo, ao contrário, há uma ratificação deste.

Os trechos acima tornam evidente que no imaginário dos técnicos não só o adensamento territorial deveria ser mantido para fora dos limites da EPCT, mas também a visão de que as habitações populares poderiam ser reduzidas, invertendo a questão de uso de terra, deixando bem marcada a mensagem de que: ao povo trabalhador, quando houvesse terra para habitação, o lote, seria longe, pequeno e com infraestrutura precária. Às altas classes, estaria assegurado seu largo, oneroso e exclusivo espaço, resguardado pelo corpo técnico do Estado.

Na parte final do PEOT, em *Metodologia de avaliação e análise das soluções alternativas do ponto de vista de saneamento e transporte* está o cerne da política de expansão urbana que iria reger o crescimento de Brasília até o início dos anos 1990. Porém suas influências se fariam sentir nos planejamentos posteriores, até o cinquentenário da Capital Federal.

Nestes capítulos finais são apresentadas três propostas de modelo de expansões urbanas, adotando como critérios centrais *saneamento e transporte*, respectivamente elaborados por CAESB e GEIPOT.

A *Alternativa I* previa a criação de 9 novas áreas de ocupação que previam entre 54 e 164 mil habitantes, para além dos limites da Estrada Parque Contorno, a EPCT, ao redor do Plano Piloto. Na *Alternativa II*, a previsão era de criação de 4 novas áreas, para fora dos limites da EPCT, que previam entre 146 e 292 mil habitantes, a serem construídas entre Taguatinga e Gama. Por fim a *Alternativa III* previa a criação de 8 novas áreas, que abrigariam entre 82 e 146 mil habitantes, entre Taguatinga e o Plano Piloto, dentro dos limites da EPCT.

Aqui se faz necessário recordar que a EPCT, que tem sua origem entre os anos de 1958 e 1960, proposta pelo DTA³⁹ e aprovada por Juscelino Kubistchek, supostamente como um instrumento de preservação da Bacia do Lago Paranoá, se

³⁹DTA: Departamento de Terras e Agricultura, da Novacap

demonstrou desde a inauguração de Brasília, um eficaz instrumento de exclusão e apartação social da classe trabalhadora candanga.

Como tal, também foi um instrumento estratégico, por servir como um claro símbolo demarcatório para a instalação das primeiras *Cidades-Satélites* (Taguatinga, Gama e Sobradinho), todas erguidas para além dos limites da EPCT, a pelo menos 22 km de distância do Plano Piloto.

Voltando ao PEOT, das três *alternativas* elaboradas e analisadas por CAEB e GEIPOT, apenas uma delas, a *alternativa III*, previa novos bairros (ou cidades satélites) dentro dos limites da EPCT, vizinhos ao Plano Piloto. Entretanto nos pareceres, são apontadas como desvantagens as questões sanitárias e ambientais de novos bairros dentro da Bacia do Lago Paranoá. Já na *alternativa II* todos os novos bairros seriam para além da EPCT, e isso contaria como argumento positivo do ponto de vista ambiental e sanitário.

Assim a decisão ficou a cargo das condições de transporte dessas alternativas. Segundo os técnicos, a *alternativa I* não apresentava nenhuma novidade em relação ao sistema de transporte vigente à época, baseado no uso de ônibus, dependeria excessivamente do Plano Piloto. Este foi o mesmo argumento para o corredor de transporte de massas, proposto na alternativa III, entre Taguatinga e Plano Piloto, a qual previa ainda com a construção do metrô e acarretaria um movimento pendular ainda maior que o existente entre Taguatinga e o Plano Piloto.

Por sua vez, na alternativa II, a ideia de um corredor de transporte de massas, o metrô, entre Gama, Taguatinga e Plano Piloto, não geraria maior dependência do Plano Piloto. Dessa forma Taguatinga exerceria papel de um “segundo centro” da cidade.

Na decisão em favor da Alternativa II, cabem no entanto, duas recomendações. A primeira, fundamental para o sucesso do futuro sistema de transporte, é a descentralização da oferta de emprego e serviços. A segunda, de máxima importância para a redução dos custos de operação desse tipo de transporte, é redimensionar as novas áreas urbanas propostas entre Taguatinga e Gama, modificando-lhes as formas e diminuindo-lhes as populações. Os excedentes populacionais desse remanejamento deveriam ser alocados entre Taguatinga e o Plano Piloto, densificando o corredor do sistema rápido de massa, fundamentando a localização de paradas intermediárias nesse trecho e contribuindo, assim para sua maior utilização. (PEOT 1977 : vol 1-2, p. 365).

Como resultado, a *Alternativa II* foi apontada como a mais adequada, e cabe aqui uma maior reflexão sobre esta escolha. Essa “diversificação” de atividades econômicas estranhamente só aparece na *Alternativa II*.

Outro elemento bastante problemático é que, no que se refere ao Saneamento, nas três propostas o critério além do consumo de água é o custo de implementação de estação de tratamento nos locais de expansão, e que por conta disso, não seria “recomendável” o uso da Bacia do Paranoá, já que esta opção seria a mais onerosa.

Este argumento, porém torna-se inócuo quando é mantido o modelo de “subúrbios estadunidenses” dentro da Bacia do Lago Paranoá. Ora! Se o custo para implementar a infraestrutura urbana em grandes áreas como o Park Way, não foi encarado em nenhum momento como um problema, se torna um impeditivo, quando a proposta é criar novos bairros que por ventura pudessem ter incluídas áreas para moradia popular na mesma região?

É factível afirmar que o problema não era o custo do investimento, mas sim, com quem seria investido e onde seria investido esse recurso. Se por um lado dinheiro não seria problema para criar uma rede de transporte rápido entre Gama-Taguatinga-Plano, seria o problema para a implementação de um sistema de tratamento de águas dentro da Bacia do Lago Paranoá. A falta de dinheiro não era um problema para manter a infraestrutura de locais como o Park Way, o que nos leva a pensar que o argumento de custo econômico não é meramente retórico. Ao contrário, evidencia o que é importante e o que não é, ou seja, nos revela com o quê os técnicos, e, por conseguinte, os políticos que os indicavam, estavam preocupados.

Além destes pontos, outro aspecto importante que precisa ser levado em consideração é a possibilidade de novas expansões. Nas *Alternativas I* e *III* não aparece esta possibilidade, já na *Alternativa II* o documento prevê o uso de possíveis áreas para excedentes populacionais entre Taguatinga e Plano Piloto, já que por ali, passaria uma via de transporte de massa.

O que chama a atenção para este detalhe é que, estas terras, onde hoje se encontram Vicente Pires e Águas Claras, seriam “guardadas” para uso futuro, quando as demais áreas já estivessem desenvolvidas e saturadas: Ora! Mas se não era de toda forma recomendável a ocupação e adensamento da Bacia do Paranoá para esta finalidade, como é o argumento que pesa na não escolha da *Alternativa III*,

por que deixar esta possibilidade “secundária” dentro da Alternativa escolhida, se não para justamente favorecer ali uma especulação imobiliária?

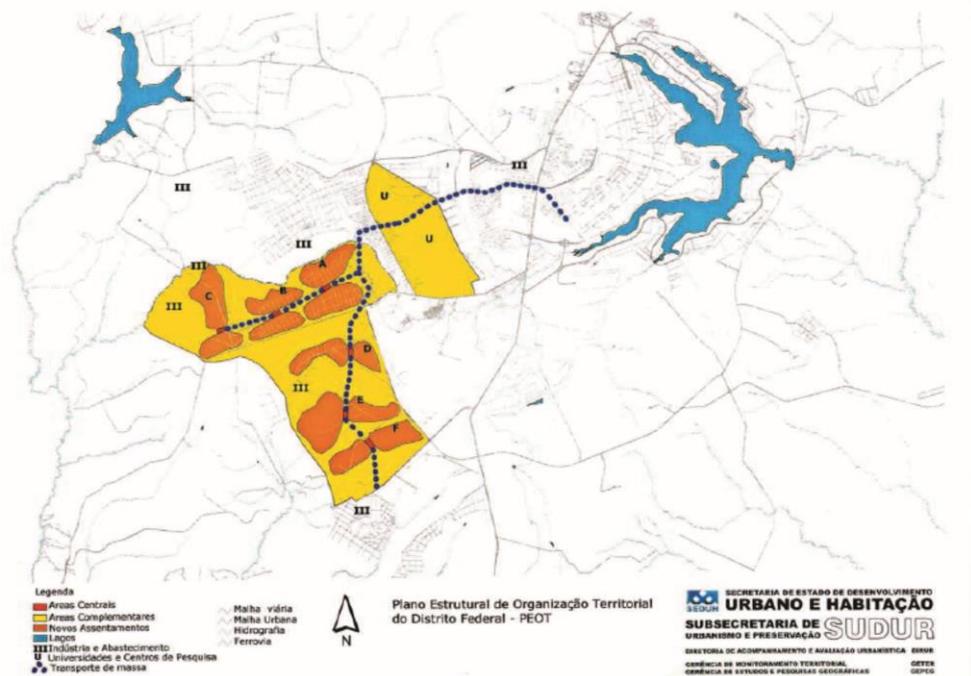


Imagem 6 – Alternativa II aprovada pelos Técnicos da CAESB e GEIPOP. PEOT -1977.

Afinal, quem por ventura não pudesse mais adquirir habitação nas áreas já ocupadas (regiões periféricas) depois poderia recorrer às áreas centrais? Paradoxalmente, essa “brecha” na proposta escolhida é justamente o que se argumenta de forma veemente como um fator prejudicial às outras duas propostas rejeitadas, que é o adensamento dentro dos limites da Bacia do Paranoá.

Também nos parece clara a destinação de habitação popular para além dos limites da EPCT e a preservação do espaço ocupado pelas elites dentro do *status quo* até então existente. Desta forma, podemos primeiro verificar a manutenção da divisão entre Cidade Central e Cidades Satélites, proposta no início de Brasília por JK e Lúcio Costa, segundo, notar que há, não só uma ratificação do *Status quo* como a ideia de radicalização dos limites destes espaços. O PEOT reconheceu e reafirmou a dicotomia entre centro (cidade central) e periferia (cidades-satélites), o que proporcionou um crescimento das periferias e uma retenção das terras na região central, o que favoreceu a valorização dessas terras, e a consequente especulação imobiliária.

Acreditamos que a motivação para serem apresentadas três alternativas em que, apenas uma prevê a criação de novos bairros dentro de todos os “pré-

requisitos” que já vinham sendo defendidos pelos planos estatais desde 1970, com todas as novas expansões para além dos limites da EPCT foi um artifício para reforçar o frágil argumento de inviabilidade de uso das terras na bacia do Paranoá, região que foi alvo de intensos conflitos entre o Estado e os candangos que residiam nas antigas vilas operárias ali.

Era essencial para o GDF criar a sensação de que houve um processo de escolha técnica na qual teria sido feita uma escolha observando critérios acima das disputas políticas ocorridas no período anterior, para que, assim como se buscava passar a imagem de um processo democrático-liberal para fora do país, com a existência de dois partidos, também no funcionamento político administrativo da capital, se buscava afirmar um suposto processo de escolha, seguindo os “ritos” democráticos, quando na verdade transcorriam com cartas marcadas.

A aprovação do PEOT influenciou sobremaneira o processo de metropolização de Brasília. Modificando a perspectiva de uma cidade com vários núcleos separados, prevendo um adensamento ao redor da linha de metrô que seria construída, estimulou a criação de uma malha urbana integrada, que em tese deveria contar com quatro novos bairros (cidades satélites) entre Gama e Taguatinga.

... o PEOT, recomendou a criação de novas cidades-satélites. Apontando os limites de “saturação” das cidades existentes, baseia sua recomendação no pressuposto de que a dicotomia estratificada entre o centro e a periferia é inviolável (Houston, 2010 p. 292).

O pragmatismo da política urbana dos governos da ARENA desautorizou em parte o modelo espaçado de Lúcio Costa, entretanto não relativizou nele o que lhe era essencial: a segregação dos trabalhadores na periferia. Buscou-se transformar Taguatinga em um novo centro para oferecer todos os serviços às camadas populares indesejadas no Plano Piloto, servindo como uma barreira higienista que livraria as elites do convívio com o povo.

Os especialistas faziam um favor às elites e à Lúcio Costa, que tinha verdadeiro pavor de que desfigurassem sua querida obra-prima, a Brasília em que já habitavam quase um milhão de pessoas.

2.2 – *Brasília Revisitada: Lenta, Gradual e Segura?*

A aprovação do PEOT condicionou o planejamento urbano no período posterior. Entre 1978 e 1985 Brasília se tornou uma metrópole e o país passava pela reabertura política. Neste momento novos atores entrariam em cena e dois elementos são fundamentais para entender o novo contexto que se desenhava na Capital Federal: o documento de autoria de Lúcio Costa intitulado *Brasília Revisitada* de 1985 e o *Tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade* em 1987.

Apesar dos impactos do PEOT, o plano não foi implementado em sua totalidade. Como dito, as “brechas” no plano que permitiriam a expansão em áreas dentro no interior da Bacia do Lago Paranoá resultaram numa vertiginosa valorização destes terrenos, assim que o GDF iniciou o planejamento para a construção de Águas Claras, que segundo o PEOT seria o último bairro a ser construído. Em paralelo, os outros bairros (entre Gama e Taguatinga) ainda não haviam sido nem planejados nem construídos.

Com a proximidade do 25º aniversário de Brasília, Lúcio Costa em contato com e a convite do então governador José Aparecido de Oliveira, elabora uma análise e uma proposta para corrigir os problemas urbanísticos de modo a reafirmar e não deturpar o plano original do urbanista. Desta interação surge o documento *Brasília Revisitada*, datado com o intervalo de 1985/1987, o que nos leva a crer que foi objeto de dois anos de reflexões e elaborações até tomar sua forma final.

Em suma, o documento trata do que Lúcio Costa considerava essencial na preservação de Brasília, segundo seus conceitos. Por tanto, novamente o Plano Piloto é o centro das discussões. A preocupação com o uso da orla do Lago Paranoá, com o uso dos Pilotis e com a manutenção do gabarito de no máximo 6 andares, é tratada de forma quase exaustiva pelo urbanista.

Mas se engana quem por ventura considerasse esse documento um “mais do mesmo”. Isso por que ao longo das 38 páginas, Lúcio Costa traz como pano de fundo um debate teórico sobre o modelo urbanístico, aí não só do Plano Piloto mas de Brasília como um todo. Cabe aqui a ressalva de que, pelo olhar do urbanista, Brasília, continuava a ser apenas o Plano Piloto, ainda que sabendo que o Distrito Federal, não sendo dividido em municípios, corresponde a Brasília.

A importância do *Brasília Revisitada* está no diagnóstico de Lúcio Costa que refletiria, além de mudanças importantes na construção de novos bairros, uma mudança de discurso que implicaria também numa confusão que enredou a historiografia da cidade, que ainda necessita maior atenção.

O primeiro fator que nos chama a atenção no documento, é a análise de Lúcio Costa. Como mencionamos em 1974 ele se posicionou contra a construção de novos bairros na Bacia do Paranoá, pois em sua opinião o “centro estava oco”, ou seja, deveria haver primeiro a ocupação total do Plano Piloto antes da criação de novos bairros, e estes novos bairros não deveriam ser construídos de forma nenhuma dentro dos limites da EPCT, para evitar a descaracterização do Plano original do PPB.

Onze anos depois o mesmo Lúcio Costa, propõe a criação de seis novos bairros, dentro dos limites da EPCT, ou seja, dentro da Bacia do Lago Paranoá. Contraditoriamente o urbanista propôs a criação dos atuais *Sudoeste*, “Bairro Oeste Sul” (A) e *Noroeste* “Bairro Oeste Norte” (B), além de “Nova asa Sul” (E) e “Nova Asa Norte” (F), as “superquadras EPIA” (D) e “superquadras da Vila Planalto” (C), como aparecem no mapa.

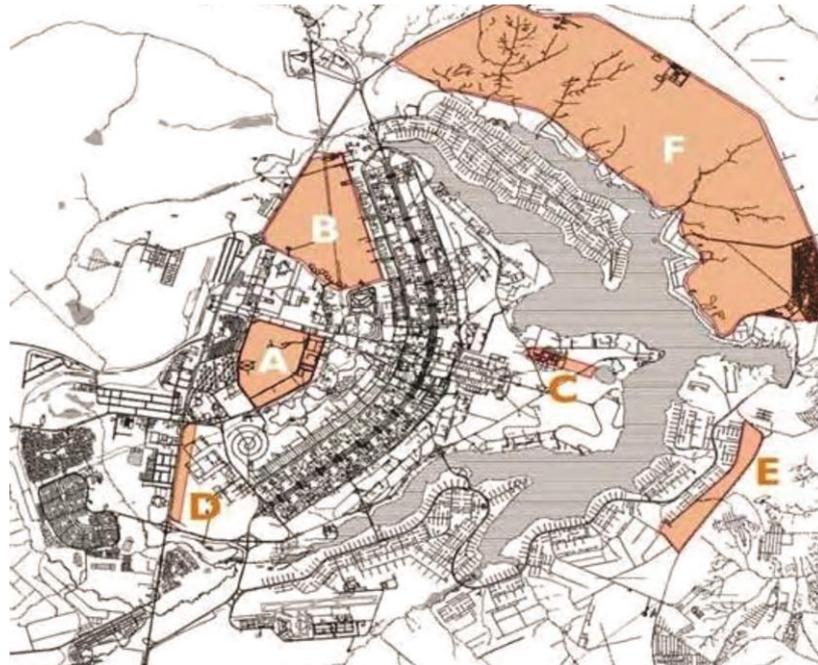


Imagem 7 – Áreas de expansão urbana do Plano Piloto propostas no *Brasília Revisitada* 1987. Lúcio Costa (1987)

Antes de avançarmos, é preciso lembrar também que, o *Brasília Revisitada* surge num contexto de reafirmação das propostas do PEOT de 1977, através de dois outros planos importantes, na medida em que cumprem o papel de refinar as políticas de uso de solo do PEOT.

Em 1985, o Plano de Ocupação Territorial (POT) formulou uma proposta de macrozoneamento sem alterar os princípios básicos de seu antecessor. Trouxe como inovação a criação de um Conselho Consultivo Superior de Planejamento, prevendo a participação da comunidade, e fixou limites para as zonas de expansão. Em 1986, o Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO) detalhou ainda mais os usos e atividades previstas no trabalho anterior, partindo de duas categorias básicas - solo rural e solo urbano - e de suas subcategorias. Mais uma vez, as tendências de expansão lançadas pelo PEOT foram ratificadas e foram reforçadas as condições para a formação de um aglomerado urbano estendendo-se de Brasília à Taguatinga/Ceilândia e delas até o Gama e a região periférica de Brasília no estado de Goiás. Reforçava-se assim, agora com planos e investimentos em urbanização, a histórica tendência de ocupação do quadrante sudoeste da Capital. (BRITO, 2009, p. 152)

Neste sentido, o POT, o POUSO e o Brasília Revisitada não trazem mudanças visando romper com o PEOT, mas aprofundá-lo. Da mesma forma oportunista que algumas áreas dentro da Bacia do Lago Paranoá são destinadas para novos bairros, o Brasília Revisitada abre a mesma brecha, que anos antes seu próprio autor condenava ferozmente. Embora não cause estranheza, os argumentos e a narrativa de Lúcio Costa, e sobre ele, fizeram com que o urbanista esteja sempre vinculado ao campo “progressista”.

De fato em sua retórica, e podemos perceber isso no documento do Brasília Revisitada, há uma intrigante preocupação com a condição dos trabalhadores. Na parte do documento sobre a estrutura viária do DF, o autor diz que “O que permanece incompreensível é até hoje não existir - pelo menos na área urbana - um serviço de ônibus municipal impecável, que se beneficie das facilidades existentes” (COSTA, 1987, p.10) esquecendo-se que ele mesmo criticara a disposição espaçada que se formou com a criação das cidades satélites, sendo na avaliação dele uma rede “onerosa”, que ele agora propunha!

Porém mais importante que a retórica é o conteúdo, e neste caso, o Brasília Revisitada revelou um dos maiores engodos da história de Brasília.

A narrativa da necessidade de Preservação, que até então era utilizada pela elite tanto no sentido de caráter administrativo da cidade, quanto no sentido ambiental, visava legitimar a expulsão das vilas operárias da região central da cidade. Todos os planos e documentos dos primeiros vinte anos de Brasília utilizaram esta narrativa exaustivamente, mas como num passe de mágica, em 1985 ela foi relativizada.

Uma vez assegurada a proteção de que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação - predominantemente residencial - em áreas próximas ao "Plano Piloto", ou seja, na bacia do Paranoá, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se

ao que já existe, cidade-parque - "derramada e concisa" - sugerida como traço urbano diferenciador da capital. (COSTA, 1987, p. 26)

De forma genérica, Lúcio Costa cita a “proteção que se pretende preservar”, se referindo ao conjunto urbanístico do Plano Piloto, mas sem comentar o quê ou quem ameaçava este conjunto, já que havia antes uma necessidade de protegê-lo. De qualquer forma, aparentemente, para o urbanista todos os riscos ambientais que foram apontados nos planos anteriores evaporaram durante os longos períodos de seca no cerrado. Assim como estes riscos evaporaram, aparentemente na compreensão do “inventor de Brasília” novos bairros ao redor do Plano Piloto não arruinariam sua obra prima.

Seria o efeito do passar dos anos que teria amadurecido as ideias de Lúcio Costa, tornando-o mais afável com a ideia de adaptação do projeto original? Possivelmente muitos tenham pensado confortavelmente e inocentes “antes tarde do que nunca”, ignorando as condições materiais. Vinte e cinco anos antes, não havia ainda especulação imobiliária como a conhecemos hoje, seja por parte do Estado, via Terracap, seja pelas imobiliárias privadas. Mas havia segundo a *Cúpula construtora*, impeditivos ambientais. Estranhamente, ao passo que surge a especulação imobiliária, desaparecem os impeditivos ambientais.

Com sua boa intenção, Lúcio Costa discorre sobre a concepção que orientaria esses novos bairros:

Na implantação dos dois novos bairros a oeste - Oeste Sul e Oeste Norte - foram previstas Quadras Econômicas (pilotis e três pv) para responder à demanda habitacional popular e Superquadras (pilotis e seis pavimentos) para classe média, articuladas entre si por pequenos centros de bairro, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto. (COSTA, 1987, p. 28)

Um dos novos bairros (Noroeste) que foram pensados para suprir a demanda por habitação popular, ao lado do centro da cidade, atualmente tem um dos metros quadrados mais caros do país. É certo que um urbanista não pode ser responsabilizado por toda dinâmica social existente, mas tão pouco pode ser isento de levar em consideração o contexto em que se insere sua proposta.

Não nos parece factível que Lúcio Costa realmente acreditasse que esses bairros fossem erguidos magicamente “à parte” dos interesses políticos do GDF. Desde 1978 o GDF tinha à sua disposição o estudo e planejamento do PEOT, assim como a posse da maioria das terras, e não construiu até então nenhum dos bairros previstos justamente para sanar a demanda por habitação popular. E façamos aqui o

registro, que a maioria dos bairros previstos seriam erguidos entre Gama e Taguatinga, onde o valor da terra não poderia ser comparado com o valor das terras na região central.

Também não nos parece factível que o renomado Lúcio Costa fosse tão desinformado acerca da dinâmica social, política e econômica da cidade que ele mesmo projetou e sobre a qual opinou em diversos momentos, sempre em contato com governantes e legisladores. Se o fosse, dificilmente teria proposto uma última mas não menos importante mudança, desta vez no Park Way:

No intuito de tornar a área das "Mansões" criadas por Israel Pinheiro economicamente mais adequadas, propõe-se admitir nelas o uso condominal, onde metade da área original, ou seja, 10.000m², seriam preservados para a casa matriz, podendo a outra metade comportar até 5 novas unidades, todas com entrada comum - independente ou não da entrada principal - e constituindo um só conjunto embora sendo, eventualmente, delimitadas por cercas vivas; seria também admissível nessas áreas a instalação de clubes de recreio. (COSTA, 1987, p. 29)

Aqui, curiosamente o urbanista empurra para o antigo colega a autoria de um projeto que ele mesmo esboçou no *Relatório do Plano Piloto de Brasília* de 1957. A repentina preocupação com a viabilidade econômica do modelo de bairro que guiou a construção de Park Way, Lago Sul e Norte, que ele mesmo projetou nos instiga a perguntar, para quem os setores de mansões poderia se tornar economicamente mais "adequada"? Para que pessoas, lotes com 2000m² próximos ao Plano Piloto, seriam economicamente acessíveis?

É evidente que a preocupação com a demanda por moradia para as elites e para a classe trabalhadora são separadas por um abismo, entretanto é escandalosa a forma como as manobras políticas se realizaram em Brasília. Simplesmente todos os argumentos de preservação ambiental utilizados no primeiro ciclo de urbanização da cidade, foram relativizados alguns anos depois para fornecer acesso à moradia para as elites. Se por um lado, Lúcio Costa não era o responsável por toda política habitacional, por outro tinha grande influência, e condescendência com a política de segregação social enquanto Brasília se constituiu e se consolidou como Capital do país.

Muito se poderia dizer sobre o contexto de reabertura, que ainda não havia liberdade política suficiente para se romper com políticas impostas pela ditadura. Entretanto, como vimos muitos dos programas elaborados durante a ditadura, buscaram referência em medidas realizadas ainda em período democrático. Mas tomemos por aceita a tese de que o poder dos militares se encerra totalmente em

1985. José Sarney eleito indiretamente, na condição de presidente indica José Aparecido para governador do Distrito Federal. A Câmara Legislativa do DF só passaria a atuar em 1990, tendo o DF até esta data, como “poder legislativo”, a *Comissão do Distrito Federal no Senado*.

Durante todo o período de ditadura, as antigas vilas operárias foram atacadas e perseguidas, continuando o projeto excludente que já se implementava antes de 1964, porém o problema de habitação não foi solucionado com as políticas higienistas. As estimativas de recrudescimento do movimento migratório que aparecem no PEOT não confirmam o fim do movimento migratório.

Brasília seguia sendo o destino de milhares de trabalhadores que buscavam melhores condições de vida. Contudo, nem mesmo moradia nas regiões periféricas era ofertada aos trabalhadores. Entre 1980 e 1988 nenhum dos bairros previstos pelo PEOT, para serem construídos na região periférica, é erguido. Com isso, novas ocupações surgiram ao longo daquela década, como a Vila Estrutural e a Vila Varjão, além das ocupações que ainda resistiam e ganharam novo fôlego com a chegada de novos moradores, como a Vila Telebrasília e a Vila Paranoá.

Entre 1985 e 1988 o GDF foi comandado por José Aparecido do PMDB, reverenciado pela mídia local como o governador que transformou Brasília em Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987.

Em 1988 o governador, resolve criar duas campanhas visando “resolver” o problema de habitação no DF, são elas o “Retorno com Dignidade” e o “Entorno com Dignidade”. O arquiteto e urbanista Luiz Alberto de Campo Gouvêa, crítico do planejamento excludente em Brasília, ao debater as políticas da recém-nascida Nova República, aponta que:

O que basicamente marcou esse período foi o não-entendimento da questão da habitação, pois as propostas para “sanar” o problema não relacionavam a moradia com as demais políticas públicas. Surgiram então programas como o “retorno com dignidade”, no qual o governo pagava a passagem de volta do migrante e obrigava seu retorno, infringindo o preceito constitucional do direito de ir e vir, além do que essa política significava uma malversação dos recursos públicos, pois não existia nenhuma garantia de que o migrante não retornaria imediatamente a Brasília, uma vez que no local de origem não foram sanadas as condições que motivaram sua partida.

O não-entendimento da questão habitacional ficou mais evidente no programa “Entorno com Dignidade”, em que, da mesma forma que nos períodos militares, os “novos governantes”, na sanha de segregar a população, passaram a erradicar as pessoas que moravam nas favelas de Brasília, transferindo-as para Brasilinha/Goiás, localizada fora do DF, a setenta quilômetros do centro de emprego e de poder. O resultado de tal ação foi o retorno da maioria absoluta das famílias, pois mesmo que lhes

fossem dadas ótimas moradias (o que não foi o caso), sua permanência no local inviabiliza-se, pois não teriam como mantê-las sem os empregos, ou um transporte barato e eficiente. (GOUVÊA, Luiz A. C., in PAVIANI, 1996, p. 234)

Mesmo em contato amistoso com Lúcio Costa, o GDF resolve por não aprovar as “Superquadras da Vila Planalto”. Esta, que ainda não era regularizada, sobreviveu durante as primeiras décadas, primeiro servindo ao GDF como uma espécie de “bairro de trânsito” como comentamos anteriormente, e posteriormente por conta da mobilização de seus moradores. O GDF acreditava que ainda seria possível destruir a Vila Planalto, por isso José Aparecido, muito preocupado em tornar Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade, entendia que a Vila Planalto não deveria ser fixada, onde historicamente se constituiu.

Ainda assim, o tratamento dado à Vila Planalto destoava das demais vilas. Ao longo de seu mandato, foram inúmeros casos de violência policial denunciados somados a estes dois “programas”, que foram verdadeiros programas de expulsão de trabalhadores migrantes. Com isso a popularidade do governador despenca, diante das críticas e do cerco político que ia se fechando, o aumento de ocupações populares em contraste com um escândalo de doação de terras:

Assim, a Nova República, ao mesmo tempo que expulsava a população pobre para outros estados, numa política inócua e inconstitucional, doava as valorizadas terras próximas ao Plano Piloto para pagar os compromissos da campanha eleitoral de 1985. Tal procedimento foi inclusive objeto de ação popular promovida pelos servidores da Terracap, fato que influenciou decisivamente na destituição do então governador José Aparecido de Oliveira. (GOUVÊA, Luiz A. C. in PAVIANI, 1996, p. 234)

Estes planos anunciavam que as mudanças de regime, carregadas de ilusórias esperanças, não mudariam as condições da classe trabalhadora, tampouco o imaginário higienista das elites.

Como comentamos no ponto anterior, a narrativa de preservação serviu como forte instrumento político entre 1958 e 1978. Com o Brasília Revisitada e o tombamento do Plano Piloto de Brasília, como Patrimônio Cultural da Humanidade, esse instrumento ganha novo fôlego, adicionando à narrativa de necessidade de preservação de Brasília, o sentido de preservação da cidade enquanto Patrimônio da Humanidade.

Formava-se assim, o *tripé da preservação*: a preservação do caráter administrativo e monofuncional de Brasília, a suposta preservação ambiental da

região central de Brasília, e por fim, a preservação dos aspectos urbanístico e arquitetônicos tombados na Capital.

Esse *tripé* vinha sendo pavimentado desde antes da inauguração de Brasília, sendo crucial para o modelo polinucleado e disperso de urbanização, aperfeiçoado pelas proposições e críticas de Lúcio Costa, seria fundamental na elaboração do paradigmático *Plano Estrutural de Ordenamento Territorial* de 1977, finalmente estava concluso em 1987.

Ainda que Brasília já não fosse uma cidade exclusivamente voltada para a administração federal, o desenvolvimento de outras atividades foi sistematicamente ceifado, o que gerou enorme dependência econômica do funcionalismo público, tornando-se uma metrópole a contragosto das elites nacionais e locais. Mas ao menos conseguiram preservar ambientalmente a Bacia do Lago Paranoá? –se pergunta o leitor. Não, respondemos. Foram inúmeras tentativas na década de 1970 e 1980 de despoluir o jovem Lago, o que ajudou a desmascarar as medidas supostamente “ambientalistas” que em verdade, eram a justificativa mais plausível para expulsar os trabalhadores da região central.

Este elemento é fundamental para entender a consolidação de Brasília como cidade e metrópole. Dessa forma, o Brasília Revisitada e o Tombamento de Brasília serviram como o “nó” do ponto: A partir de então, qualquer modificação na estrutura desigual, excludente e segregada, que representasse alguma ruptura com o modelo urbanístico imposto nos primeiros 27 anos de Brasília, seria atacado como um risco ao Patrimônio Cultural da Humanidade!

É necessário, contudo, ressaltar que desde então, são sustentados inúmeros equívocos quanto à condição do Tombamento em favor da manutenção da dicotomia centro-periferia, e não é o Tombamento em si que impediria a criação de moradia popular na região central. Entretanto, a narrativa de preservação é um prato cheio para os setores mais conservadores das elites de Brasília, que esquecendo-se cinicamente dos favores recebidos no passado recente, tentam naturalizar as condições vigentes, como algo que não foi construído.

Esse “esquecimento”, que transcende as elites e se espalha por grande parte da população de Brasília, em parte tem haver com a confusa historiografia que trata de Brasília, historicamente dominada pela narrativa Estatal-Oficial. O documento Brasília Revisitada, teve grande importância para as elites de Brasília, conseguindo através deste, as reformas urbanas que almejavam, sem com isso ter que conceder

à classe trabalhadora acesso a moradia na região central, mantendo nessa o *status quo*, de área “nobre”, elitizada obra do criador.

A proposta de Lúcio Costa dessa forma serviu como uma luva ao Estado e a sua Elite, em consonância com o contexto de reabertura política “lenta, gradual e segura” que se desenrolava desde o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

O acesso à terra nesta região, extremamente controlado pelo Estado, sob o pretexto de uma suposta redemocratização, têm de fato um novo ciclo, que passa pela relativização de uso do solo na antes “intocável” Bacia do Paranoá, que de forma *lenta, gradual e segura* ia se tornando acessível para a burguesia e alta burocracia do Estado, ou seja, para as Elites Locais/nacionais.

Lenta e gradual, por que a construção desses novos bairros foi convenientemente feita “a conta gotas”, permanecendo até os dias atuais incompleta. Das seis áreas propostas por Lúcio Costa, cinco são aprovadas. Destas surgem os atuais bairros do Sudoeste e Noroeste, únicos bairros efetivamente construídos. As “Novas Asas” Sul e Norte, do outro lado do Lago não foram construídas e suas áreas em parte são ocupadas por condomínios. Entre esses condomínios, alguns são “irregulares” (e quanto a essa terminologia, devemos tratar de forma mais criteriosa), outros são terras particulares que o Estado não desapropriou. Já a última das cinco áreas, contígua à EPIA, próxima a nova Estação Rodoviária de Brasília, segue “intacta”, como vinho que ao sabor do mercado imobiliário, a cada ano que se passa, mais saboroso fica seu valor.

Segura, pois após as campanhas de expulsão das vilas operárias (ocupações tidas como “invasões”), as elites garantem por mais de dez anos que a maioria das terras da região central de Brasília permanecesse sem novas ocupações, e após esse período é brindada com as relativizações quanto ao uso do solo nestas regiões, primeiro no PEOT (1977), depois no Brasília Revisitada (1987). Dessa forma, seguramente nenhum trabalhador poderia acessar esses novos bairros, com valores altíssimos vendidos pela Terracap, assim “restando” apenas os despreziosos membros das altas classes como compradores.

Em meio a este contexto, ao povo candango, a classe trabalhadora de Brasília, restaram poucas saídas. A inexistente política habitacional para as camadas populares durante a década de setenta e oitenta forçou a milhares de trabalhadores cada vez mais sufocados pelos caros aluguéis a buscar nas ocupações uma solução habitacional que lhes possibilitasse manter os empregos no

Plano Piloto e acesso aos poucos serviços que ainda podiam ter. A outra alternativa era buscar a compra de um lote “legalizado” nos municípios vizinhos do Entorno de Brasília, fora dos limites do Distrito Federal.

Por medo das violentas repressões às vilas/ocupações, medo da insegura situação de gastar suas poucas poupanças em barracos que podiam da noite para o dia serem destroçados pelos tratores da Novacap, milhares de trabalhadores que residiam de aluguel, de forma já precária nas *Satélites*, se veem forçados a buscar no Entorno a casa própria, ainda que isso lhes custasse o sacrifício diário, pago em gordas parcelas de seus salários, às ambiciosas empresas de ônibus que dominam o transporte coletivo do DF e Entorno e para as quais, somente 54 anos depois de inaugurada a nova capital, foi feita a primeira licitação de linhas.

O urbanista Francisco de Assis Veloso Filho em sua dissertação de mestrado já chamava a atenção para o fenômeno em 1986:

Além disso, constatamos que 43% da população não natural dos municípios próximos, com menos de 10 anos de residência, tinha domicílio anteriormente no DF. O fato é mais representativo nos municípios de Luziânia e de Planaltina de Goiás, onde, respectivamente, 60% e 56% dos que chegaram no período moravam no DF (VELOSO FILHO, 1986, p. 29)

Esse que é um dos efeitos mais nefastos da urbanização excludente, torna-se mais vergonhoso à medida que a historiografia não lhe destrincha e não lhe significa de maneira adequada.

Por estarem “fora de Brasília”, muitos dos antigos candangos, *novos chegados* e milhares de nascidos em Brasília, vivem sem serem considerados parte da cidade, mesmo trabalhando e estudando em Brasília, utilizando serviços, frequentando espaços de lazer e diversão, pagando impostos e etc. Visto por um ponto de vista unicamente político-administrativo, essa população deixa de ser responsabilidade do GDF.

Porém, se olharmos pelo ponto de vista geográfico, sociológico, econômico, e principalmente histórico, são necessariamente parte de Brasília. As diversas consequências desta política higienista do GDF, que trataremos mais a frente, tem no ano de 1988 um ponto de virada que permanece precisando de atenção da historiografia. Entrava em cena uma figura controversa.

2.3 – Os inocentes do Plano não entendem Roriz

Imediatamente após a renúncia de José Aparecido ao cargo de governador em Setembro de 1988, no mesmo dia 19, o então Presidente da República José Sarney indicava Joaquim Roriz para chefiar o GDF. Como último *governador indicado* pela Presidência da República, *Roriz* esteve à frente do GDF até Março de 1990, quando se afastou do governo do DF para assumir o Ministério da Agricultura no governo Collor por duas semanas, como estratégia para participar das Eleições para Governador do DF em Outubro de 1990. Mas estamos nos adiantando. Voltemos ao ano de 1988.

Brasília, em meio à transição da reabertura política, passava também por sua própria turbulência política: Com a troca de governo, abriram-se precedentes para reinterpretções dos planejamentos urbanos anteriores. A cidade estava mergulhada na profunda contradição de possuir enormes parcelas de terras sem uso efetivo e com planos de expansão urbana que não levavam em consideração o uso social da terra. A demanda por habitação popular era gigantesca, como vimos no ponto anterior.

Neste contexto, Roriz se insere como um governador que, diferentemente dos governadores anteriores, indicados durante a ditadura e no início da reabertura política, que em alguns casos caíram de paraquedas em Brasília, tinha grande conhecimento da região.

No ano de 1988, ainda na gestão de José Aparecido se iniciava a construção de Samambaia, que estava prevista para ser construída desde a aprovação do PEOT em 1978. Como comentamos mais acima, a retenção de terras em Brasília, principalmente na região central, como resultado da especulação imobiliária, forçou o crescimento dos municípios vizinhos bem como a criação de novas vilas/ocupações e a reanimação de algumas que ainda resistiam.

O início da construção de Samambaia, a passos lentos, dez anos depois de sua aprovação, porém seria a oportunidade perfeita para Roriz dar início à sua estratégia de governo e campanha. Embora muitos aspectos do funcionamento do Estado permanecessem quase idênticos com as mudanças de regime político, com a reabertura veio uma novidade para o contexto político da Capital Federal: seria a primeira vez na história de Brasília que haveria eleições para as instâncias executivas e legislativas de Brasília.

Antecipando-se ao pleito histórico e único, Roriz sagazmente reelabora a política habitacional, sem com isso romper nenhum preceito dos planejamentos anteriores. Ao contrário, os reforça. De 1988 para 1989, Samambaia se constituiria no principal vetor de expansão urbana de Brasília. Aproveitando as medidas higienistas do PEOT, Roriz viabilizou uma grande reedição da Campanha de Erradicação de Invasões, porém de forma oportuna para sua própria estratégia. E qual foi a estratégia política de Joaquim Roriz?

Num primeiro momento, Roriz premido pela proximidade das eleições, muda radicalmente a política que o governo vinha implementando e passa a ofertar moradias, utilizando os programas habitacionais de forma deliberada para desestruturar o movimento popular no DF, causando um retrocesso na organização do movimento que nem mesmo a ditadura militar conseguiu nos anos de maior repressão. Assim sendo, distribuiu, por exemplo, para a associação de inquilinos, com cerca de mil associados, vinte lotes de cada vez, criando um sistema propício à corrupção interna que causava o descrédito das lideranças, permitindo um total atrelamento dos moradores ao governo e em particular à pessoa do governador. (GOUVÊA, Luiz. A. C. in PAVIANI, 1996, p. 235)

Ao “distribuir lotes” Roriz não só criava vertiginosamente uma rede de apoiadores que lhe seria útil nas disputas eleitorais que se aproximavam como ao mesmo tempo, minava os movimentos populares por moradia. Essa estratégia foi criticada por seus adversários na corrida eleitoral antecipada.

A utilização do planejamento contido no PEOT serviu como uma luva ao GDF e à elite de Brasília: com essa estratégia, Roriz foi minando e desarticulando as ocupações de menor porte, cooptando as associações, e conseqüentemente extinguindo as novas ocupações do centro da cidade.

Com todo o contexto anterior e as represálias por parte do mesmo GDF, muitos dos moradores destas ocupações, influenciados pela estratégia de Roriz e ao mesmo tempo, temendo optar pela resistência nas ocupações, acaba por se transferir para Samambaia, tal como na década anterior outros milhares de trabalhadores foram expulsos para Ceilândia.

De acordo com GOUVÊA (1996) em pouco menos de dois anos, às vésperas das eleições de 1990, Samambaia já tinha 120 mil habitantes que, da mesma forma que os primeiros moradores de Ceilândia, tiveram que enfrentar toda sorte de problemas, já que, a construção das casas ficava por conta dos futuros moradores. Muitos sem condições financeiras, se estabeleceram em barracos nas mesmas condições habitacionais que os anteriores no Plano, ou com menor resistência por conta da pressão do GDF para a remoção das ocupações no Plano Piloto.

Dessa forma, esses trabalhadores, antes em ocupações no centro da cidade, agora estavam segregados e distantes 35 quilômetros do centro de Brasília. Ainda assim, diante das críticas, Roriz consegue encaminhar sua estratégia utilizando-se dos trabalhadores que conseguiram seus lotes.

Ressalta-se que a distribuição de lotes é vista pelos moradores como uma doação, pois, embora existisse um termo de compromisso assinado com a Terracap que implica taxas de ocupação, por determinação “verbal” do governador, essas taxas não são cobradas, possivelmente na expectativa de algum partido político ou o poder público levantar a questão e mais uma vez Roriz sair como “bom samaritano” e mais votos angariar com o uso da máquina pública. (GOUVÊA, Luiz. A. C. in PAVIANI, 1996, p. 235)

O resultado de sua estratégia é comprovado nas eleições de 1990. Roriz é eleito no 1º turno em disputa contra Carlos Saraiva e Arlete Sampaio do PT. Como vice-governadora ao lado de Roriz, foi eleita Márcia Kubistchek, filha de JK. A partir de janeiro de 1991, quando Roriz toma posse como 1º governador de Brasília eleito, a política de oferta habitacional curiosamente se refreia até quase ser inexistente.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos os municípios (cidades) com mais de 20 mil habitantes deveriam por lei, ter um *Plano Diretor de Ordenamento Territorial* renovado a cada dez anos, sendo atualizado a cada cinco anos. Em Brasília, o último grande plano de ordenamento foi o PEOT, sendo o POT, POUZO e o Brasília Revisitada, complementos que versaram sobre alguns dos aspectos necessários. Ainda assim, somente em 1992 Brasília teria seu primeiro PDOT.

A grande inovação no PDOT de 1992 foi o estabelecimento dos *Planos Diretores Locais* (PDL) que passariam a reger o crescimento de cada Região Administrativa de Brasília. Como a lei que instituía a obrigatoriedade dos PDOT exigia que houvesse participação “popular” através de fóruns comunitários, pela primeira vez houve alguma participação para além dos quadros técnicos do Estado. Essa participação, entretanto, funcionou mais como uma validação superficial das promessas feitas pelo corpo de funcionários do GDF, do que uma escolha por parte da população sobre os rumos da cidade.

Em termos de planejamento urbano, o PDOT/92 não trazia praticamente nada de novo em relação aos planejamentos anteriores: O estabelecimento de um corredor de crescimento Oeste/Sul para novos bairros na cidade, a futura construção de um Metrô, todos estes aspectos não eram mais que repetições do PEOT. O

zoneamento proposto no PDOT/92 inclusive reduz as terras tidas como propícias para a expansão urbana, mantendo estas em sua maioria nas regiões periféricas.

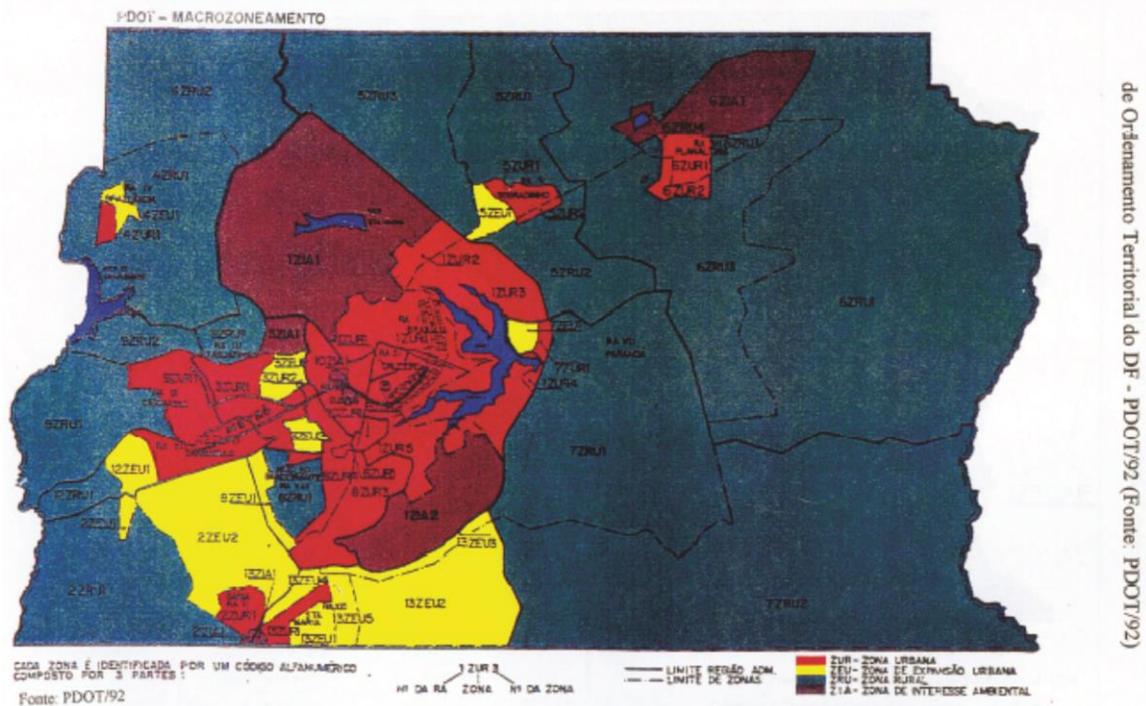


Imagem 8 – Zoneamento urbano proposto e aprovado no PDOT de 1992. PDOT-GDF - 1992

Um elemento curioso no PDOT de 1992 é que áreas que estavam previstas para construção, ainda dentro do mandato de Roriz, aparecem como áreas já urbanizadas, assim como outras áreas que não estavam urbanizadas mas que suscitavam o interesse dos especuladores imobiliários.

Nesse mesmo PDOT, o governo Roriz consegue criar um artigo que possibilitava reabrir os estudos para implantação do sistema de Metrô. É daí que surgiria o traçado que seria construído, bastante diferente do proposto no PEOT, como vimos no anteriormente. Esse movimento que acenava para a construção do metrô fez com que os valores das terras em que seria construída Águas Claras de acordo com DOYLE (1996) teria disparado, passando em pouco tempo por um aumento de 400%.

O GDF anunciava em 1992 o início da construção do Metrô o que gerou enormes polêmicas devido aos altos gastos necessários e devido às mudanças no traçado proposto pelo PEOT de 1977: com as mudanças, o metro não mais chegaria ao Gama, e ao invés de parar numa estação de baldeação (Atual terminal da Asa Sul), passaria por dentro da Asa Sul o que suscitou um enorme descontentamento da elite do Plano Piloto, que se sentia ameaçada com a ideia de maior acesso da

população das outras Regiões Administrativas (cidades satélites) à região central de Brasília.

Junto com a crítica ao governo Roriz, crescia a popularidade de Cristovam Buarque, que já pretendia se lançar como candidato ao GDF pelo PT, nas eleições de 1994. Buscando lançar novamente a estratégia de angariar votos através da oferta clientelista de acesso à moradia, o governo Roriz anuncia em 1993 a criação de quatro novas Regiões administrativas (RA's): Santa Maria e Recanto das Emas, dentro do esquema previsto pelo PEOT/1977, São Sebastião e Paranoá, sendo esta última a fixação da Vila Paranoá que resistiu a mais de uma década de tentativas de remoção por parte do GDF.

Entretanto, a estratégia utilizada nas eleições de 1990 não surte o mesmo efeito nas de 1994. O descontentamento de grande parte da elite de Brasília com a construção do Metrô, que não havia sido concluído no prazo anunciado, e a estratégia de oferta e doação de lotes à população que vivia nas ocupações serviram de motivo para que parte dessa elite não apoiasse Roriz. Por seu lado, o PT que crescia enquanto partido político em Brasília, aparecia com uma crítica muito similar à que a elite descontente com Roriz apresentava.

O descontentamento com Roriz também foi grande entre parte da classe trabalhadora, que por não estar em ocupações, também não conseguia acesso à moradia, se vendo obrigada a recorrer à moradia no Entorno.

Neste mesmo contexto, Brasília continuava tendo grande crescimento populacional, principalmente pelo movimento de migração. Mesmo com a criação de novas RA's, a demanda habitacional ainda era enorme. Em paralelo a isto, muitas das ocupações resistiram às tentativas de Roriz de expulsá-las para a periferia, como foi o caso dos moradores da Vila Estrutural e da Vila Telebrasília. Em busca da fixação, a associação dos moradores da Vila Telebrasília tentou manter independência frente ao governo Roriz, o que lhe custou duras represálias.

Em que pese essa política absolutamente perversa e clientelista do governo, foi nas ações contra o acampamento da Telebrasília que Roriz mostrou sua verdadeira face autoritária. Com efeito, apesar de ter pareceres de praticamente todas as secretarias favoráveis à fixação, de ter prometido publicamente a urbanização do acampamento, antes das eleições, ao término delas em função de a Associação dos Moradores da Telebrasília não ter apoiado sua candidatura e ter denunciado publicamente a tentativa de cooptação, utilizando a máquina governamental, Roriz mudou radicalmente de opinião, passando a desenvolver uma verdadeira guerra contra o acampamento, como se a atitude dos moradores não estivesse revestida do mais alto sentido de cidadania. (GOUVÊA, Luiz. A. C. in PAVIANI, 1996, p. 245)

Ao fim do primeiro mandato de Roriz, ficou evidente que seu programa político para a Capital Federal era tão higienista quanto os planejamentos da ditadura. E os planejamentos da ditadura, reciclaram grande parte do planejamento anterior, ou seja, do período democrático. Em 1986 VELLOSO FILHO questionava o projeto político por trás do planejamento territorial do PEOT/77:

Entretanto, cabe uma indagação. Como o diagnóstico (e mesmo a estratégia) feito em uma época autoritária pode coincidir com aquela de um período democrático? Isto é, a ideia de expansão urbana periférica e controle do crescimento populacional é ainda da década de 50; quando o país vivia um regime democrático. Assim, não se pode afirmar que a estratégia de organização territorial-urbana proposta por estes estudos aqui levantados seja resultante direta e exclusiva do regime político autoritário da época. (VELLOSO FILHO, 1986, p. 118)

Esse mesmo questionamento não foi feito pela historiografia quanto ao alinhamento político do planejamento higienista do GDF após a reabertura política, com o planejamento proposto na ditadura. Acreditamos que este é um fator fundamental para entender como Brasília se torna uma cidade segregada e como se mantém nessa formação urbana.

A figura política de Joaquim Roriz condicionaria em parte a formação urbana de Brasília da década de 1990 em diante, porém suas proposições são reciclagens das proposições anteriores. A oferta de moradia popular exclusivamente na periferia de Brasília apenas revela a continuidade da política das altas classes de Brasília.

Neste sentido, Roriz, acusado por parte da elite da cidade de beneficiar os “pobres”, em verdade fez com maestria o que os membros da elite nunca o fizeram: expulsou milhares de trabalhadores da região central de Brasília, porém conseguindo com isso um saldo político com os “beneficiados”.

A inédita possibilidade do jogo político-eleitoral, que não existia em Brasília até 1990, iniciou na Capital Federal uma nova fase em que a barganha política seria parte intrínseca do planejamento urbano e as demandas de cada classe estariam envolvidas de forma menos velada. Os inocentes do Plano Piloto criticaram Roriz, por fazer o que nenhum político antes conseguiu: excluir trabalhadores do Plano ao mesmo tempo em que enfraquecia os movimentos populares por moradia.

Capítulo III – *Brasília?*

“Deu no jornal nacional
 Quebra quebra na Estrutural
 Ação policial sem vaselina sem creme
 E só de ver de longe a farda de um pm
 A criança de colo não se controla treme
 Também os caras não são nada ingênuos
 Cacetes cães bombas de gás lacrimogêneo
 Nesses momentos
 Por mais que eu me esforce eu não consigo ver
 Diferença dos governos do passado e o que tá ai...”
Brasília Periferia, Parte 2 – GOG – 1998.

3.1 – A corrida pela terra e pelo voto

Brasília em 1991 já tinha uma população de 1.515.000 habitantes. A capital do Brasil completava 30 anos em 1990, quando finalmente possuía todo o arcabouço burocrático condizente com um sistema democrático burguês (Estado Democrático de Direito), contando assim com Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, próprios e autônomos.

Como abordamos no capítulo anterior a eleição de Roriz (PRT) para o mandato de 1991-1995, possibilitou a continuidade de sua política de moradia extremamente precária e segregacionista. Estes aspectos, no entanto, ficaram menos marcados na crítica de opositores que o caráter clientelista e eleitoreiro de Roriz. O imaginário elitista de muitos setores da classe trabalhadora e evidentemente das altas classes criou o estereótipo do “Pão com Leite” para os trabalhadores que apoiavam Roriz. As *Satélites* criadas no governo Roriz, taxadas pela oposição dita de esquerda de “currais eleitorais” contribuíram para que os partidos de oposição fossem vistos como elitistas por estes trabalhadores que moravam em Santa Maria, Recanto das Emas e Samambaia principalmente.

A continuidade em relação ao planejamento previsto no PEOT fez com que o PDOT de 1992 se transformasse em um instrumento de reafirmação desse mesmo PEOT/1977. A doação de lotes como forma de angariar votos, aproveitando as áreas de expansão urbana proposta no PEOT, por um lado geram críticas, inclusive de parte das elites, entretanto Roriz tinha com isso conquistado alguns setores da elite

planopilotense, pelo “mérito” de ter conseguido expulsar milhares de trabalhadores das ocupações envolta do Plano Piloto.

Essa estratégia reutilizada no fim de seu mandato, contudo não impediu a derrota de seu candidato, Valmir Campelo (PTB) contra Cristovam Buarque do PT em 1994.

Cristovam se lançou como oposição ao modelo de governo de Roriz, junto à vice-governadora também do PT, Arlete Sampaio. Sob o lema de um “Governo democrático e popular”:

...assumi prometendo romper com a política urbana expansionista posta em prática até então pelo governo de oposição. Além disso, manifestou o interesse em ampliar a infraestrutura em assentamentos populares e por em dia a situação fundiária na Capital, o que incluía regularizar as cidades recém implantadas. Ao assumir o governo em 1995, Cristovam promoveu reformulação imediata das políticas de urbanização. O modelo adotado, que foi endossado pelo PDOT-97, também elaborado no âmbito de seu governo, reforçou ainda mais a necessidade de melhor emprego dos interstícios urbanos. Iniciou amplo trabalho de regularização de assentamentos e redirecionou investimentos em urbanização para sistemas de base. (BRITO, 2009, p. 199)

Pela primeira vez na história de Brasília, o GDF era comandado por uma coligação com partidos de esquerda⁴⁰. As principais bases de apoio eram as bases sindicais filiadas à CUT⁴¹, principalmente os sindicatos dos Bancários e dos Professores. Estes setores da classe trabalhadora, por sua formação social em Brasília, muitas vezes eram considerados ou se consideravam “setores médios”, ou de “classe média”, e não “trabalhadores”. Esse imaginário e o afastamento dos demais setores da classe trabalhadora produziram diversas contradições. Uma das principais foi terem endossado as críticas que a burguesia e alta burocracia de Brasília faziam a Roriz, condenando a doação de lotes.

Durante esse período, entre 1995 e 1998, o GDF praticamente paralisa a expansão e criação de novos bairros/satélites. Cumprindo o que prometeu em campanha, o governador Cristovam dessa forma ganhava a confiança de parte da burguesia e dos altos escalões do Estado, na figura de um governador que prezava a ordem e a lei. Criava-se assim, uma nova polarização com o governo anterior de Roriz, agora na condição de governo e junto com estes setores, retratando o governo Roriz como corrupto, populista e clientelista por ter criado Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, São Sebastião e ter fixado a Vila Paranoá.

⁴⁰ PT, PSB, PPS, PC do B, PCB e PSTU.

⁴¹ Central Única dos Trabalhadores, central sindical ligada ao PT.

Este foi um artifício para legitimar condomínios irregulares de setores médios da classe trabalhadora e setores da burguesia. Além destes condomínios, algumas áreas que já eram vislumbradas pelos especuladores imobiliários são demarcadas como já urbanizadas, ainda que não houvesse qualquer construção.

Exemplo disso é a área próxima ao Catetinho, na interseção das vias que levam ao Gama e Santa Maria, como “área urbanizada”. Esta mesma área aparecia no PLANIDRO de 1970 como área de ocupação “problemática” e posteriormente foi sendo tratada em outros zoneamentos como tal. No PDOT de 1992, porém, ela aparece como área urbanizada. Contraditoriamente, alguns aspectos centrais do planejamento urbano do PDOT de 92 (Roriz/PMDB) são renovados no PDOT de 97, apesar das duras críticas apontadas ao plano anterior.

As contradições do governo Cristovam Buarque não foram apenas no planejamento urbano, mas também na execução do que foi planejado. Desde o início da década de 1990 os moradores da Vila Telebrasília viviam a expectativa de conquistarem sua fixação. Como comentamos no capítulo anterior, a associação de moradores da vila havia se recusado a apoiar Roriz, e por isso, sofreu duras represálias. Outro movimento que lutava na mesma época pelo direito à moradia e acesso à cidade, era o de moradores da Vila Estrutural.

Ambas as *vilas* tem seu início no processo de construção/consolidação de Brasília. A Vila Telebrasília surge como acampamento dos trabalhadores da antiga *Telecomunicações de Brasília S/A*, ou *Telebrasília* por volta de 1959. Com o passar dos anos, o “acampamento” acolheu diversos trabalhadores que foram sendo expulsos das outras vilas operárias, que vinham sendo destruídas pela então Prefeitura de Brasília e Novacap. Até o início de sua regularização em 1998, que só seria concluída em 2006, os moradores da Vila Telebrasília resistiram a muitas tentativas de retirada por parte dos diversos comandos do GDF.

Já a Vila Estrutural, tem seu início com a inauguração do Lixão, em 1960. Muitos trabalhadores desempregados à época, sem alternativas, passam a atuar como catadores, e sem moradia, iniciam a vila ao lado do Lixão, que até seu fechamento em 2018 era considerado o segundo maior lixão da América Latina. A vila, que surge como uma ocupação resistiu também a várias tentativas de retirada, entretanto é na década de 1990 que sofreu os piores ataques por parte do Estado. Apenas em 2004 seria realizada a fixação e regularização da Vila Estrutural.

Estes dois exemplos são fundamentais para entender a dinâmica da luta pela moradia e a dinâmica política que envolveu o planejamento urbano em Brasília nos anos noventa. Como comentamos, no final do primeiro governo de Roriz, a Vila Telebrasília sofreu duros ataques. Por sua vez, Cristovam Buarque no final de seu mandato, em 1998 dá início à regularização da Vila Telebrasília. Entretanto, o tratamento dado à Vila Estrutural foi diametralmente oposto. Desde 1996, a mando do GDF, houve tentativas de expulsão dos moradores, ocasionando a resistência destes frente às investidas da polícia.

Então no mesmo ano em que Cristovam dava início à regularização da Vila Telebrasília, aconteceria um dos episódios mais violentos contra vilas/ocupações da história de Brasília, o “Massacre da Estrutural”. Em agosto daquele ano, ocorre uma série de investidas violentas por parte da polícia buscando intimidar os moradores, por vezes junto com as equipes de derrubada da Novacap durante o dia, por vezes a noite aterrorizando os moradores que se recusavam a ceder. Em uma dessas noites foram disparados bombas de gás lacrimogêneo, bombas de estilhaços e vários tiros contra os moradores que faziam pequenas barricadas.

Duas pessoas foram baleadas, outras duas desapareceram, e dias depois encontradas mortas. Um dos baleados também faleceu, resultando assim no triste número de três moradores mortos pela polícia.

O posicionamento político da Associação de Moradores da Estrutural era o principal motivo para a gritante diferença de tratamento do governo Cristovam, em relação à Vila Telebrasília: a associação da Estrutural tinha manifesto apoio a Joaquim Roriz, enquanto a associação da Telebrasília, não havia apoiado o ex-governador. Sob um discurso pragmático e de estabelecimento de ordem, o governo Cristovam tinha feito com a Vila Estrutural, a mesma perseguição que Roriz tinha feito à Telebrasília.

Outro fator importante é a composição social de ambas as vilas e sua formação histórica. A Vila Telebrasília (mal vista pelos moradores da Asa Sul) tinha sido um acampamento de operários que trabalharam na construção da cidade. Essa origem suscitou um “apelo histórico”, justo, diga-se de passagem, pela valorização da vila como sítio histórico. No entanto, na visão elitista dos moradores do Plano Piloto, e que a base do governo de Cristovam adotou, a Estrutural era simplesmente taxada de “invasão” e “curral eleitoral” de Roriz e demais políticos do PMDB. Por serem trabalhadores precarizados (catadores), os moradores da Vila Estrutural

tiveram negado o mesmo reconhecimento histórico que era dado à Telebrasília, embora ambas tenham nascido no mesmo contexto.

Roriz não escondia de ninguém que não desejava nem a fixação da Vila Telebrasília (na margem da Avenida das Nações) nem a da Vila Estrutural (ao lado da Via Estrutural e do antigo Lixão). Cristovam por sua vez, buscando se diferenciar de Roriz, defendia que a Vila Telebrasília “era histórica” enquanto contraditoriamente, tratava a Estrutural como “invasão”.

Em intenção, o governo Cristovam tentou regulamentar a situação dos lotes doados por Roriz, buscando com isso acabar com a precariedade desses moradores. Porém tomando a cidade como um todo, o governo Cristovam gastou mais com obras e benefícios no Plano Piloto que nas “satélites”, o que se tornou um prato cheio para a política de Roriz. Apesar da retórica de oposição de Cristovam Buarque (PT) à política urbanística segregadora e higienista, a única diferenciação substancial em relação ao planejamento urbano anterior foi a diminuição do ritmo de expansão e de criação de novos núcleos habitacionais.

Assim, se levamos em consideração o modelo urbanístico proposto, ele não se distancia nem mesmo dos planos elaborados durante a ditadura. Dessa forma, todo o arcabouço excludente, contido nos planos anteriores, desde o PLANIDRO de 1970, não são problematizados nem revistos no PDOT de 1997, elaborado no governo Cristovam.

O episódio do *Massacre da Estrutural* ficou famoso nacionalmente, causou revolta contra o GDF e demonstrou as contradições evidentes do suposto “governo democrático e popular”. Meses depois, nas eleições para governador, Roriz se utilizou exaustivamente das imagens das ações da polícia contra Cristovam que tentava sua reeleição. O Massacre da Estrutural foi decisivo para a vitória de Roriz em 1998.

A Era Roriz ainda não havia encerrado. O antigo governador retomou o comando em 1998, após campanha eleitoral baseada nas conhecidas promessas de distribuir de lotes a famílias carentes, sua infalível arma populista. Ao longo de seus mandatos, as mais variadas denúncias de irregularidades acumularam-se contra seu governo, mas foi empossado ainda mais uma vez, em 2002.

Roriz retomou seu estilo “obreiro” clássico, mas seus últimos mandatos não foram caracterizados pelas doações de lotes em massa e pela descomunal expansão urbana que marcou suas passagens iniciais. Canalizou sua empreitada para um insuperável volume de obras rodoviárias de grande porte, que foram concluídas por sua correligionária, Maria de Lourdes Abadia, empossada em 2006. (BRITO, 2009, p. 200)

De volta ao GDF, Joaquim Roriz (PMDB) seria governador de 1999 até o ano de 2006 quando renunciou ao cargo para concorrer ao Senado Federal. Neste período, não houve grandes mudanças na política habitacional nem no planejamento urbano. A cidade crescia, e desde o governo de Cristovam, os condomínios se agigantavam. A política de doação de lotes foi gradativamente abandonada, entretanto as ações para regularização em muitos dos lugares criados durante seus governos anteriores fez com que seu apoio nessas localidades se mantivesse. Além destas, a contragosto, a Vila Estrutural seria regularizada ainda sob seu governo.

Embora um novo PDOT tivesse que ser feito em 2002, somente em 2005 se inicia o processo de revisão do PDOT, que terminaria em 2007. Uma série de intervenções do Ministério Público terminaria por invalidar grande parte das propostas. Isso ocorre em parte, pela turbulência política que atinge o GDF, já que entre 2002 e 2007, o GDF tem duas mudanças de governo. Outro fator são as próprias propostas, muitas denunciadas como ilegais pelo Ministério Público. Entre idas e vindas, somente em 2009 seria aprovado um novo PDOT.

Contudo, o cenário político de Brasília nos anos 1990 teria influenciado decisivamente a conjuntura e o novo quadro social-urbano estabelecido. O crescimento vertiginoso dos “condomínios” ao longo daquela década, o movimento centrípeto de oferta de moradia de baixo custo no Entono, e as regularizações geraram novas situações, as quais o PDOT teria de abordar e propor solução.

O PDOT de 2009, concebido já no Governo de José Roberto Arruda (DEM) eleito em 2006, reconhece os novos elementos, porém nos chama a atenção que toda a análise do plano, parte do princípio de naturalização de elementos que são frutos da política habitacional extremamente excludente dos anos 1980/1990:

Entre 1985 e 1995, foram contabilizados 529 parcelamentos irregulares em terras públicas griladas ou em terras particulares. Especialmente na APA do rio São Bartolomeu, na direção oposta aos eixos de crescimento estabelecidos nos planos de ordenamento do território. (PDOT 2009, p. 34, SEDUH/GDF-2009)

Os “parcelamentos irregulares” aos quais se refere o documento, são os “condomínios” da chamada *classe média* que o Estado tratou com especial procedimento, se comparado às chamadas “invasões”, as vilas operárias e posteriores ocupações, em sua maioria de trabalhadores com menores salários.

O PDOT/2009 não só naturaliza esta situação, como evidencia o histórico tratamento desigual entre a classe trabalhadora, especialmente suas categorias

mais precarizadas, e as categorias com maior poder econômico, sem mencionar a classe burguesa e altos escalões do Estado.

É importante ressaltar que a forma como foram tratados os moradores das chamadas “classes médias” de lotes grillados em áreas públicas e os moradores das vilas operárias/ocupações foi desigual desde a década de 1970, não sendo assim um fenômeno “novo”. Porém, com o crescimento desse fenômeno nas décadas de 1980/1990, e uma situação incontornável pelo Estado nos anos 2000, o GDF passa a reconhecer tal situação sob o prisma de naturalização.

Essa naturalização ocorre em parte com abordagens genéricas sobre a “informalidade” de alguns núcleos urbanos que se proliferam em Brasília. Afinal, por que em Brasília surgem muitos condomínios “informais”? A evidente causa é a histórica falta de oferta de moradia por parte do GDF, formalmente o maior proprietário de terras no Distrito Federal. Essa “informalidade”, entretanto esconde por sua vez um histórico tratamento desigual entre “irregulares” e “invasores”, que merece maior atenção e do que trataremos mais à frente. Por hora, cabe nos atermos ao diagnóstico que partem as políticas propostas pelo PDOT/2009.

No mapa em que o estudo aborda o crescimento e as expansões urbanas ao longo dos primeiros 44 anos de Brasília, é possível notar que grande parte das regiões mais novas ou estão na região do Entorno (fora dos limites do DF) ou em regiões onde cresceram os “condomínios de classe média”.

MAPA 1 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA NO DF E ENTORNO

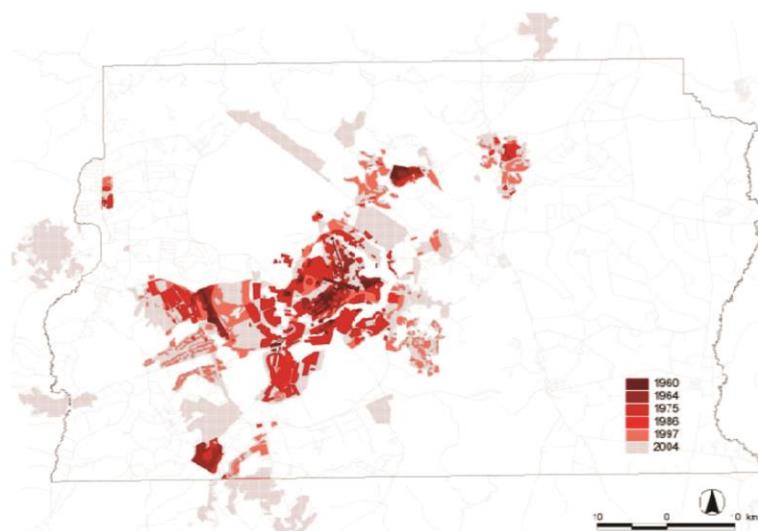


Imagem 10 – Mapa da evolução da ocupação urbana no DF e Entorno. SEDUH/GDF - PDOT/ 2009

Boa parte desses “condomínios de classe média” surge em áreas antes veementemente protegidas pela retórica Estatal de preservação de Brasília, no âmbito urbanístico, patrimonial e ambiental. A curta história de Brasília se desencadeia em alguns ciclos de urbanização e expansão, como comentamos anteriormente. Poderíamos assim, chamar de 3º ciclo de urbanização, o que ocorre entre o fim da década de 1980 e durante a década de 1990, com o exponencial crescimento periférico e com a criação de cinco novas RA’s durante os primeiros governos de Joaquim Roriz.

Após esse ciclo, ainda na década de 1990 se inicia o 4º ciclo de urbanização, que ocorre do final da década 1990 e que se estende até o cinquentenário de Brasília, com o crescimento dos “condomínios” e das cidades do Entorno, do governo Cristovam Buarque em diante. É importante ressaltar que estes 3º e 4º ciclos de crescimento urbano de Brasília, acontecem sob um regime democrático, ainda que sejam tributários dos planos anteriores, elaborados durante a ditadura, seja na retórica de “preservação”, seja nas diretrizes excludentes.

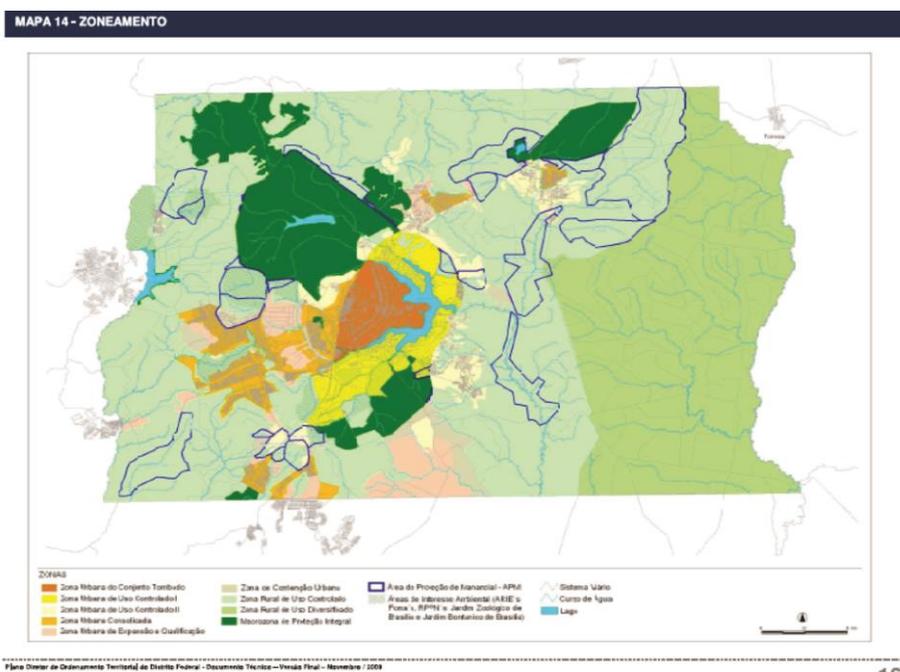
Os PDOT de 1992 e a revisão de 1997 são fatores políticos de importância para que se desenvolvesse esse modelo de crescimento urbano.

Todavia suas influências são anteriores. Ambos os planos reafirmam normativas de planejamentos da Ditadura (PEOT) e do processo de reabertura política (Brasília Revisitada). Neste sentido, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que em tese possibilita “rever” políticas equivocadas, sob dois governos politicamente opostos, curiosamente mantém um traço de “continuidade” espantosa em suas propostas de ordenamento

Tanto no PDOT/1992 (Governo Roriz-PMDB) quanto no PDOT/1997(Governo Cristovam-PT), a região central de Brasília não é objeto de reavaliação, em nenhum dos dois é problematizada a política de venda imobiliária estabelecida a partir da Terracap. Nem mesmo o zoneamento urbano destoa entre suas propostas. Embora haja um aumento da complexidade das abordagens com o passar dos anos, buscando acompanhar o crescimento da cidade, os PDOT’s reafirmam grande parte das propostas anteriores, e o PDOT/2009, elaborado durante o Governo Arruda (DEM) não só reafirma boa parte das políticas propostas nos planos da década de 1990, como naturaliza os fenômenos que ocorrem em decorrência destes dois contextos.

Assim como os planejamentos anteriores, e aqui estamos nos referindo desde a construção de Brasília, passando pelas medidas isoladas e pelos planejamentos de maior aporte, o PDOT/2009 ratifica a dicotomia “centro-periferia”, tanto ao manter as recomendações de não-adensamento da região central, como por reforçar a política de ofertas de moradia sob os mesmos preceitos excludentes, recomendados desde o PEOT.

Neste sentido, se observarmos o zoneamento proposto e as áreas onde se poderiam ofertar novas moradias, fica evidente a proteção ao modelo urbano estabelecido, confessamente problemático, tanto pelos técnicos que elaboram o PEOT em 1977, quanto por Lúcio Costa em 1985, com bairros enormes e com baixíssima densidade, próximos ao centro, como o Park Way, que não tem seu problemático uso revisto. Em contraste, a oferta habitacional, em tese voltada à classe trabalhadora com menores salários, majoritariamente periférica, além de irrisória, é feita a *conta gotas* de acordo com os interesses dos especuladores imobiliários, entre eles a própria Terracap.



168

Imagem 11 – Mapa do Zoneamento urbano proposto para o DF. SEDUH/GDF - PDOT/ 2009

O *zoneamento urbano* do PDOT/2009 foi dividido entre 5 principais funções/características. Entre estas 5 *Zonas Urbanas*, estão a do *Conjunto Tombado*, caracterizada por um rígido controle, as *Zonas Urbana de Uso Controlado I e II*, as quais já são habitadas, ao menos em tese, a *Zona Urbana Consolidada* (a

exemplo de Taguatinga, Gama etc) e por fim as *Zonas Urbanas de Expansão e Qualificação*.

O que nos chama a atenção é que, com o aumento da complexidade dos planos de ordenamento territorial, surgem outras formas de legitimar a *retenção de terras* para a especulação imobiliária, bem como a legitimação de processos de urbanização desiguais e excludentes. O Zoneamento urbano proposto pelo PDOT/2009, embora mais complexo e supostamente atento aos problemas sociais e ambientais, em verdade serviu como um instrumento eficaz para a reafirmação do modelo historicamente excludente de Brasília.

Um exemplo disso é a forma como são encarados os parcelamentos irregulares, previstos dentro da *Zona Urbana de Uso Controlado II*:

Para tais casos, a delimitação da zona considerou a situação de fato - a cidade real - e, a condição de irreversibilidade dos parcelamentos, o que possibilita a configuração de espaços contínuos, conectados com a malha urbana existente, em vez de peças urbanas fragmentadas e autônomas. (PDOT 2009, p. 168, SEDUH/GDF-2009)

Em gritante contraste com as políticas de derrubadas de ocupações, chamadas pela própria SEDUH⁴² e GDF de “invasões”, o corpo técnico do GDF, supostamente neutro, deixa evidente a distinção de classe que faz, entre “irregularidades” cometidas por trabalhadores de baixa renda e os assim chamados setores de “renda média, média-alta e de renda alta”, beneficiários de uma situação irreversível. Evidente que não se trata de defender as derrubadas, estendendo estas aos condomínios, que em alguns casos, são habitados por trabalhadores que embora tenham melhores condições salariais, também encontraram dificuldades para conseguir acesso à casa própria. Essas pessoas optam pelos lotes “irregulares” na esperança da regularização.

Porém devemos nos perguntar, por que há uma situação de “irreversibilidade” desses condomínios, mas não havia o mesmo “princípio” em circunstâncias nas quais inúmeras vilas/ocupações sofreram duras tentativas de derrubada? De certo que devemos considerar as mudanças de governo e conseqüentemente de parte do corpo técnico que trabalhou nestes planos, porém também devemos considerar que a narrativa histórica a respeito desses núcleos nunca foi a mesma, principalmente pelo imaginário elitista das “altas classes” de Brasília.

⁴² Secretaria de Estado de Desenvolvimento urbano e Habitação

Por fim, o PDOT/2009 reafirmou a lógica de retenção de terras, ao tornar grandes porções de terra de áreas centrais e de histórico interesse da especulação imobiliária, que não estavam habitadas/construídas como parte da *Zona Urbana de Uso Controlado II*, como exemplo de áreas próximas aos condomínios na região da APA do rio São Bartolomeu, nas áreas ao redor da antiga Rodoferroviária (numa das pontas do Eixo Monumental) e das terras entre o Catetinho e as vias de ligação do Park Way a Santa Maria e ao Gama.

Contraditoriamente, regiões já habitadas, em terras com as mesmas condições de fragilidade ambiental, elencadas pelo próprio corpo técnico, como o caso de Vicente Pires, não aparecem na *Zona de Urbana de Uso Controlado II*, mas sim na Zona urbana de Expansão e Qualificação. Esse *zoneamento* influencia diretamente na oferta de habitação.

Utilizando da mesma falsa dicotomia, utilizada desde os anos 1960, entre preservação ambiental e oferta habitacional, validou-se a existência de condomínios em regiões com fragilidade ambiental, e numa jogada política, demarcaram-se áreas vizinhas a estes condomínios, ainda baldias, como áreas urbanizadas, supostamente sob rígido controle do Estado. Estas mesmas áreas poderiam ser destinadas à moradia popular, mas por conta de serem áreas de “uso controlado”, em tese não se poderia criar habitação popular nestas.

As regiões tidas como propícias para futura expansão da cidade, seguindo a cartilha dos planos anteriores, baseadas no Planidro/1970 e PEOT/1977, sugerem novamente áreas longínquas, alegando a necessidade de proteção ambiental das terras na região central de Brasília, entretanto, as mesmas terras parceladas por grileiros, nas quais muitos dos “condomínios” se erguem, não são vistas pelo GDF como “invasões”, mas apenas como “irregulares”.

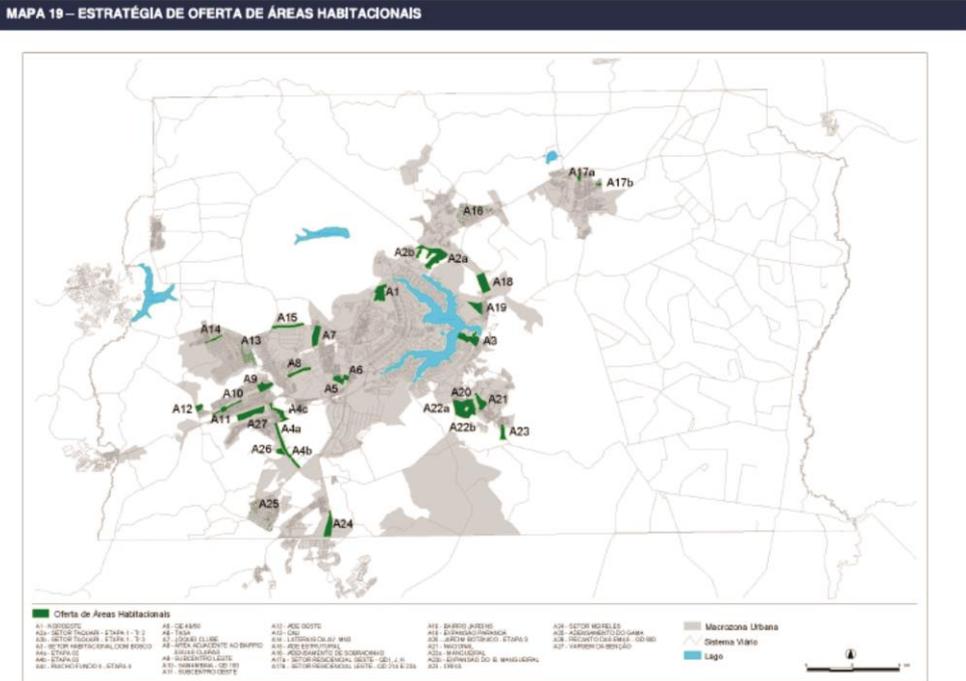


Imagem 12 – Mapa de Áreas destinadas à oferta habitacional. SEDUH/GDF - PDOT/ 2009

Essa prática, contudo não é uma novidade. Sobre a forma como o GDF lidou com a “expansão informal” em Brasília, Laila Mackenzie Mendonça em sua dissertação de mestrado em urbanismo intitulada “A Cidade Informal em Brasília: 50 anos de expansão da irregularidade Urbanística na Capital Moderna” nos explica que:

Outra questão que se evidenciou no processo de expansão da Cidade Informal em Brasília foi o aspecto ideológico relacionado à questão da ilegalidade. Vimos que quando uma ocupação era de baixa renda, a mesma era qualificada de “invasão”, de caráter mais indesejável que os parcelamentos “irregulares” de média e alta renda, vistos pelo poder público como menos indesejáveis. Uma prova disso é que desde que os loteamentos ilegais de média renda começaram a ser implantados em 1975, não se tem notícia de nenhum que tenha sido implantado de fato e que tenha sido desconstituído. Todos aqueles que foram implantados, foram tratados como fatos consumados. (MENDONÇA. p.187, 2012)

Ao não problematizar esses condomínios da região central, nem relativizar o paradigma de uso do solo na região central, o PDOT/2009 consegue, novamente, utilizar o discurso ambiental para mascarar as medidas higienistas e excludentes um ano antes do cinquentenário de Brasília. O PDOT de 2009, como último grande plano de ordenamento territorial, seguiu uma já bem demarcada tradição de políticas excludentes e segregadoras: manter a maior parte da região central com grandes bairros de baixíssima densidade destinados às “altas classes”, burguesia e alto escalão do Estado, com constante valorização dos preços destas terras.

Por sua vez, à grande maioria da classe trabalhadora de Brasília, uma oferta habitacional irrisória frente à enorme demanda, com a criação de poucos novos bairros, com pouca estrutura, distantes a pelo menos 20 quilômetros do Plano Piloto, que continua sendo o principal centro de empregos e serviços.

Desde a reabertura política até seu cinquentenário, Brasília passou por intensos momentos de polarização política, com mudanças de governos que imprimiram, em maior ou menor medida, seus ideários políticos na organização da cidade. Contudo, os métodos de análises dos PDOT, com suposta participação popular, não garantiram um ordenamento territorial que possibilitasse acesso à moradia e à cidade.

Em verdade, ainda que com suas diferenças resguardadas, os diferentes PDOTs elaborados na década de noventa e de 2000 não reelaboram a dinâmica do espaço já excludente e segregado de Brasília, ao contrário: replicaram a maioria das políticas já propostas nos planejamentos anteriores à reabertura política do Brasil, reforçando o caráter elitista de Brasília.

A corrida pelos votos teve diversos vencedores, PMDB, PT e DEM. Todos eles ajudaram as altas classes e os especuladores imobiliários a vencer a corrida pela terra.

3.2 – A historiografia que não quer se recordar

Apesar de Brasília ter se desenvolvido como uma cidade segregada e excludente, a ocasião de seu cinquentenário detona um amplo movimento de produções acadêmicas nas ciências humanas sobre a cidade, em grande parte com narrativas que não refletem a discrepância entre o que supostamente era a cidade pensada e a cidade em concreto. O GDF e os grandes meios de comunicação também se dedicam a produzir dossiês, edições especiais de periódicos e programas, contando “a história” da Capital Federal.

O clima de festividade, entretanto favoreceu narrativas que, propositalmente ou não, retratam Brasília tal qual retrata a historiografia Estatal-Oficial: A cidade pensada para ser igualitária, a cidade que representava a utopia brasileira de guinada ao desenvolvimento.

As consequências dessa “explosão” de narrativas sob tais circunstâncias foram duas: uma primeira foi a romantização e/ou apagamento das contradições e perversidades ocorridas ao longo dos primeiros 50 anos de Brasília pela historiografia Estatal-Oficial. A segunda consequência foi a feliz iniciativa de busca por novos olhares historiográficos sobre a cidade.

Falar de Brasília e de sua história de forma crítica quase sempre é um exercício que exige desvencilhar-se do mercado imaginário social das figuras míticas criadas pelo Estado, que desde antes da inauguração da cidade criou uma versão oficial a ser reproduzida e reforçada.

Assim, ao falarmos de Brasília, parece quase inescapável falar do Plano proposto por Lúcio Costa, do feito político de Juscelino Kubistchek, das figuras que o auxiliaram e das características de uma cidade pensada e projetada para servir de marco para uma suposta guinada do Estado brasileiro rumo a um destino de progresso e modernidade.

Porém nem sempre as narrativas críticas conseguem se desvencilhar desse imaginário “mítico” estatista. Esse efeito, contudo, é resultado da construção de uma *História Estatal-Oficial*, organizada a partir do Governo de JK (1955-1960) e reforçada ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Nestas abordagens, não raro aparecem como *satélites* as figuras dos *Candangos*, de forma anônima e genérica, como sujeitos coadjuvantes, e sempre orbitando ao redor da construção de Brasília. Comumente, os candangos são mencionados de forma breve e logo desaparecem, uma vez que a narrativa desse ponto de vista costuma finalizar sua história com o final feliz da inauguração de Brasília, imprimindo a sensação de que a história da cidade e dos que a construíram se iniciou com as obras em 1957 e se encerrou em 21 de Abril de 1960.

Tal qual acontece com os candangos, acontece com os espaços criados e destinados para estes trabalhadores. Os números da *Revista Brasília* de 1957 a 1963, periódico criado pela *Novacap*⁴³, aparecem como principal veículo de construção dessa história de Brasília pelo olhar do Estado.

Enquanto produção acadêmica deste campo de narrativa, o livro “História de Brasília” (1971) de Ernesto Silva cumpriria a tarefa de garantir ao Estado, a textura

⁴³ Companhia Urbanizadora da Nova Capital, criada em 1956 por JK, com a finalidade de executar as tarefas necessárias para a construção de Brasília, e que após a inauguração da cidade é incorporada ao corpo burocrático da Prefeitura de Brasília, hoje o Governo do Distrito Federal (GDF).

de epopeia nacional. O autor, que foi um dos diretores da Novacap durante a construção e nos primeiros anos de Brasília, buscou solidificar as narrativas de exaltação da cidade como feito governamental de JK, utilizando-se de figuras míticas para legitimar Brasília e seu suposto destino manifesto:

No dia 21 de abril de 753 a.C., Rômulo fundava, no monte Palatino, uma cidade que seria o marco de uma nova era no Mundo Pagão - A Roma dos Césares -o berço da Civilização Cristã. Quis a Providência Divina que, no mesmo dia, 27 séculos mais tarde, uma plêiade de homens destemidos desse Brasília ao Brasil, cumprindo os desígnios eternos manifestados na Visão Profética de Dom Bosco: "Quando escavarem as minas escondidas em meio a estas montanhas, surgirá neste sítio a Grande Civilização, a Terra Prometida, de uma riqueza inconcebível. (SILVA. 2006, p. 11)

Há também uma vasta produção de conteúdo histórico que se predispôs a construir uma história de Brasília pautada nos grandes feitos governamentais de JK e dos demais personagens ligados ao governo com a construção de Brasília. Com abordagens calcadas num suposto espírito solidário dos que construíam a cidade e, por conseguinte buscando passar uma visão de que havia união e igualdade entre todos os envolvidos na construção, essa historiografia é tributária da narrativa histórica de Brasília criada a partir do próprio Estado.

Assim, podemos afirmar que existe um campo de narrativa historiográfica *Estatal-Oficial* perpetrado tanto por membros do Estado, quanto por outros personagens de fora desta estrutura. Essa narrativa contribuiu, entre outras coisas, para o apagamento das medidas excludentes e segregacionistas ocorridas nas três primeiras décadas de Brasília e das lutas sociais ocorridas durante sua formação urbana.

Há por outro lado, um ainda pequeno, mas qualificado debate sobre as condições de vida dos trabalhadores que ergueram com suas próprias mãos a cidade. Entretanto, a maior parte dos trabalhos objetivou compreender as condições destes trabalhadores durante a construção. É evidente que este período é muito importante para a formação de Brasília, e conseqüentemente para a formação social dela. Este campo de uma narrativa histórica contraposta à narrativa *Estatal-Oficial* surge não do campo historiográfico propriamente, mas de outras áreas das ciências humanas, principalmente de dissertações e teses da antropologia nos anos 1970, logo seguida por estudos na sociologia, geografia, arquitetura e urbanismo.

Um exemplo fundante deste campo de narrativas é "*O Capital da Esperança*" de Gustavo Lins Ribeiro, uma dissertação de mestrado em antropologia de 1980, lançada como livro em 2008 pela Editora UnB. Neste trabalho são abordadas as

condições precárias de trabalho sofridas pelos trabalhadores (os candangos), as condições de moradia nos assentamentos e os conflitos que ocorrem no período da construção. Este já era um grande avanço na direção de jogar luz sobre a sensível condição social dos candangos, constantemente ofuscada pelo brilhantismo da *historiografia Estatal-Oficial*, porém ainda não conseguiria se desvencilhar completamente da narrativa de “história acabada” do Estado.

No mesmo intuito de construir novos olhares sobre Brasília e as situações vividas pelas camadas populares, o geógrafo Aldo Paviani em suas obras *Brasília, ideologia e realidade: Espaço urbano em questão* (1981), *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília* (1991) e *Brasília, moradia e exclusão* (1996), escreveu vasta contribuição sobre a formação urbana de Brasília, problematizando o planejamento urbano praticado, o que seria um avanço na direção de desmistificar a ideia de uma cidade igualitária, que não reflete as marginalizadas e segregadas *Cidades Satélites* em suas primeiras décadas.

Neste sentido, também ocorre um interessante movimento na década de 1990 que busca reconstruir as experiências de luta das camadas populares. Assim, a classe trabalhadora de Brasília é formada pelos candangos (aqui entendidos como os trabalhadores que construíram os alicerces da cidade) e pelos novos *chegados*⁴⁴ na Capital, que migraram para Brasília em busca de uma vida melhor, ainda atraídos pela propaganda estatal de uma cidade moderna e coração do desenvolvimento nacional. Exemplo deste movimento é o livro *Brasília: Moradia e Exclusão* do ano de 1996, organizado por Aldo Paviani, que conta com artigos de geógrafos, antropólogos, sociólogos e urbanistas, debatendo de forma crítica a sensível questão da moradia para a classe trabalhadora e suas camadas sociais mais precarizadas.

Outra obra importante na crítica à Brasília é a de James Holston. O antropólogo estadunidense nos relata em *A cidade modernista – uma crítica de Brasília e sua utopia* (1993), um processo de *abrasileiramento de Brasília* que surge na periferia com práticas que segundo o autor, subvertem a lógica da *cidade desfamiliarizada* que se encontra na região central (Plano Piloto) de Brasília.

Durante o período de redemocratização (1985-1988), que coincide com os 25 anos de Brasília (1985), se reacende o debate sobre a cidade, tanto por

⁴⁴ Utilizamos aqui o termo “chegado” fazendo alusão aos recém-chegados à época, migrantes das décadas de 1970 e 1980. Esta é uma expressão popularmente utilizada em Brasília para se referir a um amigo ou colega.

iniciativas estatais-oficiais, quanto por parte de olhares que buscavam se contrapor a estas narrativas.

Até aqui pudemos perceber a ausência de narrativas que retratem as interações políticas, culturais e sociais dessa classe trabalhadora, o que revela uma dupla exclusão, sendo ela uma exclusão social na formação urbana de Brasília e uma exclusão historiográfica, por conta das influências do discurso hegemônico da narrativa estatal-oficial em maior ou menor intensidade na historiografia como um todo sobre Brasília.

A atenção dada por historiadores e historiadoras ao tema é mais recente. O historiador e jornalista Edson Beú em seu livro *Expresso Brasília – A história contada pelos candangos* (2006) traz as memórias de candangos entrevistados por ele, que contam suas experiências durante e após a construção: os empregos, as relações sociais, a busca por trabalho e moradia.

Já em 2013, Beú lança *Os filhos dos candangos – Brasília sob o olhar da periferia*, que traz os relatos de trabalhadores dos mais variados ramos, filhos de candangos, sobre suas experiências em Brasília e suas relações com a cidade. Sobre estas relações com a cidade, nos chama a atenção que:

O ressentimento decorre de uma queixa comum a todos eles (...) Os filhos entendem que os pais foram injustiçados por não serem reconhecidos nem recompensados pelo trabalho realizado. Tornaram “descartáveis como lixo”, desabafa um deles. (BEÚ, 2013, p.101)

Diferente do que propõe a narrativa estatal-oficial, que sugere uma história acabada, temos em verdade uma enorme população atuante que interferiu na história de Brasília. A importância dessas duas obras está em jogar luz sobre uma enorme parcela da população de Brasília que, expulsa do Plano Piloto, teve também sua história relegada ao anonimato dos livros didáticos e materiais de conteúdo histórico dos sucessivos Governos do Distrito Federal. Os candangos são colocados como uma espécie de figura mítica, localizada em um passado longínquo e encerrado, que não deixou rastros no presente.

O crescimento das *narrativas críticas*, contudo deve ser precisado dentro dos limites que ainda a margeiam. Esse limite tem por vezes uma sutil exaltação dos símbolos que a historiografia estatal-Oficial buscou historicamente consolidar e proteger. Exemplo disso é o texto “O coração da Metrópole” de Luiz Alberto de Campos Gouvêa, que compõe o livro organizado por Aldo Paviani “Brasília 50 anos, de Capital a Metrópole”.

Neste artigo, o sociólogo que nos anos 1990 tecia ferrenhas críticas ao modelo urbano segregado de Brasília, muda o tom de suas críticas. Tal como muitos outros estudiosos das condições de formação de Brasília, enaltece figuras que contribuíram com a formação do arcabouço urbano outrora criticado, como nesta ocasião, enaltece Lúcio Costa. É importante notar que, o mesmo autor que apresenta um resumo das condições, ou parte delas, que tornam Brasília uma cidade segregada, e que atribui à Lúcio Costa parte importante da responsabilidade, também o enaltece mais a frente.

O imaginário ainda bastante moldado pela historiografia estatal-oficial, se faz sentir nos dois trechos. Gouvêa primeiro constata que:

Os limites do Plano Piloto de Lúcio Costa sempre foram muito claros e rígidos. Tanto os físicos, quanto os sociais e psicológicos. (...) Gostaria, entretanto de falar sobre a rigidez dos limites espaciais do ponto de vista social. Durante 50 anos a população de baixa renda foi sistematicamente pulverizada no território e segregada social e espacialmente. (GOUVÊA, Luiz. A.C. in PAVIANI, p. 473, 2010)

Embora haja toda uma história que constrói esse arcabouço, seu início é no projeto dos “limites” rígidos de Lúcio Costa. Ainda assim, a romantização do que o Plano Piloto se torna é a mesma que é feita pela corrente estatista. Curiosamente, a “exaltação” dos símbolos chega ao cúmulo da proposta de Gouvêa:

No presente artigo, ao se analisar Brasília, naturalmente citou-se o autor da obra em todas as páginas. Poder-se-ia encher folhas e mais folhas, relacionando evidências da importância de Lúcio. Entretanto, creio que a melhor forma de destacar seus feitos dentro da nossa história cultural é dar, no aniversário de 50 anos da sua obra maior, o seu nome. Assim, ao invés de Plano Piloto de Brasília, a cidade passaria a se chamar Plano Lúcio Costa de Brasília. (GOUVÊA, Luiz. A.C. in PAVIANI, p. 477, 2010)

Já não bastasse a retórica estatal-oficial que buscando impor uma história única e “acabada” de Brasília, auto elogiosa e repleta de elementos fantasiosos, as narrativas críticas de Brasília, também tiveram momentos de flerte com o campo “estatal-oficial”. Ao que nos parece, ao enaltecer as “qualidades urbanísticas” de Brasília (neste caso, única e exclusivamente o Plano Piloto), os críticos da narrativa estatal-oficial passam a utilizar as mesmas categorias e retóricas.

Não raras são as vezes em que trabalhos críticos à formação urbana excludente de Brasília replicam conceitos elitistas tais como “invasor”/ “invasão” quando se referem às vilas operárias e às vilas/ocupações de trabalhadores em

situação precária. Outro problema frequente é o apego ao imaginário estatista de Brasília, sobre o que supostamente seria o “projeto original” de Lúcio Costa.

Como palavra final, um apelo para que, mesmo como paliativo, tomem-se medidas para a redistribuição de atividades, num movimento centrífugo: nem todas as atividades, necessariamente, devem ser alocadas no Plano Piloto nem toda a infra-estrutura deve privilegiar o já bem dotado centro da capital; as cidades-satélites devem assumir a condição de verdadeiras satélites e não de meros núcleos dormitórios, como o são na atualidade. (PAVIANI. p. 80, 2010)

Embora Paviani critique a estrutura formada em Brasília, e faça o correto apontamento de que é preciso descentralizar Brasília, dotando assim as “satélites” com os equipamentos que só estão concentrados no Plano Piloto, o autor assim como tantos outros, defende também o que seria o “modelo original” de “cidades-satélites”. Entendemos como um problema, a defesa desse modelo, uma vez que historicamente se desenvolveu sem quaisquer paralelos com relação ao modelo inglês de “new towns”.

O apontamento de que a falta de autonomia político-administrativo teria forjado as estruturas desiguais se mostrou um equívoco, quando forças supostamente contrárias ao modelo urbano segregador, propõem não só a reafirmação de planejamentos elaborados durante a ditadura, bem como não propõe outra solução para a cidade que atendesse realmente à demanda popular por habitação.

Ainda assim, parte dos críticos ao modelo urbano de Brasília atribuiu a falta de autonomia político-administrativa tal modelo, fazendo uma evidente defesa das “esferas democráticas” que supostamente poderiam garantir melhores condições aos trabalhadores na cidade. Neste caso, Paviani indo além, atribuiu também à falta de autonomia das “satélites” tal fenômeno.

No caso de Brasília, cassou-se também a voz, por um exercício parcial do voto, quando se configura uma cidadania pela metade. As agigantadas cidades-satélites, não tendo autonomia, sequer aparecem nos censos demográficos do IBGE, pois os dados são agregados em âmbito municipal, aí figurando Brasília como a totalidade e/ou unidade urbana municipal. (PAVIANI. p. 80, 2010)

Historicamente as altas classes de Brasília, se utilizaram da dubiedade do termo “cidade satélite” como forma de apagá-las do imaginário nacional a respeito de Brasília. Se por um lado, estas “satélites” adquirissem autonomia, se tornando quase “municípios”, Brasília se veria “livre” dos trabalhadores que as altas classes tanto lutaram para expurgar do Plano Piloto. Por outro, se admitisse que as

“satélites” são parte de Brasília, estas seriam compreendidas como “bairros” afastados e segregados.

Sob quaisquer “status” de compreensão, materialmente Brasília se desenvolve de forma peculiar e, embora tenha havido intensa disputa sobre o significado de tais terminologias, centralmente o que cabe ressaltar é que o modelo urbano segregado e excludente foi construído ao longo de momentos em que o DF possuía autonomia política e administrativa e momentos em que não as possuía.

Dessa forma, como poderíamos atribuir à falta de autonomia política-administrativa uma condição de ruptura com tal modelo urbano? Contraditoriamente, o próprio Aldo Paviani no mesmo livro “Brasília a metrópole em crise, ensaios sobre urbanização” argumenta que os processos de exclusão que ocorrem na Cidade de Deus na cidade do Rio de Janeiro e em Ceilândia (em Brasília) são similares.

Não seria, portanto, falta de conhecimento ou denúncias sobre a forma pela qual os favelados são *removidos* que não se tomariam medidas acauteladoras a favor dessas mesmas populações. Nos dois casos citados, Rio de Janeiro e Brasília, erigindo-se a *Cidade de Deus* ou a *Ceilândia*, o mecanismo de *empurrão* foi o mesmo: um organismo estatal, o BNH (através do Sistema Financeiro de Habitação), alocou recurso financeiro para a construção de *conjuntos habitacionais* para abrigar a população erradicada das favelas e, com isso, o que fez foi distanciar as pessoas de seus empregos, das escolas, da vizinhança, dos serviços, etc. É o típico esforço para periferizar. (PAVIANI. p. 56, 2010)

Ainda que o Distrito Federal pudesse se subdividir em municípios, e pressupondo ainda que as eleições para “prefeitos” garantissem assim uma suposta representatividade para as populações de todas as “cidades satélites”, os efeitos sociais causados pelas políticas econômicas nacionais não criariam novos “bolsões” de pobreza e novas exclusões?

Embora a histórica confusão semântica e geográfica em torno das cidades satélites tenha atravessado décadas e ainda seja pauta de conversas fiadas de botequins, corredores e em paradas de ônibus, acreditamos que seja papel do campo das narrativas (e conseqüentemente, também de uma historiografia) crítica dar fim à dubiedade perversa em que crescem envoltas tais localidades: historicamente não se formaram enquanto cidades. Poderiam se transformar em cidades? Sim. Se transformaram em cidades? Não. Não se transformaram em cidade apenas pelo estatuto que proíbe ao DF a sua subdivisão em municípios?

Acreditamos que tal estatuto político-administrativo tenha parte nessa configuração, porém há outro fator que a historiografia precisa dar maior atenção, e aqui nos referimos a uma ainda nascente historiografia crítica. As *Cidades Satélites*

em verdade são umbilicalmente ligadas ao Plano Piloto. Pois o Plano Piloto é obra dos primeiros moradores das *Satélites*. Esse é um fato histórico, que a historiografia Estatal-Oficial buscou com todas suas forças apagar e encobrir.

É bem verdade que as *satélites* também têm suas próprias histórias, o que não as separa da convivência de mais de cinquenta anos com o Plano Piloto. A cidade feita para ser o núcleo, o coração, ou como os arquitetos costumam dizer, o “core” do Estado, da República Federativa do Brasil, em verdade não funcionou um dia sequer sem as mãos dos trabalhadores que moram nas satélites, em verdade, não estaria Brasília erguida sem seus braços.

Com isso, não acreditamos que o Estado e seus agentes fossem se comover com as histórias desses candangos. Entretanto há uma relação em Brasília que precisa ser explicada, dando sentido aos milhões de habitantes que cotidianamente fazem funcionar a Capital do país.

Por vezes as narrativas históricas, mesmo sob uma sincera intensão crítica aos ciclos de urbanização excludente, que forjaram uma cidade segregada e que reproduz historicamente uma *apartação social* (BUARQUE, 1993. GOUVÊA, 1996) omitem a participação e responsabilidades de figuras tidas como “progressistas” nesta formação. Não cabe à historiografia a opção pelo esquecimento de alguns fatores que compõem este quadro, tal como o PDOT de 1997, revisto sob um governo autointitulado “democrático e popular” que reafirmou diagnósticos e propostas contidos em um plano como o PEOT de 1977.

Voltando ao “apego ao projeto original”, outro autor importante que aponta uma “corrupção do projeto original” que seria supostamente igualitário, é o historiador Edson Beú. Como comentamos nos capítulos anteriores, desde o início da construção de Brasília, houve certo obscurantismo sobre quem propôs e quem teve responsabilidade sobre medidas que mais tarde, foram compreendidas como excludentes. Entre estas, a criação da Estrada Parque Contorno, a EPCT, que foi um importante demarcador do que chamamos de 1º e 2º ciclo de urbanização de Brasília⁴⁵.

Todavia, algumas decisões tomadas pelo governo local à revelia do originalmente previsto, como a criação do setor de mansões dentro do “anel sanitário”, abriram as portas para a utilização da bacia do Paranoá pela classe média (...). O planejamento urbano não impediu que seu espaço entrasse na lógica da segregação territorial. (BEÚ. p. 89, 2013)

⁴⁵ 1º ciclo entre 1958 e 1970, 2º ciclo entre 1970 e 1985.

O trecho do livro “Os filhos dos Candangos, Brasília sob o olhar da periferia” traz ao leitor a sensação de que não estavam nos planos “originais” os setores de mansões, e aponta o “governo local” como responsável pela criação da EPCT e pela segregação dos trabalhadores nas *satélites*.

Porém como vimos, mesmo com tantas inconsistências, o projeto de Lúcio Costa previa os setores de mansões ao redor do Plano Piloto. As decisões, não couberam a um ou outro responsável, mas sim ao que chamamos de *cúpula construtora*, da qual participaram ativamente Lúcio Costa (como uma espécie de conselheiro), Israel Pinheiro, à época presidente da Novacap durante a construção de Brasília e primeiro Prefeito da cidade, e Juscelino Kubistchek, então presidente.

Vimos também que todas as “alterações” foram debatidas nesta *cúpula*, onde por vezes algumas decisões ficam obscuras, como no relato de Lúcio Costa em 1974, que responsabiliza Israel Pinheiro pela antecipação da construção das cidades satélites. A EPCT foi criada pelo DTA/Novacap, com o aval de JK e sem maiores manifestações contrárias de Lúcio Costa à época.

A narrativa de Edson Beú, como de tantos outros críticos, merece o respeito e o reconhecimento pela inovação de seus estudos, que buscaram se desvencilhar da narrativa estata-oficial, mas ainda assim incorrem nos equívocos impostos pela narrativa estatista, de que o projeto original era “igualitário”, utópico e que foi feito o possível pela manutenção deste. Nestas narrativas, geralmente Lúcio Costa aparece como uma figura que não teria responsabilidade sobre a formação excludente, tal como ele mesmo em vida buscou se esgueirar de tal insígnia.

Entretanto, é necessário compreender que Brasília em projeto, uma vez construída, não seria “igual” ao planejado. Sobre isto, os membros da *cúpula construtora* tinham plena consciência, e atuaram na intenção de “preservar” os elementos considerados mais “originais” do projeto de Lúcio Costa. Para tanto, fizeram diversas modificações as quais citamos no primeiro capítulo. Dessa forma, a exclusão dos trabalhadores e a construção das cidades satélites foi uma opção e não um mero erro de cálculo ou uma ação “precipitada” de Israel Pinheiro.

Embora alguns destes aspectos sejam denunciados desde a década de 1970 por sociólogos, geógrafos e urbanistas, o campo que vem construindo uma narrativa histórica crítica, e aqui nos referimos às ciências humanas e sociais, tem ciclicamente se “esquecido” de alguns dos fatos históricos que são cruciais para entendermos não só como foi criada a estrutura urbana excludente e segregadora

de Brasília, mas principalmente como esta consegue se perpetuar ao longos dos seus primeiros cinquenta anos.

É comum nas obras de Paviani e Beú, por exemplo, que seja atribuída a responsabilidade das medidas excludentes somente aos governos durante o período de ditadura e dos governos Roriz, ou mais especificamente na leitura de Beú, que o “governo” local, quando ainda não era eleito foi o responsável pelas medidas mais problemáticas, antes da ditadura. Porém, estas narrativas costumam poupar, Lúcio Costa, JK e o governo Cristovam, criando a sensação de que estes não teriam sido responsáveis por qualquer medida que tenha contribuído para a formação e manutenção do modelo urbano excludente e segregado.

A “história estatal-oficial” de Brasília, por cinquenta anos buscou apagar as contradições, as mazelas sociais e todo o processo de exclusão vivido por milhares de trabalhadores, bem como obscurecer fatos e momentos cruciais para a compreensão da formação e continuidade desta segregação. Esse mesmo “obscurantismo” presente na narrativa estatal-oficial se espalhou e atingiu até mesmo a narrativa crítica, criando também uma análise limitada que, outrossim, gerou apagamentos e prejudicou a compreensão dos complexos cenários que serviram de solo para as políticas justamente criticadas por este mesmo campo de narrativas.

3.3 – O passado no presente

Transpassando o tempo, a ordem segregadora e excludente que se forma em Brasília atravessa os primeiros cinquenta anos da capital, que cada vez mais demonstrava não ser a Capital da Esperança, tão propalada nos meios de comunicação. As eternas promessas de políticos já não encontram eco no cinquentenário de Brasília. Os escândalos envolvendo José Roberto Arruda e todo o caso da *Caixa de Pandora*⁴⁶ desnudaram uma situação já bastante conhecida pelo povo, contudo a instabilidade política que tomou conta do GDF não traria grandes consequências para a ordem política e urbana vigente em Brasília.

⁴⁶ *Caixa de Pandora* foi uma operação da Polícia Federal em 2009, que culminou na prisão do então governador José Roberto Arruda, que após várias manobras políticas não conseguiu impedir a cassação de seu mandato.

A continuidade quase inabalável das diretrizes de planejamento e ordenamento territorial em Brasília se demonstraram tão consistentes que, mesmo com todos absurdos ocorridos durante o Governo Arruda (2007 a março de 2010) e os governos provisórios que se seguiram até as eleições de 2010, não foram revistas nem sofreram grandes questionamentos nas reflexões críticas na ocasião do cinquentenário de Brasília.

Como afirmamos anteriormente, o PDOT de 2009 foi uma ratificação dos planejamentos anteriores, com o reconhecimento de um fenômeno mais recente, dos “condomínios” e que reafirmou as diretrizes de crescimento urbano, sustentando o modelo excludente, de oferta de moradia popular nas extremidades da cidade e manejando politicamente a oferta deste tipo de moradia para o Entorno.

Desta forma, o Governo Arruda ratificava no PDOT/2009 não só sua compreensão elitista de ordenamento territorial, mas refirmava também a análise compartilhada sob muitos aspectos, com o PDOT de 1997 (Governo Cristovam Buarque/PT) e com o PDOT de 1992 (Governo Joaquim Roriz/PMDB).

Talvez por isso, o campo de narrativas históricas críticas tenha se omitido quanto a alguns aspectos, que entendemos que sejam não só pertinentes à abordagem, quanto desejável na tarefa da construção de uma narrativa que possibilite uma consciência histórica crítica e materialista pelos que de alguma forma têm suas vidas ligadas à Capital Federal.

Aqui pode haver a dúvida, se em nossa compreensão seriam todos estes iguais, no governo e no planejamento. Adiantamos que não se trata de homogeneizar as políticas de ordenamento territorial. Estas, nos diferentes governos, tiveram suas peculiaridades, entretanto, também notamos algumas continuidades que não são explicáveis somente pelo “acaso”, ou meramente por simples falta de vontade política em reavaliar.

A exemplo do *Catetinho*, não o palácio de tábuas, mas a região próxima a ele, que diversas vezes apareceu como *Setor Habitacional do Catetinho*, aparece pela primeira vez no PDOT de 1992. A área que no Planidro e PEOT aparece como área “urbanizável”, porém com problemas ambientais a serem considerados, estranhamente aparece como “área urbana”. Da mesma maneira que áreas previstas para serem construídas, pelo Brasília Revisitada de 1985.

Antes mesmo da efetiva construção dos atuais Sudoeste e Noroeste, estas áreas já apareciam como “áreas urbanas” ou “áreas urbanizadas”. No caso de

Sudoeste e Noroeste, ambos os bairros foram previstos por Lúcio Costa, entretanto no caso do *Catetinho*, não há nenhuma elaboração técnica que propusesse a construção deste bairro dentro dos limites da bacia do Lago Paranoá.

A sua simples localização, caso houvesse coerência entre o argumento ambientalista do Planidro e PEOT, defendidos nos PDOT's de 1992, 1997 e 2009, seria reprovada, tal como foi veemente a reprovação da permanência das vilas operárias e vilas/ocupações. Mas cá entre nós: a criação de um bairro nestas terras, provavelmente voltado para trabalhadores de salários maiores, o que em Brasília costumeiramente se relaciona ao funcionalismo público, talvez fosse uma proposta de Roriz o que não nos surpreenderia, e em Brasília não surpreenderia a ninguém. Porém, nos parece estranho que o PDOT de 1997, sob governo de Cristovam Buarque do PT, o então suposto “arquirrival” de Roriz, tenha ratificado tal diretriz, ainda mais quando o autointitulado “governo democrático e popular” tenha criticado de forma tão veemente o PDOT elaborado no governo anterior, de Roriz.

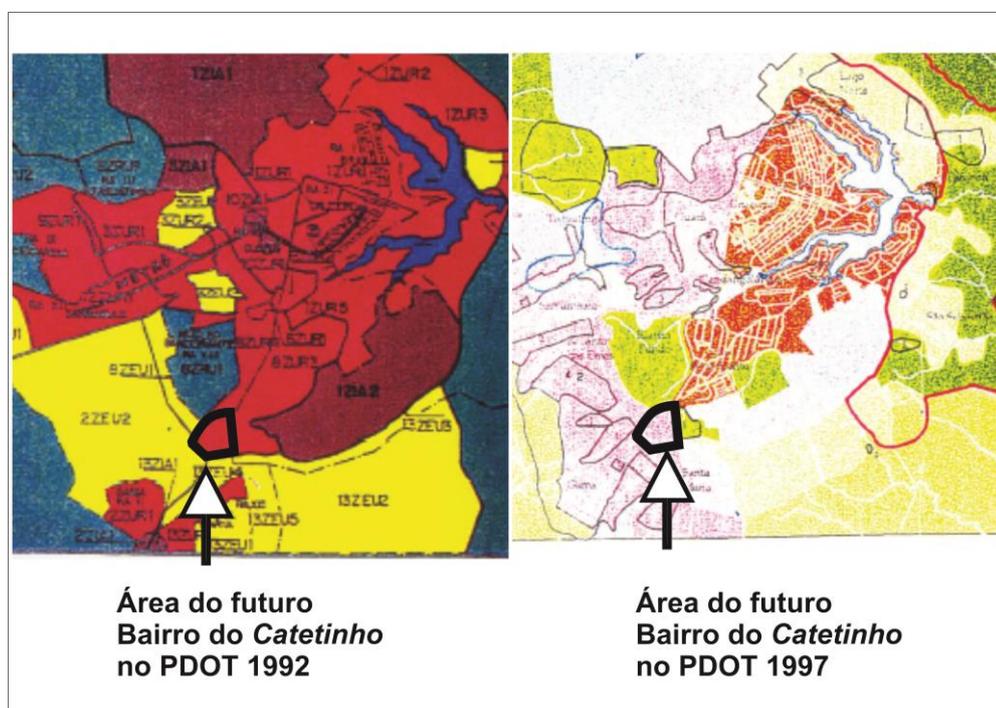


Imagem 13 – Justaposição dos mapas do PDOT/1992 e PDOT/1997

Ainda nos causa maior consternação, que os críticos do planejamento excludente realizado em Brasília, geralmente críticos ferrenhos às propostas e medidas tomadas nos governos de Roriz, não tenham nenhum comentário crítico às propostas de Cristovam, ainda mais quando estas foram continuações do governo

de Roriz. Como comentamos anteriormente, o zoneamento diferente dos dois planos de ordenamento não impediram “continuidades” nas propostas.

Durante a década de 1990 o crescimento dos “condomínios” em contraste com a oferta e não-oferta de moradia popular, num cenário em que grandes porções de terras, em locais centrais e/ou a meio caminho entre as cidades satélites mais distantes e as mais próximas, fez com que houvesse um efeito de supervalorização destas terras, o que serviu de combustível para a especulação imobiliária, praticada tanto por especuladores privados quanto pela Terracap.

O governo “democrático e popular” de Cristovam por sua vez, poderia ter optado pela criação massiva de bairros populares nas regiões centrais, dentro das exigências ambientais e urbanísticas, utilizando, por exemplo, os setores Sudoeste e Noroeste para tal. Mas por que não o fez? Tanto em retórica quanto em programa, Cristovam buscou se diferenciar de Roriz, e dessa forma conseguir um “equilíbrio” com as demandas que as altas classes de Brasília exigiam.

Acreditamos que por essa opção política, tenha sido complacente com o crescimento dos “condomínios de classe média” e das “altas classes”, mas em contrapartida não tenha criado nenhum novo bairro, além de tentar obstinadamente destruir a Vila Estrutural. Nessa busca por um equilíbrio político que o diferenciasse de Roriz, entretanto, Cristovam abriu mão de criar uma política de combate à especulação imobiliária.

Ao manter todas estas terras vazias, em gritante contraste com a falta de oferta habitacional que empurrava milhares de trabalhadores para cada vez mais longe de seus trabalhos, a exemplo da política oportunista de Roriz, que ofertava lotes como “moradia” em novas satélites, criadas todas a grandes distâncias do Plano Piloto como mandava a cartilha do PEOT (ditadura), o governo Cristovam não só ajudou a manter a especulação, como despertou revolta entre os setores mais precarizados da classe trabalhadora.

Por outro lado, ao não rever tais aspectos no zoneamento urbano aprovado no PDOT de 1997, Cristovam também deixa para os governos posteriores, um prato cheio, uma vez que tanto Roriz quanto Arruda (seus sucessores) se aproveitariam deste zoneamento.

O Estado, garantindo os interesses da classe que representa, seja através do *lobby*, ou através da direção explícita, sob os diversos governos, não só manteve como pôde, o povo afastado do “coração da cidade”, como manteve o sistema de

oferta de terras “a conta gotas” como forma de manter uma constante supervalorização das terras.

Os setores Sudoeste e Noroeste, que em tese seriam para “camadas populares” são exemplos dessa prática. O “futuro setor do Catetinho”, segue como um grade terreno baldio, fermentando seu valor ao sabor da Terracap, de forma que não causaria surpresa, se no futuro fosse criado ali um novo setor habitacional similar a Águas Claras, que é outro exemplo de supervalorização do planejamento maturado sob a especulação imobiliária em Brasília.

Em grande parte, essa política só foi possível pelo discurso de *preservação* que os planos de ordenamento reiteraram e aperfeiçoaram. Desde antes mesmo da inauguração de Brasília, a pretensa boa intenção de “preservação da bacia do Lago Paranoá” serviu como forma de legitimar as demolições das vilas operárias, como vimos. Ao longo da história de Brasília, repetidos planos contribuíram para a criação de um imaginário específico de “preservação”.

Num primeiro momento, a ideia de preservação ambiental e do formato urbanístico da cidade foi defendido por Israel Pinheiro, JK e Lúcio Costa, a *cúpula construtora*, resultando na criação das cidades satélites. Mais tarde, sob o mesmo discurso, já na ditadura, o GDF soma a estas primeiras justificativas, um suposto risco de esgotamento ambiental da bacia do Paranoá e a necessidade de manter o caráter “político-administrativo” do Plano Piloto, mantendo assim sua “função primordial” e original. Durante a reabertura política, sob o governo de José Aparecido, a justificativa de preservação ganha um último retoque, passando a refletir também a preservação de Brasília enquanto patrimônio, o que acontece como estratégia para o Tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1987.

A “trinca” da *Preservação Ambiental-Funcional-Patrimonial* foi assim forjada como um argumento perfeito para a manutenção da disposição urbana de Brasília, que manteve os setores mais “pobres” da classe trabalhadora longe do centro, porém relativizando estes mesmo argumentos quando foi conveniente aumentar a oferta de terras e moradia aos setores com maior poder aquisitivo e às altas classes.

O resultado desse processo foi a exclusão de milhares de trabalhadores, que em sua maioria são negros. O documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra* de Vladimir Carvalho, gravado entre 1985 e 1990, retrata a gritante situação de trabalhadores em situação de extrema pobreza vivendo em barracos na 111 Norte

(Asa Norte) tentando resistir a derrubada de suas casas. Notoriamente, em sua maioria são pessoas negras, assim como outros entrevistados em Taguatinga e Ceilândia, que relatam a mesma situação vivida nas décadas anteriores.

É visualmente gritante a discrepância entre a ocupação de bairros na região central e na periferia em Brasília na atualidade. Este quadro, porém não é fruto de uma composição recente, ele é, em verdade, a composição de décadas de expulsões das vilas operárias, vilas/ocupações e oferta habitacional direcionada às camadas mais populares, exclusivamente nas regiões periféricas.

Dessa forma, a dicotomia entre Centro e Periferia, Plano Piloto e Satélites, não é só uma dicotomia entre espaços direcionados às altas classes, em Brasília composta pela burguesia e pelo alto escalão da burocracia estatal, e as Satélites direcionadas às camada mais precárias da classe trabalhadora. É uma dicotomia que revela também uma exclusão racial e regionalista, uma vez que a maioria da população que vive na periferia de Brasília é negra e de origens nordestinas.

Embora mais recente, a plataforma PATA⁴⁷, um mapa racial do Brasil, feito a partir dos dados do censo demográfico de 2010 do IBGE, mostra a distribuição racial à época em cada território. Ao focalizar o mapa sobre Brasília, é possível perceber essa distribuição.



Imagem 14 – Mapa racial do Brasil, Brasília segundo o censo do IBGE-2010. PATA.

Se aproximarmos a imagem, fica evidente o contraste inclusive das poucas vilas populares que conseguiram se manter na região central, como a Vila

⁴⁷ Mapa acessível em: <http://patadata.org/maparacial/#lat=-87.171244&lon=84.242902&z=10&o=t>. Acessado em 16 de Junho de 2021.

Telebrasília, a Vila Estrutural, Vila Planalto, Varjão, Candangolândia (antiga Vila Velhacap) e Paranoá. Assim também podemos notar a disparidade entre a densidade populacional e a composição racial, entre Ceilândia, Samambaia, Gama, Santa Maria e o Park Way.

As permanências das antigas vilas operárias na região central de Brasília, em todos os casos, são fruto do processo de resistência ao planejamento excludente. Foi isso o que lhes possibilitou a existência. Assim, se essa pequena parcela popular ao redor e no Plano Piloto, conseguiu manter-se próxima a seus empregos e a toda gama de serviços oferecidos nesta região, não foi por obra nem benesse dos diferentes governos, se não por sua articulação, organização e resistência.

Mesmo nos casos em que havia alguma conveniência na continuidade dessas vilas, como foi até a década de 1980 o caso da Vila Planalto e da Candangolândia, que como comentamos, serviram como uma espécie de “bairro de trânsito” para funcionários públicos recém-chegados a Brasília, após esse período também sofrem tentativas de desarticulação.

Em suma, na imagem aproximada⁴⁸, podemos notar melhor esse fenômeno. Se há essa discrepância entre a região central de Brasília e as satélites, e ainda entre as pequenas vilas na região central e as Asas Sul e Norte, muito se deve ao próprio planejamento, construído sobre bases excludentes e segregadoras, e compartilhado em maior ou menor medida pelos diversos governos.

⁴⁸ <http://patadata.org/maparacial/#lat=-87.168684&lon=-84.163938&z=11&o=t> Acessado em 16/06/2021.

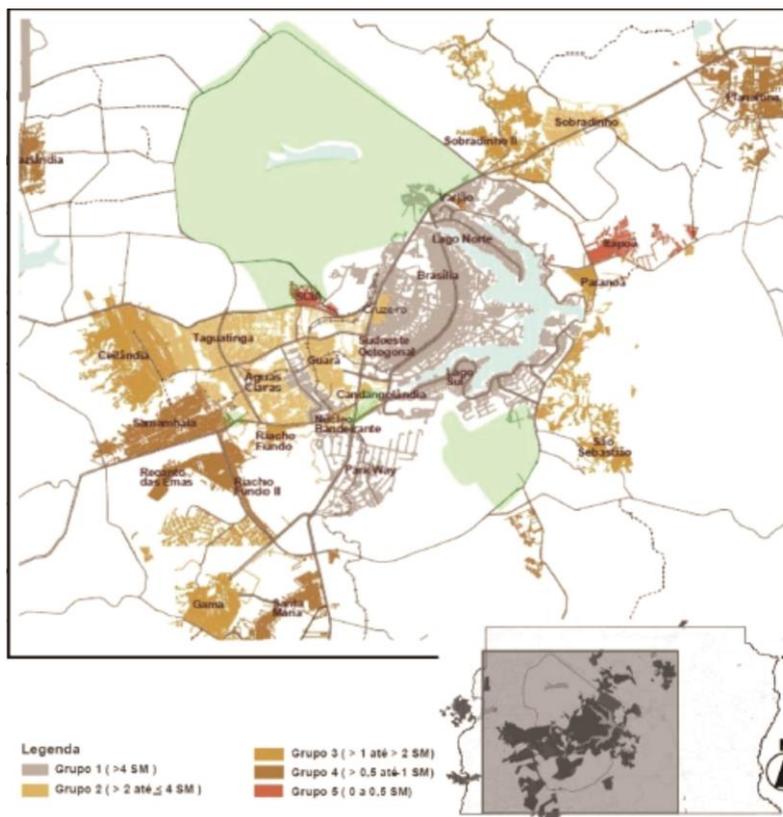


Imagem 15 – Brasília – Classes de Renda (em Salários Mínimos). PDOT 2009 – Sedhab/GDF.

O mapa do PDOT de 2009 que mostra a distribuição de renda por regiões em Brasília, em comparação com o mapa racial do PATA demonstra bem como os planejamentos de cinco décadas privilegiaram o espaço da região central de Brasília para quem detivesse maiores rendas. Outro aspecto fundamental na narrativa estatal-oficial, que contribuiu para a formação desse quadro, foi a perseguição aos então chamados “invasores”. O termo, sempre utilizado para vilas operárias e ocupações de trabalhadores em situação de pobreza, não foi utilizado para se referir aos “condomínios” (MENDONÇA, 2012) como comentamos anteriormente.

No livro *Memórias e Direitos: Moradas e Abrigos em Brasília*, organizado pelas professoras Nancy Alesio Magalhães e Marta Liwinczkn Sinoti, do CEAM/UnB⁴⁹, o relato de trabalhadores que viveram nestas vilas é fundamental para entendermos como este planejamento de gabinete interferiu na vida desses trabalhadores.

Parece que eles não queriam habitar muito Brasília. Parece que a idéia de Brasília não foi pra tanta gente assim. Foi forçado a ter cidade satélite porque o Plano Piloto não foi feito pra operários. Operário só morou em acampamentos. Naquela época, engenheiros, operários, de um modo geral, tudo era uma coisa só. Tudo era uma peça dessa grande engrenagem da construção de Brasília. Quer dizer, sem uma peça dessas não funcionava.

⁴⁹ Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

Acho justo que fosse preservada a memória dos pequenos também. Porque só pegam por cima, não tem sentido. Eles podiam muito bem, em memória do esforço que nós tivemos, do sacrifício que nós fizemos aqui, nos dar a casinha pronta. Porque todo mundo que está aqui veio depois que nós amassamos o barro. (MAGALHÃES e SINOTI, 2001, p. 13)

As representações sociais feitas a partir do Estado e sustentadas tanto em trabalhos acadêmicos quanto semeadas no imaginário popular, foram ferramentas estatais nos projetos segregacionistas que se legitimaram em cada plano de ordenamento territorial, sob os argumentos de preservação. A classe trabalhadora, desde os tempos de construção de Brasília, entendeu o processo de discriminação social que viveu.

A exclusão que ocorreu, gerou grande impacto na formação social de Brasília, e se faz sentir até os dias atuais, nas relações sociais vigentes. Contudo, nos interessa frisar que, a suposta “utopia” igualitarista, não encontra respaldo na cidade de concreto. Brasília, que aparece no imaginário político como uma “ilha da fantasia”, ou “Bras-ilha” em verdade, conserva da forma mais conservadora a maioria dos valores sócio-políticos que supostamente foi pensada para romper.

Dessa forma, não existe a “ilha da fantasia”, ou Bras-ilha: Existe sim Brasília, que é produto legítimo do Estado brasileiro, excludente em sua mais ampla capacidade. O que diferencia Brasília das demais capitais, excetuando as condições de planejamento e forma urbana única, é a radicalidade da segregação, ensaiada e buscada nas demais, conseguida de forma única na Capital Federal.

Através de formas modernas, o passado desigual, de forma consistente seguiu vivo, se refazendo no presente através do velho e ilusório imaginário de igualdade, ainda que a dura realidade não permita que sigamos nos iludindo tão facilmente.

Considerações Finais

Como disse alguém em algum lugar: “Brasília saiu a cara do pai...”, foi o que pensamos ao final da intensa pesquisa que desaguou neste trabalho. A capital federal, única e estereotipada dos grandes meios de comunicação, não se converteu nas ilusões que a venderam. Brasília se desenvolveu de forma peculiar ao longo de seus primeiros cinquenta anos. Distante do que a historiografia *estatal-oficial* propagou, a ideia de uma cidade pensada com o objetivo de romper com a tradição de cidades desorganizadas e desiguais, Brasília em verdade, foi construída com o objetivo de se tornar um novo marco organizativo para um Estado que almejava se reafirmar.

No primeiro capítulo vimos que o contexto político no qual Brasília se torna viável e construída condicionou os elementos centrais da cidade, desde o projeto de Lúcio Costa, que erroneamente é tido como um projeto totalmente original, demonstramos que as influências dos debates no campo do urbanismo, e os personagens envolvidos no movimento de transferência da Capital Federal são fundamentais para que Brasília fosse erguida sob as formas que o foi. Os elementos contidos no Edital, bem como os preceitos do projeto de Lúcio Costa são em verdade, mais ordinários que extraordinários.

Tão influente na configuração inicial de Brasília quanto o contexto, foi a atuação da *Cúpula Construtora*, composta pelos membros diretores da Novacap, onde o presidente da companhia, Israel Pinheiro tinha especial atuação. Esta *cúpula* também era formada por JK que atuou decisivamente em várias ocasiões, como na criação da EPCT, viabilizando o *Cinturão Verde*, e Lúcio Costa, que após vencer o concurso, passa a atuar como um conselheiro que influenciou e cooperou assiduamente durante a construção de Brasília.

As medidas tomadas na *cúpula construtora* foram decisivas para que o traçado urbano de Brasília (e todo o território do DF) fosse construído como foi. Parte da legitimação desta *cúpula* parte da ideia de preservação, inicialmente do caráter urbanístico de Brasília, voltada para a vida administrativa e burocrática.

Os membros da *cúpula construtora*, frequentemente exaltados nos grandes meios de comunicação como grandes benfeitores e defensores de uma sociedade “igualitária”, em verdade foram os responsáveis pela criação de uma ordem dicotômica e desigual entre o Plano Piloto e as cidades satélites. A formação inicial

da Capital foi transpassada pelos conflitos sociais que a narrativa estatal-oficial buscou majorar como pode logo nos primeiros anos da cidade, tal como todos os problemas sociais em consequência do surgimento das *idades satélites*.

O golpe militar de 1964 que instaura a ditadura empresarial-militar, não modificaria substancialmente o modelo de urbanização vigente até então. Aproveitando-se da forma político-administrativa (diretamente vinculada ao governo federal) instituída no período democrático, os prefeitos de Brasília, indicados pelos militares se valeram da formação urbana segregada, fazendo apenas a manutenção da ordem urbana vigente até 1969.

O que chamamos de *1º ciclo de urbanização*, que se inicia com a inauguração de Taguatinga em 1958 e se encerra com a *Campanha de Erradicação de Invasões* (CEI) em 1969, foi marcado pela exclusão da massa de trabalhadores, os candangos que ergueram a cidade, e que foram expulsos da região central, tida à época como a totalidade da cidade. Ao fim deste ciclo, já era evidente o abismo social em que Brasília havia se calcado.

O modelo urbano instituído em regime democrático não incomodava a ditadura. *De democracia a ditadura*, o simulacro de igualdade, que em verdade era o paraíso burocrático elaborado pela *cúpula construtora*, se manteve ao custo da enorme desigualdade social, reforçada com a segregação dos milhares de trabalhadores que ergueram o Plano Piloto.

No segundo capítulo vimos que o planejamento urbano elaborado durante a ditadura, não rompeu com os principais fundamentos propostos pela *cúpula construtora*. As mudanças que ocorrem no período são em parte uma tentativa de ruptura com o modelo de expansão urbana espaçada, ou *polinucleada*, visando criar um modelo economicamente menos custoso. Assim, optou-se por expandir a cidade de forma a criar uma “mancha urbana”, o que traria maior aproveitamento de custo.

Contudo, o arcabouço segregado foi mantido. O que o GDF sob comando da ARENA desejava era mais aperfeiçoar o modelo urbanístico excludente de Lúcio Costa, do que modifica-lo em termos gerais. Isso ficou claro com o constante contato entre Lúcio Costa e o Senado Cattete Pinheiro, responsável pela Comissão do Distrito Federal no Senado na década de 1970, que cumpria o papel de Poder Legislativo do DF.

Para legitimar o status do Plano Piloto, aprofundou-se a ideia de necessidade de *preservação*, agora argumentando que o adensamento urbano dentro da bacia do

Lago Paranoá traria riscos ambientais, como principal argumento para a “preservação” da região do Plano Piloto. Esta tese foi lançada no Planidro (1970) sob as vestes de um “diagnóstico técnico” e serviu de base para todas as propostas de intervenção urbanística formuladas ao longo daquela década.

Esse movimento desencadearia no principal planejamento urbano formulado no período, o PEOT de 1977, que criou as bases para uma expansão que não contrariasse o *status quo* do Plano Piloto, como uma região isolada dos problemas sociais notórios nos demais cantos da cidade. Apontando para um adensamento entre Gama, Taguatinga e Plano Piloto, de forma oportuna aprovou-se um plano que, serviria pelos próximos vinte anos como referência para qualquer política urbana, seja para a oferta de moradia, seja para a estruturação do transporte coletivo.

Em paralelo ao discurso tecnicista, a *CEI* seguia servindo como instrumento de perseguição às vilas operárias. Até o final da década de 1970, grande parte das vilas foi extinta. A reabertura política que o Brasil viveria na década de oitenta, contudo não traria melhorias concretas para a enorme parcela da classe trabalhadora que não tinha acesso à moradia.

O aniversário de 25 anos de Brasília seria marcado por intensos debates sobre o futuro da Capital Federal que já havia se tornado uma metrópole. No mesmo ano, a proposta de Lúcio Costa intitulada *Brasília Revisitada* causaria importantes mudanças na região central da cidade. Através da relativização dos argumentos de preservação defendidos pelo próprio Lúcio Costa na década de setenta, de não-adensamento e não-urbanização da região ao redor do Plano Piloto de Brasília, buscando evitar uma suposta desfiguração da forma original de Brasília. Em paralelo a isto, o governo de José Aparecido criou os programas “retorno com dignidade” e “Entorno com dignidade” nos quais estimulava a “volta” de trabalhadores que haviam chegado a Brasília já no final da década de 1970 e início de 1980.

O mesmo governador buscou criar as condições para o Tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, o que se concretizaria em 1987. Assim, a ideia de “preservação” passaria a ter agora um triplo sentido. Formava-se assim a “trinca” da *Preservação Ambiental-Funcional-Patrimonial* que serviria de base para legitimar a manutenção do modelo urbanístico segregado após a reabertura política.

Garantia-se assim uma conveniente revisão dos preceitos urbanísticos que até então foram o artifício para todas as medidas segregadoras e higienistas das décadas anteriores, de forma *lenta, gradual e segura* para as altas classes de Brasília.

Entretanto, com a renúncia de José Aparecido, surge a figura de Joaquim Roriz, que enquanto governador indicado, se antecipa às eleições que ocorreriam em 1990, utilizando-se dos planejamentos anteriores ainda em vigência, assim como da recente proposta de Lúcio Costa para por sua estratégia eleitoreira em prática.

Através de uma oferta habitacional repentinamente “abundante”, voltada para as camadas mais precárias da classe trabalhadora, a “distribuição de lotes”, em novas cidades satélites criadas todas na periferia, em áreas previstas no PEOT, Roriz consegue desarticular parte dos movimentos por moradia, com a tática de cooptação através da oferta de moradia de forma oportunista e manipuladora.

Essa estratégia fez com que Roriz conseguisse formar um campo de apoio que possibilitaria sua eleição em 1990.

Ao fim do segundo capítulo, percebemos que a reabertura política não significou ruptura com o modelo de planejamento e expansão urbana segregado e excludente, orientado por uma lógica elitista. Ao contrário, a reafirmação de argumentos e diretrizes em planejamentos elaborados ainda na ditadura, demonstram que de *Ditadura a Democracia*, não haveria descontinuidade para o projeto de Capital do Estado brasileiro.

Por fim, no terceiro e último capítulo, vimos que a *corrida pela terra e pelo voto* em Brasília, modificam substancialmente o cenário de decisões no âmbito de planejamento urbano. Contudo, as disputas eleitorais e as mudanças de governo não representaram um fator de mudança do modelo excludente de Brasília, ao contrário.

Adversários políticos, que se contrapuseram em diversas pautas e agendas, ainda assim preservaram importantes elementos elaborados por seus rivais. A lógica elitista de planejamento foi mantida até mesmo pelos setores que se dispuseram a enfrentar tal modelo, como foi o caso do PDOT formulado durante o governo de Cristovam Buarque (PT), o que comprova que a continuidade do modelo excludente transcende as rivalidades eleitorais em Brasília, e unifica os diferentes matizes políticos burgueses em torno da manutenção do *Status Quo Planopilotense*.

Mesmo o campo de narrativa histórica crítica ao modelo de formação urbana de Brasília, por vezes não apontou tais aspectos, o que prejudicou por muito tempo a compreensão desse modelo urbano calcado em um paradigma elitista e higienista.

Outro aspecto que entendemos ser bastante problemático neste campo de narrativa é o apagamento de alguns eventos, tais como o *Massacre da Estrutural* que é um importante ponto de encontro entre as práticas de perseguição às vilas operárias/ vilas populares que ocorrem tanto nos governos de Roriz (PMDB) quanto no governo de Cristovam (PT), evidenciando que apesar de diferenças políticas na condução do GDF, ambos os governos se mostraram defensores do modelo higienista e elitista do Plano Piloto.

O resultado da manutenção deste modelo urbano, foi a segregação de muitos candangos e posteriormente, de milhares de trabalhadores, em sua maioria negra, nas satélites. Porém, vimos também que as vilas que conseguem resistir às dezenas de tentativas de derrubadas por diversos governos, revelam que a presença popular na região central de Brasília foi evitada e enfrentada pelo GDF com todas as forças, e se na atualidade essas vilas se fazem presentes foi pelo esforço e mobilização de seus moradores. A contragosto das altas classes de Brasília, formada por setores da burguesia, políticos e altos escalões do Estado, nem todas as políticas higienistas e segregacionistas tiveram completo êxito.

A incrível continuidade do modelo urbano de Brasília, que atravessou duas mudanças de regime e dezenas de mudanças de governo, revela que o paradigma elitista não foi rompido devido ao projeto de capital, presente no imaginário político até mesmo em setores ditos de “esquerda”, que não ousaram romper com a lógica de especulação imobiliária.

Tal fenômeno se revela uma radicalização do modelo capitalista de planejamento urbano, quem em Brasília se constituiu calcado nas demandas das altas classes e através do Estado. A segregação socioespacial verificada em Brasília de certo é dotada de mecanismos particulares, como debatemos ao longo deste trabalho, contudo, não faz dela uma “ilha da fantasia”: Brasília só pôde se consolidar de forma tão excludente e segregadora, através de uma série de legitimações em torno do discurso de *Preservação* de Brasília, calcado no tripé *Ambiental-Funcional-Patrimonial*, que foi fundamental para a manutenção da segregação entre áreas destinadas à moradia popular e os bairros destinados às altas classes.

O discurso de necessidade de preservação de Brasília foi dessa forma criado pelos próprios planejadores, desde o início da construção até o cinquentenário de Brasília, com o intuito de preservar o caráter de cidade voltada para o trabalho, com vida social extremamente controlada pelo Estado e que garanta também a segurança política do corpo do Estado e as altas classes que habitam sua região central. Em suma, o Estado e das altas classes buscaram manter o *paraíso burocrático* nos moldes de suas idealizações: distante do convívio e das práticas sociais e políticas populares.

Por mais de cinco décadas, a atuação de diferentes grupos políticos no comando da prefeitura e posteriormente do GDF levaram à manutenção do mesmo modelo urbanístico, sob os mais variados argumentos, entretanto com a mesma finalidade: Com o objetivo de atender às demandas das altas classes, principalmente a *planopilotense*, os diferentes governos buscaram manter a clara apartação da maioria da classe trabalhadora nas *satélites*.

Ainda que o Estado não tenha conseguido plenamente o que queria, as marcas desta apartação se fazem sentir ainda na atualidade, e os modelos de planejamento urbano num Estado capitalista demonstraram que não é através do GDF ou qualquer programa construído pelo Estado que pode ser rompida a lógica higienista, segregadora e excludente de Brasília.

REFERÊNCIAS

Fontes

COSTA, Lúcio. *Brasília revisitada*. Anexo I do Decreto nº 10.829/1987, Distrito Federal.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: GDF, 1991

Distrito Federal. *Núcleos Habitacionais Futuros* - CODEPLAN – 1972.

Distrito Federal. *Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição* – PLANIDRO - SEPLAN/ GDF - 1970.

Distrito Federal. *Plano Estrutural de Organização Territorial* – PEOT - SEPLAN/ GDF - 1977.

Distrito Federal. *Plano Diretor de Ordenamento Territorial* – IPDF/GDF – 1992.

Distrito Federal. *Plano Diretor de Ordenamento Territorial* – IPDF/GDF – 1997.

Distrito Federal. *Plano Diretor de Ordenamento Territorial* – SEDUH/GDF – 2009.

SENADO FEDERAL. *Senatus v.8, Abril de 2010* - Correspondências entre o senador Cattete Pinheiro e Lúcio Costa (1974) – Brasília, 2010.

BIBLIOGRAFIA

AVILA, Ana Paula Barros. *Uma Introdução às Residências em Brasília: As três primeiras décadas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília.

ÁVILA, Paulo Coelho. *Estudo da demanda habitacional no Distrito Federal*. Brasília: Editora do Autor, 2005.

BAHOUTH JR, Alberto. *Taguatinga: Pioneiros e Precursores*. Brasília: HP Mendes, 1978.

BAKUNIN, Mikhail. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. FERREIRA, Andrey Cordeiro e TONIATTI, Tadeu de Souza (orgs). Niterói, Editora Alternativa, 2014.

_____. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. 2^o Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

BEÚ, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: LGE Editora, 2006.

_____. *As cores da Memória: Retratos da Identidade Candanga*. Brasília: LGE Editora, 2009.

_____. *Os filhos dos Candangos: Brasília sob o olhar da periferia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CARPINTETERO, Antônio Carlos Cabral. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. *Memórias, tramas e espaços: a história de Brasília construída pela fala dos moradores de Sobradinho – DF*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. *“E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CODEPLAN Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. *Sugestões para erradicação de habitações sub-humanas DF: Invasão do IAPI Vila Tenório*. Brasília 1969.

COLELA, Patrícia M. M. *O que não mudou na habitação popular: dos cortiços à comercialização de moradias em Brasília*. 1991. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade de Brasília, Brasília.

CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros ISEB, 1960.

COSTA, Graciete G. da. *As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e

Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Materialismo, Anarquismo e Revolução Social: O bakuninismo como filosofia e como política do movimento operário e socialista*. In: Anais, XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: UFRN, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOUVÊA, Luiz Alberto. *Brasília: A capital da segregação e do controle social – uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

GURVITCH, Georges. *Determinismos sociais e liberdade humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

HOBSBAWN, Eric. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric. *Os trabalhadores: Estudos Sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOUSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980*.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Experimental de Brasília*. 1959.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2000.

MAGALHÃES, Nancy A. e SINOTI, Marta L. *Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília*. Brasília: NECOIM/UnB, 2001.

MARICATO, Ermínia. *Política Habitacional no Regime Militar – Do milagre à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. *A erradicação da Vila IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

PAVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade: Espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1981.

_____. *A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

_____. *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. *Brasília – Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. 2º Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. (Coleção Brasília)

_____. et al (org.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. (Coleção Brasília)

RIBEIRO, Maria Teresinha. *Natureza de classe dos sindicatos no Brasil*. Um estudo de caso. 1977. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCOTT, James C. *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. Yale University Press. 1998.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SENRA, Nelson C.; LIMA, Nísia Trindade (orgs). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

SILVA, Ernesto. *A história de Brasília*. Brasília: Editora Brasília, 1971.

SILVA, Selmo Nascimento da. *Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário*. 2017 Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Rubens de M. *Memórias e identidades num vai-e-vem de migrações*. Bonfinópolis de Minas (MG) – Brasília (DF) (1970-2000). 2007. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade de Brasília. Brasília.

THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987-1988, 3 volumes.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Campinas: Huya Editorial. 2016

VASCONCELOS, Adirson. *As cidades satélites de Brasília*. Edição do Autor, 1988.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis, *Análise das propostas de Expansão Urbana no Distrito Federal*. 1986. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

VESENTINI, José Willian. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX- XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.